

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA



Dissertação de Mestrado

José Manuel Mussunda da Silva

CULTURA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO:
Debates a partir da percepção do Movimento Revolucionário Angolano

Pelotas, 2023

José Manuel Mussunda da Silva

CULTURA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO:

Debates a partir da percepção do Movimento Revolucionário Angolano

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof.^a Dra.^a Etiene Villela Marroni

Pelotas, 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S586c Silva, José Manuel Mussunda da

Cultura política e participação : debates a partir do Movimento Revolucionário Angolano / José Manuel Mussunda da Silva ; Etiene Villela Marroni, orientadora. — Pelotas, 2023.

135 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Cultura política. 2. Participação. 3. Capital social. 4. Associativismo. 5. Movimento Revolucionário Angolano ou Revús. I. Marroni, Etiene Villela, orient. II. Título.

CDD : 320.9

José Manuel Mussunda da Silva

CULTURA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO:
Debates a partir do Movimento Revolucionário Angolano

Dissertação de Mestrado aprovada, como requisito parcial, para obtenção de grau de Mestre em Ciência Política, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 04 de Maio de 2023

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Etiene Villela Marroni (Orientadora)
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS)

Prof. Dr. William Daldegan de Freitas
Doutor em Relações Internacionais pelo San Tiago Dantas (UNESP/ UNICAMP/
PUC-SP)

Prof. Dr. Bruno Mello Souza
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS)

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a Deus e aos meus ancestrais, pela proteção da minha vida e dos meus familiares.

Agradeço também aos meus pais, Manuel Adão da Silva e Domingas Miranda Mussunda, por serem meu apoio e suporte; por terem proporcionado a mim e aos meus irmãos (a) uma infância incrível, apesar das dificuldades, não deixam de medir esforços para que realizassem nossos sonhos, bem como os meus tios, tias, avós, primos e primas.

Agradeço também aos meus irmãos e sobrinhos, pelo apoio e irmandade que mesmo à distância tem me fortalecido dia a dia, principalmente nessa fase da formação que carrego todos os dias as sábias palavras do pai *“Com Tempo meus filhos, estudem primeiro”*.

A minha amada, Jandira Dala, agradeço por estar ao meu lado, por acreditar em mim e pelos incentivos. A todos os meus amigos e amigas, não poderei mencionar todos (a), vocês foram e continuam sendo fundamentais nessa caminhada. Muito obrigado!

À Turma de 2021 do Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, agradeço pela companhia virtual e presencial. Aprendi e continuo aprendendo muito com vocês.

Os extensivos agradecimentos vão ainda à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFPel, especialmente a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos que me auxiliou na conclusão de meu Mestrado e permitiu a dedicação integral à esta pesquisa.

Registro aqui meu agradecimento às professoras e professores do PPGCPol, pelo conhecimento compartilhado ao longo de meu percurso no Mestrado em Ciência Política, que chega agora em sua etapa final.

Por fim, agradeço especialmente à professora Etiene Villela Marroni, por ter-me proporcionado a honra de ser seu orientando, desde o ingresso no Mestrado. Muito obrigado pelo acolhimento, ética e profissionalismo, que foi fundamental para a elaboração dessa dissertação.

“A característica comum de todos os regimes autoritários, qualquer que seja a combinação de induções e limitações que utilizem, é a de que não toleram, nem podem tolerar organizações independentes”.

Adam Przeworski

Resumo

O século XXI foi e continua sendo uma época comum de efervescência do espírito cívico e associativo em grande parte dos países africanos que após o fim da colonização e do regime política adotado no pós-colonial, um sistema autoritário, tem experimentado diversas formas de participações: passeatas, greves, vigílias, boicote, manifestações de ruas, entre outras. Em razão disso, a sociedade angolana registrou-se a primeira onda de participação cívica não-convencional a partir do ano de 2011, tendo como protagonistas os jovens do Movimento Revolucionário (MRA), um grupo formado pelos ativistas, estudantes, professores, jornalistas e cidadãos comuns apartidários, inspirado pela revolução da chamada Primavera Árabe. Desse modo, a presente dissertação trata-se de um estudo, cujo objetivo geral é mapear as etapas que marcam a participação do MRA no sistema político angolano, bem como a sua influência para a transformação social e política. No que lhe concerne, os objetivos específicos são: investigar o impacto da Cultura Política e participação para a construção e consolidação da democracia de uma nação, em particular a angolana; como também avaliar o impacto do capital social sobre a participação política e cívica na esfera da vida pública angolana segundo a percepção dos Revús. Para tal, foi necessário apresentar de maneira sucinta alguns conceitos que se relacionam à temática, quais sejam: Cultura Política e Participação, e de forma resumida o debate sobre capital social. No que diz respeito à realidade em estudo fizemos um breve trajeto sócio histórico que marcaram a constituição do sistema político angolano, o que nos permitiu formular a hipótese de que a ausência de uma cultura de participação na vida pública do país é consequência do legado autoritário que continua intacta na política do Estado e do Governo, uma característica de um regime político construído na base do nepotismo, personalismo e clientelismo, um tipo de regime que aniquila seus adversários e inibe qualquer ato de manifestação organizado pelas associações independentes. Em suma, para o desenvolvimento do trabalho utilizou-se o método de abordagem qualitativa, através da técnica de entrevista semiestruturada que nos permitiu manter contato e ouvir a percepção de alguns membros do MRA, bem como testar as hipóteses, objetivos e o problema de pesquisa.

Palavras-chave: Cultura Política, Participação, Capital Social, Associativismo, Movimento Revolucionário Angolano ou Revús.

Abstract

The 21st century was and continues to be a common time of effervescence of civic and associative spirit in much of the African countries that after the end of colonization and the political regime adopted in the post-colonial period, an authoritarian system, have experienced various forms of participation: marches, strikes, vigils, boycotts, street demonstrations, among others. Because of that, the Angolan society registered the first wave of non-conventional civic participation from the year 2011, having as protagonists the young people of the Revolutionary Movement (MRA), a group formed by activists, students, teachers, journalists and ordinary non-partisan citizens, inspired by the revolution of the so-called Arab Spring. Thus, the present dissertation is a study whose general objective is to map the stages that mark the participation of the MRA in the Angolan political system, as well as its influence on social and political transformation. Regarding it, the specific objectives are: to investigate the impact of political culture and participation for the construction and consolidation of democracy of a nation, in particular the Angolan; as well as evaluate the impact of social capital on political and civic participation in the sphere of Angolan public life according to the perception of Revús. To this end, it was necessary to present briefly some concepts related to the theme, namely: Political Culture and Participation, and in summary form the debate on social capital. With regard to the reality under study we made a brief socio-historical trajectory that marked the constitution of the Angolan political system, which allowed us to formulate the hypothesis that the absence of a culture of participation in the public life of the country is a consequence of the authoritarian legacy that remains intact in the policy of the State and the Government, a characteristic of a political regime built on nepotism, personalism and patronage, a type of regime that annihilates its opponents and inhibits any act of demonstration organized by independent associations. In short, for the development of the work we used the qualitative approach method, through the semi-structured interview technique that allowed us to maintain contact and hear the perception of some members of the MRA, as well as test the hypotheses, objectives and research problem.

Keywords: Political Culture, Participation, Social Capital, Associativism, Angolan Revolutionary Movement or Revús.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AAD	Ação Angolana para o Desenvolvimento
ACA	Associação Cívica de Angola
ACLED	Armed Conflict Location and Event Data Project
ADRA	Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
CNE	Comissão Nacional Eleitoral
CNDA	Convenção Nacional Democrática de Angola
CRA	Constituição da República de Angola
CNJ	Conselho Nacional da Juventude
EUA	Estados Unidos da América
FAA	Forças Armadas Angolanas
FESA	Fundação Eduardo dos Santos
FLEC	Frente Para a Libertação do Enclave de Cabinda
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FDA	Fórum Democrático Angolano
JLO	João Manuel Gonçalves Lourença
JES	José Eduardo dos Santos
JMPLA	Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola
MEA	Movimento de Estudantes Angolanos
MFA	Movimentos das Forças Armadas
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MRA	Movimento Revolucionário Angolano
ONGs	Organização Não governamental da Sociedade Civil
ONU	Organizações das Nações Unidas
OMA	Organização da Mulher Angolana
OPA	Organização de Pioneiro Agostinho Neto
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAL	Partido Angolano Liberal
PAIGC	Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde
PDA	Partido Democrático Angolano
PDLA	Partido Democrático Liberal de Angola
PAJOCA Angola	Partido da Aliança Juventude Operários e Camponeses de Angola

PRA	Partido Reformador Angolano
PSDA	Partido Social Democrático Angolano
PNDA	Partido Nacional Democrático de Angola
PDP-ANA	Partido Democrático para o Progresso da Aliança Nacional
PRD	Partido Renovador Democrático
PLD	Partido Liberal Democrático Angolano
PRS	Partido de Renovação Social
PSD	Partido Social Democrata
RDC	República Democrática do Congo
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
UE	União Europeia
UGP	Unidade de Guarda Presidencial
UNAVEM	Missão de Observação da ONU para Angola
UNITA	União Nacional Para Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Lista de Figuras

Figura 1 Accountability Social	33
Figura 2 Estatísticas das Eleições de 2008.....	60
Figura 3 Característica da Comunidade mais Cívica	76
Figura 4 Números de protestos e violência contra civis em Angola (2007-2017).....	89

Lista de Quadros

Quadro 1 Questões Utilizadas.....	23
Quadro 2 Resultados Eleitorais de 1992 (Eleições legislativas).....	56
Quadro 3 Categoria do Método da Luta Política Não-Violenta.....	80
Quadro 4 Cronologia das manifestações em Angola	82

Sumário

1. Introdução	15
1.2. Problema de Pesquisa	19
1.3. Hipóteses	19
2. Metodologia	20
2.1. Procedimento de Recolha de Dados	21
3. Quadro teórico da Cultura Política e Participação	25
3.1. Cultura Política e Participação: aportes teóricos	25
4 – ANGOLA: notas históricas	40
4.1. A formação do Estado e Sistema Político Angolano (1975-1991).....	40
4.1.1. Transição Política: de um regime monopartidário para um regime democrático/multipartidário (1991).....	48
4.1.2. Eleições e participação da sociedade civil angolana pós-transição política	54
5 – A constituição do Movimento Revolucionário Angolano (MRA)	63
5.1. Da Primavera Árabe aos “Meandros dos Protestos em Angola”	63
5.1.1. Comunidade Cívica e Capital Social: debatendo a percepção dos “Revús”.....	74
5.1.2. Participação: uma proposta de luta “não-violenta”	79
Considerações finais	91
Referências	96
Anexos	105

1. Introdução

A temática de Cultura Política e Participação, tendo em consideração a realidade angolana, em particular o Movimento Revolucionário (MRA ou Revús¹), conta atualmente com pouca produção acadêmica. A maior parte da produção que existe, no entanto, precisa de atualização, uma vez que, trata-se de um grupo de jovens, cujo objetivo é a participação ativa na esfera da vida pública do país através de atividades cívicas e culturais, como protestos, exposições artísticas, música de intervenção social ou hip hop, palestras, e outras formas de exercício para a cidadania. Portanto, os Revús também surgem na necessidade de cobrar responsabilidade social aos governantes e administradores, o grupo reivindica a falta de liberdade e garantias fundamentais, situação socioeconômica, especialmente o emprego, educação e saúde de qualidade, crítica à centralização das instituições políticas, o nepotismo, clientelismo e contesta a municipalização de todo território nacional.

Além destes objetivos supracitados, o grupo surge pela primeira vez no ano de 2011 para atestar contra a longevidade do Presidente da República José Eduardo dos Santos (doravante JES) há 32 anos no poder político na altura (MUKUTA e FORTUNA, 2012; DALA, 2016; ANTÓNIO, 2013).

Por esse motivo, essa pesquisa constitui-se como fator necessário para apresentar e debater de forma sistemática a etapa que marca o primeiro momento da prática cívica no sistema político angolano. No entanto, embora as instituições sejam importantes para que haja o funcionamento da democracia, no caso da nossa proposta perpassa de uma discussão meramente institucional, da qual a participação do indivíduo é reduzida em mero instrumento formal através do voto para escolha de seu representante político, ou ainda, uma democracia participativa procedimental, como tematizam os autores da Cultura Política, referindo-se a participação convencional – ligada a sentimento, atitude e grau de satisfação e confiança das pessoas para determinar a qualidade da democracia de uma nação (ALMOND e VERBA, 1963; ALMOND e POWELL, 1972).

¹ Segundo Dala (2016), a palavra “REVÚ”, trata-se de uma designação criada no quadro do típico linguajar angolano. REVÚ é abreviatura da palavra REVOLUCIONÁRIA e seu significado abrange todos os jovens pertencentes ao Movimento Revolucionário Angolano e que praticam ação coletiva.

Trata-se de uma proposta específica de democracia além do debate procedimental do regime democrático relacionado a confiança ou fé que depositam nas instituições, partidos políticos, etc. Contudo, propõe-se uma perspectiva de democracia participativa não-convencional ligada ao agrupamento de indivíduos, grupos e associações que visam lutar para a repolitização da sociedade através de ações coletivas. Propomos este tipo de Cultura Política participativa não-convencional, porque é a partir desse onde se enquadra a prática cívica e coletiva do MRA. A esse respeito, a participação pode ser entendida como um conjunto de atividades que visam, tanto na escolha dos representantes, como também o processo que conduz na contestação do direito civil e coletivo que, por sua vez, atestam ou não a legitimidade do governo. Essa participação normalmente é praticada por um conjunto de pessoas que se organizam em associações, movimentos sociais e grupos comunitários, o que se pode chamar de Capital Social (PUTNAM, 1996; MOISÉS, 1990; INGLEHART, 1982; AVRITZER, 1995).

Para Putnam (1996), entende-se por capital social como a conectividade entre os indivíduos nos diferentes segmentos da vida em sociedade, tais como: igreja, instituição política, clubes desportivos e nas associações comunitárias. Entretanto, são estas conexões entre as pessoas que ajudam a manutenção do capital e coesão social, assim como, contribuem para o fortalecimento das relações e asseguram maior confiança.

É importante salientar que Angola² alcançou sua independência de Portugal, em 11 de novembro de 1975, sob a liderança de Agostinho Neto, tendo este proclamado então a independência no meio de uma crise e instabilidade política generalizada (guerra civil) protagonizada pelos movimentos nacionalistas: MPLA – Movimento Popular Para Independência de Angola, FNLA – Frente de Libertação Nacional de Angola e a UNITA – União Nacional Para Independência Total de Angola. Após o conclave da independência, Agostinho Neto, aprovou a primeira lei constitucional de 1975, lei esta que suprimiu a competição partidária e restringiu a participação dos cidadãos. Por seu turno, o país adotou um sistema de partido único.

O regime de partido único foi substituído em 1991 com a negociação e assinatura do Acordo de Bicesse. Neste último em particular, definiu-se os

² Possui uma extensão territorial de 1.246.700 km². Geograficamente, faz fronteira com a República do Congo (RC) e República Democrática do Congo (RDC), a norte e nordeste; a Sul e Leste com a República da Namíbia e Zâmbia; por fim, a Oeste com o Oceano Atlântico.

parâmetros para a transição do regime anterior para a democracia multipartidária e consequentemente a aprovação de uma nova lei constitucional que estabeleceu premissas democráticas, como a realização de eleições em 1992, garantias dos direitos e liberdades individuais e coletivas. Portanto, ainda assim, o multipartidarismo não foi capaz de atenuar o conflito político entre as forças da UNITA e do Governo liderado pelo MPLA, tendo por consequente retornado a guerra que durou até o ano de 2002, com a morte de Jonas Savimbi, líder da UNITA (ALBUQUERQUE, 1999; ANTÓNIO, PESTANA, 2004; ANTÓNIO, 2013), como veremos detalhadamente no próximo capítulo.

Portanto, até o ano de 2010 com aprovação de uma nova Constituição da República que atesta na Carta Magna Angola um “Estado Democrático de Direito” (art. 2)³. O direito à participação, criação de associação e manifestação, ainda que estivesse garantida na lei anterior de 1991, mas não se materializou do ponto de vista da ação coletiva, somente no âmbito institucional (a exemplo disso foi à participação nas eleições de 1992 e de 2008), pois se justificava de que o país estava mergulhado num clima de crise política causada pela guerra e uma paz recente, por essa razão, foi necessária limitar a liberdade de manifestação e quiçá de expressão das pessoas. Contudo, com essa nova lei ditou regras institucionais e sociais importantes para fortalecer e proteger as liberdades fundamentais dos cidadãos, bem como proporcionou uma base legal para o surgimento de organizações da sociedade civil independentes, como é o caso do MRA, que aparece no ano de 2011.

Este movimento ressignificou o espaço social angolano através de nova forma de participação (não-convencional), inspirado pela Primavera Árabe. Neste último, tratou-se de um evento que ocorreu no Norte e Médio Oriente do continente africano, cujo objetivo era buscar mudanças econômicas, sociais e políticas, com ênfase a liberdade, justiça e democracia. Este evento terminou com a destituição dos líderes que se encontravam no poder político há cerca de vinte anos. Daí que no ano de 2011 os Revús iniciaram uma série de atividades cívicas, como: manifestações de ruas, vigílias, greves, boicote e quiçá desobediência civil (DALA, 2016; MIGUEL, 2021).

³ Ver. Constituição da República de Angola, aprovada em 2010.

Tratando-se de um evento recente e que nunca se experimentou no país pós-colonial e transição democrática, isso influenciou de certa forma no clima de tensão e desconfiança que se assistiu por parte dos representantes governamentais, bem como da sociedade angolana no geral. Igualmente não foi indiferente no seio da juventude e das famílias que ainda se encontravam traumatizados com o episódio ou massacre recente ocorrido no dia 27 de maio de 1977, onde grupo de jovens e militantes partidários que tentaram realizar um ato de manifestação contra o regime na época acabaram por ser assassinados, sem direito a julgamento, como veremos a seguir.

O primeiro evento de luta cívica do MRA ocorreu no dia 07 de março de 2011 e se estendeu até aos dias atuais. O grupo tem se mobilizado através da plataforma das redes sociais, paragem de táxis, praças e porta a porta, com vista a conscientização dos cidadãos sobre as demandas e reivindicações. As autoridades angolanas têm respondido às manifestações organizadas pelos Revús de diferentes maneiras. Em alguns casos, houve (e continua) relatos de violência policial, perseguição, pressão psicológica, detenção arbitrária e mortes de manifestantes durante os protestos.

No entanto, além de protestos de rua, atualmente os Revús têm se organizado em associações comunitárias, cuja finalidade visa educar a comunidade sobre o exercício da cidadania e a importância de participar nos assuntos públicos. Foi assim que no ano de 2018 os membros do MRA decidiram em alargar as suas pautas de luta através de criação de agremiações cívicas municipais que buscam promover debates sobre autarquias locais, realizam fóruns, campanhas de sensibilização e limpeza, formação para a cidadania, e demais atividades, como: a Plataforma Cazenga em Acção, Movimento Terceira Divisão, Projeto Agir, Mudar Viana, o Movimento Cívico *Ondjango* Feminista (coletivos de mulheres que procuram discutir questões ligadas à igualdade de oportunidade, gênero e na vida pública); Projeto Ubuntu (coletivo de jovens Pan-africanistas que procuram resgatar os valores culturais e indenitários africanos), estes movimentos nascem na base do Movimento Revolucionário Angolano.

Em suma, a participação não-convencional tem uma grande importância para o desenvolvimento do sistema político democrático, mas também tem as suas desvantagens, sobretudo quando transita para o lado negativo, o que pode causar

desestabilização da ordem pública, violência e quiçá, como tem acontecido em outras realidades do continente e do mundo fora, a subversão do poder político através do uso da força, golpes de estado, etc., esse tipo de prática é um perigo para a democracia de uma nação (SHARP, 2021).

Em função disso, o presente estudo tem por objetivo geral mapear as etapas que marcam a participação do MRA no sistema político angolano, bem como a sua influência para a transformação social e política. No que lhe concerne, os objetivos específicos são: investigar o impacto da Cultura Política e participação para a construção e consolidação da democracia de uma nação, em particular a angolana; como também avaliar o impacto do capital social sobre a participação política e cívica na esfera da vida pública angolana segundo a percepção dos Revús.

1.2. Problema de Pesquisa

A partir do século XXI, o espaço público angolano tem presenciado uma onda de participação e protestos contra o regime e o governo, como reação à exclusão, falta de liberdade de expressão e manifestação, e, sobretudo a monopolização das instituições políticas. Posto isto, tem-se a seguinte questão:

Como a Cultura Política de uma nação, especialmente de Angola, pode ou não afetar a participação cívica e política dos cidadãos?

1.3. Hipóteses

A cultura política de Angola, caracterizada por uma história de um governo e regime com legados autoritários e centralizados, pode afetar negativamente a participação cívica e política dos cidadãos, uma vez que pode levar à desconfiança nas instituições democráticas e ao desencorajamento da participação ativa na tomada de decisões políticas.

2. Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizou-se em primeiro lugar um estudo de carácter exploratório, quanto aos objetivos. Creswell (2007), afirma que a pesquisa exploratória nos dá uma visão global e de proximidade com o problema de pesquisa para descoberta de novas ideias do objeto a ser analisado. A investigação exploratória nos ajudou a obter dados precisos relativos ao objeto de estudo, em termos metodológicos. Pois é a fase segundo a qual, o pesquisador coloca em prática/ação tudo aquilo que foi planejado durante a trajetória da escrita ou pesquisa. Nessa fase, o pesquisador busca confrontar o seu objeto e o campo de estudo. Trata-se da etapa na qual os dados teóricos e empíricos se tornam a ferramenta de ligação a partir de interações (intersubjetivas) entre o entrevistador e o entrevistado (pesquisador e pesquisado), a fim de proporcionar a criação de novos horizontes de conhecimentos. Portanto, é a partir disso que o pesquisador vai conhecer com maior precisão o seu objeto de análise, conseqüentemente testar suas hipóteses e seu problema de pesquisa.

O paradigma exploratório também apresenta um aspecto teórico, epistemológico e ontológico de uma pesquisa que se caracteriza em termo de abordagem qualitativa. Portanto, o método qualitativo foi importante para este trabalho, uma vez que a nossa proposta está voltada a interação, observação (participativa ou assistemática), bem como a interpretação dos dados que foram obtidos a partir de entrevistas, vídeos e outras ferramentas e técnicas de pesquisa que utilizamos. A abordagem qualitativa é vista como uma dimensão sociocultural de opinião e representação de um grupo, coletivo, ou individual de pessoa(s) que apresenta(m) característica(s) comum (ns). No entanto, para tal, é necessário preparação, análise, compreensão, imparcialidade e interpretação dos dados obtidos durante a pesquisa para que não haja qualquer influência (DESLANDES e MINAYO, 1994).

De facto, o método do tipo qualitativo encaminha os estudos que têm como objeto os seres humanos. Os estudiosos que se dedicam a esse tipo de pesquisa afirmam que a pesquisa qualitativa ocupa um status (reconhecimento) de estudar os fatos e fenômenos sociais que se relacionam com os seres vivos (humanos em particular) e as relações que são mantidas em sociedade (TEIXEIRA, 2003), pois a

vida em sociedade é vista como uma prática interativa, crítica e interpretativa, baseada pelo contacto entre as pessoas. Dito isso, em vários momentos os procedimentos metodológicos costumam a ser por observação participante, entrevista, história de vida, dentre outros (DESLANDES e MINAYO, 1994).

Quanto à abordagem qualitativa usado neste trabalho, embora não apresenta uma linguagem estatística ou matemática, mas através de análise e interpretação dos fenômenos para explicar a realidade estudada, muitas vezes sem fazer uso de amostragem, tabelas e gráficos (GIL, 2008; MARCONI e LAKATOS, 2003). Este último em particular, é comumente empregada nos estudos de Cultura Política através do uso de pesquisa *survey* e dados já existentes produzidos pelas empresas e instituições, tais como: *Freedom House*, *Latino-barómetro*, *Afrobarómetro*, *Nupesal*, etc. A esse respeito, tratando-se de uma organização cívica, com especificidades e opiniões firmes, embora divergentes, e quase inexistentes uma pesquisa que discute a percepção e inquietude dos jovens Revús, bem como as motivações que levam a praticarem ação cívica na vida pública do país, é a razão de recorrermos ao uso de entrevista como técnica primária.

As ciências sociais solicitam tanto os recursos da metodologia científica como os da subjetividade controlada pelo investigador, o que representa ao mesmo tempo uma dificuldade e uma vantagem. O significado que as pessoas atribuem às experiências, bem como o processo de análise são elementos essenciais e constitutivos, não acidentais ou secundárias sobre aquilo que é a experiência de cada participante, uma vez que se trata de um grupo plural, incluindo professores, estudantes, trabalhadores, músicos, entre outros.

2.1. Procedimento de Recolha de Dados

O procedimento de recolha e análise de dados é uma fase fundamental da pesquisa científica, sobretudo quando a coleta é realizada mediante as técnicas de observação e entrevistas. Em função disso, Teixeira (2003, p. 191), afirma que “a análise de dados é o processo de formação de sentido além dos dados, e esta formação se dá consolidando, limitando e interpretando o que as pessoas disseram e o que o pesquisador viu e leu (sic)”.

A escolha da técnica de entrevista se deu pelo fato de julgar ser capaz de garantir uma maior amplitude na descrição, explicitação e compreensão do objeto em estudo. Por essa razão, nesta primeira fase realizamos cinco entrevistas via plataforma do whatsapp com alguns jovens ativistas do MRA. As informações passadas foram significativas para o alcance dos objetivos e da pergunta de partida.

A entrevista é um instrumento de investigação cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações questionando diretamente cada sujeito. Ao utilizar o inquérito por entrevista é possível que para além das perguntas elaboradas surjam no decorrer da conversa outros porquês com base nas respostas. Assim, as entrevistas têm as suas vantagens e desvantagens.

A principal vantagem da entrevista semi-estruturada é que essa técnica quase sempre produz uma melhor amostra da população de interesse. Ao contrário dos questionários enviados por correio que têm índice de devolução muito baixo, a entrevista tem um índice de respostas bem mais abrangente, uma vez que é mais comum as pessoas aceitarem falar sobre determinados assuntos. Outra vantagem diz respeito à dificuldade que muitas pessoas têm de responder por escrito. Na entrevista semi-estruturada isso não gera nenhum problema, pode-se entrevistar pessoas que não sabem ler ou escrever. Quanto a sua desvantagem [...] dizem respeito muito mais às limitações do próprio entrevistador, como por exemplo: a escassez de recursos financeiros e o dispêndio de tempo. Por parte do entrevistado há insegurança em relação ao seu anonimato e por causa disto muitas vezes o entrevistado retém informações importantes (QUARESMA e BONI, 2005, p.75-76).

A entrevista online aconteceu pela incapacidade financeira para se deslocar até Angola, país onde se encontra a maior parte dos Revús, por causa disso, afirmamos que este será um dos maiores desafios que iremos realizar em nível posterior (doutorado). Igualmente, O método de seleção da amostra foi através da disponibilidade dos sujeitos, porque em primeiro momento foram selecionados dez ativistas do MRA para participarem da entrevista, mas alguns não deram o retorno final, ou seja, mostraram-se indisponíveis. Neste sentido, decidimos trabalhar com os cinco participantes disponíveis, uma vez que tínhamos pouco tempo para a concretização desta dissertação.

Portanto, aqueles que confirmaram o convite na sua maioria são aquelas os que já mantinhamos conversas antes da proposta da dissertação. Estes por sua vez, foram indicando outros ativistas com pretexto de contribuírem para o desenvolvimento do trabalho. Assim, constatamos que a confiança e segurança no ato da conversa primária com os participantes (antes ou durante a pesquisa) é muito

importante, pois, foi por causa disso que tivemos a permissão dos participantes para analisar, interpretar e transcrever a conversa.

No entanto, vale ressaltar que com o propósito de preservar a identidade dos intervenientes, optamos em definir os nomes dos entrevistados em ordem numérica, como: 1, 2, 3, e assim sucessivamente. As entrevistas tiveram a duração entre 40 a 50 minutos, todas gravadas pelo gravador do *notebook* e do *tablet multilaser*. E as transcrições foram feitas de forma manual com muito cuidado e atenção, tendo durado no máximo dois meses. Em suma, entre as questões elaboradas, podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 1 Questões Utilizadas

1. Gostaríamos que nos falasse sobre a tua trajetória no MRA (Como se deu?), experiência e vivência (Quais as razões?)
2. Quais os objetivos comuns que caracterizam o MRA?
3. Quais são os tipos de recursos que o MRA utiliza para se mobilizar?
4. Além da prática de protesto, existem outras atividades que desenvolvem na esfera pública do país? Quais?
5. Como tem sido a participação do MRA e a atuação do Governo?
5.1 Como é ser um ativista cívico ou Revú em Angola?

Fonte: Elaboração do Autor.

Além da parte introdutória e considerações finais, esta dissertação estrutura-se em mais três capítulos. No primeiro capítulo “Quadro teórico”, onde é apresentado à teoria e conceito utilizado de Cultura Política e Participação, suas tipologias e *modus operandi*. No entanto, para o desenvolvimento utilizamos livros, dissertações, teses, ensaios e artigos que embasam sobre a temática. Entre os autores, destaca-se: Gabriel Almond, Sidney Verba, Robert Putnam e alguns críticos, sobretudo professores da América-Latina.

No segundo capítulo “Angola: notas introdutórias” apresenta-se um debate

retrospectivo e histórico dos fatos importantes que marcaram a sociedade angolana pós-colonial. Para tanto, avaliou-se a constituição do Estado e do sistema político angolano, alcance da sua independência e o regime político existente na época, um sistema autoritário de partido único. Por conseguinte, estudamos também a fase que marca a mudança política deste regime, ou ainda, da transição do regime autoritário para a democracia multipartidária.

O terceiro e último capítulo “constituição do MRA” apresenta as razões que levaram o surgimento dos Revús a participarem na vida pública, assim como a influência externa da Primavera Árabe. Por semelhante modo, descrevemos, a partir da percepção dos participantes, as informações obtidas que explicam a atuação do MRA.

3. Quadro teórico da Cultura Política e Participação

Torna-se difícil debater um determinado objeto de pesquisa sem ter em consideração uma discussão em diferentes perspectivas teóricas. Dito isso, a noção de Cultura Política é apontada como um conceito, por excelência, capaz de elucidar a dimensão que compreende o desenvolvimento do sistema político e democrático. Neste sentido, serão priorizadas para este estudo o debate teórico e culturalista proposto pelos clássicos Gabriel Almond e Sidney Verba, assim como a perspectiva crítica de Cultura Política.

3.1. Cultura Política e Participação: aportes teóricos

A legitimidade de um regime depende da Cultura Política relacionada à atitude, confiança e comportamento dos indivíduos (grupos) na estrutura social. Em tese, são as instituições os guardiões da democracia e harmonia em sociedade, e dela dependem as garantias formais dos direitos, liberdades individuais e coletivas.

As instituições são indispensáveis para o funcionamento democrático, contudo, devem ser complementadas por uma Cultura Política propícia ao funcionamento destas estruturas procedurais. Desse modo, faz-se necessário pensar em dispositivos alternativos e mais e cientes de engajamento político. Cabe ressaltar que uma Cultura Política com orientação para a participação é capaz de gerar estoques de capital social, ou seja, possui o potencial de aumentar a confiança tanto entre as pessoas como entre as mesmas e as instituições políticas (SOUZA, 2016, p. 14).

Neste cenário, a participação, a confiança ou descrédito das pessoas nas instituições políticas são apontados como indicadores dos estudos da Cultura Política. Por um lado, a confiança está associada à estabilidade democrática e valor político, caracterizada pela atitude e crença dos cidadãos de que os sistemas políticos ou as instituições funcionam de maneira justa, eficiente e responsável em prol do interesse público. Ou seja, a confiança das pessoas nas instituições serve para avaliar a qualidade de uma democracia. Por essa razão, quando os cidadãos confiam nas instituições e nos seus representantes, eles tendem a se sentir mais satisfeitos a se engajar para transformação social e política.

A confiança é um elemento crucial do conceito mais amplo de “capital social”, ou seja, as normas, redes e outras formas de “conectarmo-nos” que permitem às pessoas trabalhar em conjunto mais efetivamente [...]. Quando os cidadãos não confiam no Estado para resolver disputas com justiça e eficiência, buscam alternativas como o pagamento de suborno e outros

comportamentos corruptos. Dessa forma, concluem que a confiança pode ser útil na luta contra a corrupção, uma vez que ela ajuda os burocratas a cooperarem uns com os outros e com os cidadãos individualmente [...]. Quanto maior o nível de confiança interpessoal em uma determinada sociedade, maior o compromisso com normas universalistas e com o Estado de Direito e menores as taxas esperadas de corrupção política (POWER e GONZÁLEZ, 2003, p. 52-53).

Por outro lado, a desconfiança na Cultura Política se reflete quando existe uma ruptura entre os cidadãos e as instituições. Essa falta de confiança pode ser motivada por uma série de fatores, como a percepção de corrupção, clientelismo, injustiça nas instituições políticas, violação dos direitos humanos e civis. Portanto, quando as pessoas não confiam nas instituições e seus representantes, eles podem se sentir desencorajados a participar na política e podem atestar a legitimidade do sistema político (MOISÉS, 2005, 2008, 1992; SOUZA, 2016; JESUS, et al, 2021).

É importante referenciar que a legitimidade do regime político depende não só da participação convencional e procedimental (voto) das pessoas, tampouco da participação dos partidos políticos em eleições periódicas. Essa vaga é igualmente calculada por meio da participação não-convencional, como o grau de interesse e satisfação dos cidadãos por política, satisfação com as instituições democráticas, partidos políticos e também participação em atividades cívicas: protestos de rua, vigília, greve, etc. (CASTRO, 2008; SOUZA, 2012; BAQUERO e GONZÁLEZ, 2016).

Nessa perspectiva, a Cultura Política é um conceito contemporâneo do campo da Ciência Política que surge com mais incidência na década de 1960, uma proposta apresentada por Gabriel Almond e Sidney Verba, que debruçam a partir da análise do comportamento das pessoas a partir da orientação política subjetiva, tanto das elites, quanto dos cidadãos nos sistemas políticos. Inspirando-se na Teoria da Escolha Racional, Almond e Verba buscam analisar o funcionamento dos regimes democráticos a partir da percepção e sentimento dos indivíduos como vetor determinante para avaliar o sistema político e como isso afeta sua participação e envolvimento na política.

Assim, para compreender a complexidade dos sistemas políticos, Gabriel Almond e Sidney Verba (1963) realizaram uma pesquisa abrangente de opinião pública sobre a Cultura Política em diferentes países ou através de comparação de cinco nações: Alemanha, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Itália e México.

Gabriel Almond, Verba e G. Bingham Powell Jr. (1972, p. 37), no livro “Uma

Teoria de Política Comparada” apresenta o conceito de Cultura Política como “o padrão de atitudes e orientações individuais com relação à política compartilhadas por membros de um sistema político”.

Corroborando, os autores enfatizam ainda que a ação pessoal é o reino da Cultura Política e o que lhe garante significado. Ou seja, a participação é uma dimensão crucial da Cultura Política e do funcionamento da democracia. Eles identificam que essa participação é orientada pela política de atitude ligada à psicologia humana (individual) que objetiva confrontar o desenvolvimento do sistema político. Dito de outro modo, é uma participação política convencional que se relaciona às formas tradicionais de ação política, como participar de partidos políticos, votar, etc. Eles destacam a importância desta participação para a estabilidade política e salientam que a participação não-convencional através de protesto é uma ameaça para a estabilidade do sistema político, principalmente quando forem violentas.

Em suma, esta teoria culturalista mostrou-se preocupado com a participação das pessoas na esfera-institucional, por isso, partem da seguinte afirmação: “*en todas las naciones jóvenes del mundo se halla difundida ampliamente la creencia de que el individuo corriente es políticamente importante - de que debe ser un miembro activo del sistema político*”⁴ (ALMOND e VERBA, 1963, p. 20).

Em vista disso, além de destacar a importância da participação na política mundial e no pós-regime autoritário, Almond e Verba apresentam o comportamento de cada regime político: democrático e totalitário. O primeiro é entendido como aquele que confere aos cidadãos um grau de oportunidade para participar no processo decisório do Estado. Nesses sistemas políticos os cidadãos são ativos e participam amplamente na esfera da vida política. O segundo é caracterizado por uma Cultura Política de sujeição correlação às questões políticas. Nestes regimes políticos, as pessoas são menos ativos politicamente ou são impedidas de participar da vida política e se organizar em grupos coletivos (RIBEIRO, 2008).

Una forma democrática del sistema político de participación requiere igualmente una cultura política coordinada con ella. Ahorabien, la aplicación de la cultura política de los países democráticos occidentales a

⁴ Tradução nossa: Em todas as nações jovens do mundo há uma crença generalizada de que o indivíduo comum é politicamente importante que ele ou ela deve ser um membro ativo do sistema político.

las naciones jóvenes se enfrenta con serias dificultades. Hay dos razones principales. La primera-de ellas afecta a la naturaleza misma de la cultura democrática. Las grandes ideas de la democracia libertad y dignidad individuo, principio de Gobierno con el sentimiento de los gobernados—son conceptos elevados y fecundos⁵ (ALMOND e VERBA, 1963, p. 21).

Para Almond e Powell (1972), a Cultura Política pode ser classificada ou dividida em três dimensões de orientação política: (a) orientações cognitivas; (b) orientações afetivas; e (c) orientações avaliativas. A orientação cognitiva se refere ao conhecimento preciso ou não dos indivíduos em assuntos e objetos políticos. Ou seja, é a noção que as pessoas possuem, como opiniões sobre a democracia e o funcionamento do sistema político. A orientação de cunho afetivo se refere aos sentimentos políticos das pessoas, como a confiança e desconfiança nas instituições políticas. Finalmente a orientação avaliativa é o julgamento de opiniões que os agentes possuem sobre os assuntos políticos. Dito de outro modo, é a dimensão do comportamento político das pessoas, como o exercício do voto em eleições, filiação partidária e participação em protesto (ALMOND e POWELL, 1972; ALMOND e VERBA, 1963).

Esta proposta de orientação é de suma importância para avaliar a confiança, participação e tomada de decisão dos cidadãos no cenário político. Quanto maior a confiança interpessoal e institucional, mais interesse e vontade as pessoas terão de participar da política. Dessa forma, o cruzamento dessas orientações resultou na constituição de três diferentes tipos de Cultura Política: (1) Cultura Política Paroquial; (2) Cultura Política Súditas ou Sujetas e a (3) Cultura Política Participante.

A Cultura Política paroquial acontece quando os agentes demonstram pouco ou nenhum sentimento e conhecimento em relação às questões e objetos políticos, ou mesmo não existe nenhuma especialização política de liderança, são características das sociedades na qual a religião e a política estão intrinsecamente ligadas. Para Almond e Powell (1972), este tipo de Cultura Política é raro nas sociedades ocidentais modernas, e são comumente encontradas as regiões em fase

⁵ Tradução nossa: Uma forma democrática do sistema político de participação também requer uma Cultura Política coordenada com ele. No entanto, a aplicação da Cultura Política dos países democráticos ocidentais às nações jovens enfrenta sérias dificuldades. Há duas razões principais. A primeira delas afeta a própria natureza da cultura democrática. As grandes ideias de democracia, liberdade e dignidade do indivíduo, o princípio do governo com o consentimento dos governados – são conceitos elevados e frutíferos.

de transição, como as sociedades africanas.⁶ Na perspectiva desses autores, essas sociedades são caracterizadas pelos níveis baixos de participação política e de associação, as pessoas possuem pouca noção sobre as demandas individuais e coletivas.

A Cultura Política Súdita ou Sujeita é caracterizada quando as pessoas apresentam um certo nível de especialização e de consciência sobre o sistema político e o seu resultado caracterizado pelos *outputs*, como as leis e as políticas sociais. Porquanto a participação política das pessoas nessa Cultura Política é tímida ou passiva em participar das estruturas de *inputs*, deixando com que as respostas das demandas sejam da responsabilidade dos atores políticos.

Finalmente, a Cultura Política Participativa é caracterizada por uma participação política mais ampla e ativa, que se relaciona não apenas em atividade convencional, mas também em atividades políticas não-convencionais. As pessoas nessa cultura política são orientados sobre a função da estrutura de *inputs* que os representam e desempenham de maneira ativa o papel político na elaboração de demandas individuais e coletivas no sistema político

A Cultura Política Participativa por sua vez, é vista como a mais adequada para o funcionamento, estabilidade e eficácia da democracia, pois incentiva o envolvimento ativo dos cidadãos para a construção da consciência coletiva (KUSCHNIR e CARNEIRO, 1999; NEVES, 2010; CASTRO, et al, 2022; JESUS, et al, 2021).

A manutenção da lei e da ordem numa sociedade depende, em parte, de uma orientação positiva de seus membros com relação aos órgãos governamentais. Os cidadãos das novas nações muitas vezes vêem apenas os benefícios dos *outputs* governamentais, e talvez, os canais através dos quais possam apresentar demandas, não adquiriram uma atitude positiva de colaboração com o governo – ou seja, não aprenderam a obedecer às leis [...] as orientações com relação à política incluem autopercepção do indivíduo como um ator político. Mesmo se um indivíduo tem um conhecimento razoavelmente acurado do funcionamento do sistema político, ainda assim ele pode ter uma variação de atitudes pessoais quanto à adequação de suas ações, personificado de atitudes e de competência

⁶ É evidente que o conhecimento antropológico e sociológico que os autores possuíam nesta época era um pouco limitado quanto à realidade atual, sobretudo com o surgimento das pesquisas Etnográficas que têm mostrado que existem diversas maneiras de atribuição e autoridade em cada sociedade. A luz da realidade africana, no entanto, há uma tautologia, pois apesar de viver um período longínquo de colonização e pilhagem da sua economia, os povos africanos nunca tiveram aquém dos atropelos das suas culturas, das violações dos direitos humanos, tampouco se resguardar durante o processo colonial, ao contrário, sempre resistiram e havia forma de organização política dos antigos reinos. Leia: História Geral da África, VII: África sob a dominação colonial, 1880-1935.

política pessoal (ALMOND e POWELL, 1972, p. 40).

É importante também ressaltar que é a partir destes três tipos de Cultura Política que determina a *civic culture* de uma nação. Desse modo, a Cultura Política Participativa é vista como uma cultura cívica e parte das democracias da sociedade Ocidental, um tipo de cultura que permite aos “indivíduos interessados nas estruturas de *inputs* e que possuem tais atitudes de competência política tentem influenciar a ação política quando isso for de seu interesse” (ALMOND e POWELL, 1972, p. 40). Em teoria, essa cultura orienta o cidadão a votar racionalmente, criar partidos políticos e organizações para atender suas demandas.

Embora tenham se concentrado nessas cinco nações, a proposta *The Civic Culture*, de Almond, Verba e Powell tiveram um impacto significativo nos estudos de Cultura Política das sociedades modernas para a compreensão dos sistemas políticos, não apenas no âmbito procedurais, mas o que lhes permitiu desenvolver uma teoria mais ampla das dinâmicas políticas em diferentes contextos ou sociedade.

Esta obra de Almond e Verba foi muito influente no surgimento de uma série de estudos sobre Cultura Política e Comportamento Político, devorando críticas contundentes à proposta teórica destes autores. A primeira crítica recai ao etnocentrismo desenvolvido a partir de uma amostra limitada de países ocidentais. A segunda incide na homogenização do conceito de Cultura Política, uma proposta que tende a generalizar as culturas políticas ocidentais em um tipo ideal ou único e compatível com as demais nações mundiais, ignorando as diversidades e experiências históricas e políticas de diferentes países. A terceira e última crítica se reflete a questão socioeconômica ou condições sociais dos cidadãos como fatores que podem influenciar na Cultura Política e estabilidade do sistema político de uma nação, como a desigualdade, pobreza, déficit no sistema de ensino, saúde, e outras questões sociais (PRZEWORSKI, et al, 2003; CASTRO, 2008; BAQUERO e GONZÁLEZ, 2016).

Em função disso, veremos em diante um retorno conceitual e crítico a noção de Cultura Política além da perspectiva política institucional e individual, uma proposta de cultura cívica baseada na ação coletiva como forma de participação não-convencional, como observaram (INGLEHART, 1982; PUTNAM, 1996; MOISÉS, 1990).

Castro (2008, p. 22) considera que “as diferentes culturas políticas são frutos de diferentes experiências históricas e que não necessariamente caminham para uma mesma conformação institucional”. Esta crítica se refere à proposta minimalista de Cultura Política apoiada na norma, racionalidade e no etnocentrismo característico dos seus principiantes. Uma cultura que a priori é fundamentada pela atitude, comportamento e sentimentos individuais em detrimento de uma participação coletiva na sociedade.

De acordo com Penna (2008) a perspectiva de Cultura Política, de Almond, Verba e Powell estava interessada em explicar os paradigmas que orientam a ação individual e não coletiva acerca do funcionamento dos sistemas políticos. Por esse motivo, propõe uma abordagem analógica de Cultura Política, um conceito multidimensional que se relaciona a um conjunto de práticas (política e social) compartilhadas na esfera pública e que se constituem pela dimensão coletiva e do envolvimento das pessoas nos grupos sociais, associações e movimentos, da importância da educação e dos meios de comunicação social na formação da cultura cívica das pessoas com vista à conquista de novos espaços de participação política na sociedade.

Por participação política entende-se o conjunto de atividades mediante as quais os cidadãos de determinada sociedade pretendem influir tanto na escolha dos responsáveis pelas decisões políticas que afetam essa sociedade como um todo (e, portanto, nas suas ações), como no processo que conduz às próprias decisões relevantes para a coletividade. Evidentemente, as atividades participativas em uma democracia moderna não envolvem, apenas, o comportamento eleitoral e as formas indiretas de controle social da ação dos governantes; podem abarcar tantas formas “convencionais” (tais como o voto, a participação em uma campanha eleitoral) como formas “não-convencionais” (tais como protestos de massa, ocupações, etc.) (MOISÉS, 1990, p. 13).

A participação não-convencional em países que experimentaram a tradição autoritária, é um dos ganhos significativos da transição democrática que abriu o caminho para o surgimento de novos atores sociais e políticos na sociedade (AVRITZER, 1995). A aparição dos atores sociais trouxeram pautas revolucionárias de luta contra a violação dos direitos humanos, ocupação em locais públicos e criação de grupos associativos sem vínculo partidário, diferente da visão normativa da democracia liberal baseada na ação pessoal.

Feita estas considerações, Przeworski, et al (2003) buscam analisar a *civic culture* a partir da dinâmica do desenvolvimento econômico no sistema político sem

precisar recorrer à cultura. No entendimento desses autores, os fatores econômicos desempenham papéis fundamentais para a sobrevivência dos regimes democráticos em detrimento dos regimes ditatoriais e com legados autoritários, na qual estes fatores “econômicos” não apresentam algum efeito para a sua sobrevivência, pelo contrário, gera crise econômica e que à torna cada vez mais frágil.

Baquero e González (2016) entendem que países com um índice gritante de crise econômica produzem colapso de credibilidade pessoal e institucional, por sua vez, originam na desconfiança dos atores políticos e da própria instituição, uma que a característica de uma democracia está ancorada a boa governança e a capacidade de gerenciar e executar de forma eficiente e eficaz, bem como de dar resposta às demandas sociais. Portanto, quando estas demandas não são atendidas podem afetar a estabilidade democrática de uma nação através da falta de confiança das pessoas nas instituições políticas e seus atores.

Nessa perspectiva, um dos pilares de uma democracia também está associada às questões sociais e econômicas, em particular da capacidade e o processo do qual os cidadãos têm em fiscalizar e cobrar a responsabilidade de seus representantes. Essa responsabilidade refere-se à capacidade de assegurar que os funcionários públicos sejam responsáveis pelo seu comportamento e obrigados a justificar e informar os cidadãos sobre as suas decisões e, eventualmente, a serem sancionados (O'DONNELL, 2001; SMULOVITZ e PERUZZOTTI, 2000, 2006).

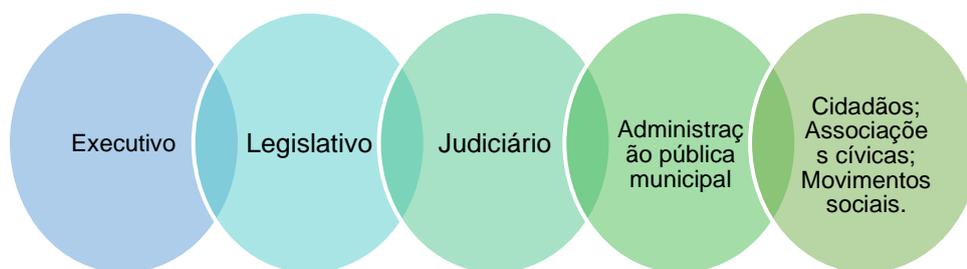
A capacidade de fiscalização está acentuada em três pilares essenciais, como a responsabilização, transparência e prestação de contas. Estes pilares permitem com que os servidores públicos se sintam na obrigação de exercer seu cargo de forma transparente e eficiente com base na legalidade e incluem formas alternativas de controle (social e político), que permite uma maior participação e engajamento cívico das pessoas.

Social accountability is a nonelectoral yet vertical mechanism of control of political authorities that rests on the actions of an array of citizens' associations and movements and the media. The actions of these groups monitor public officials, expose governmental wrongdoing, and can activate the operation of horizontal agencies. Social accountability employs both institutional and noninstitutional tools. The activation of legal actions or claims before oversight agencies is an example of an institutionally channeled action; social mobilizations and media exposés are examples of noninstitutional ones. Social accountability operates neither through the electoral aggregation of votes nor as part of an intrastate system of checks and balances. Rather, social accountability relies on interested, organized sectors of civil society and media institutions that are able to exert influence

*on the political system and public bureaucracies. The monitoring activities of many NGOs and the work ings of a wide array of social movements, civic associations, and media organi zations organized around demands for legality and due process expand the classic repertoire of electoral and constitutional institutions for controlling government and on many occasions might serve to improve and complemente them or to compensate for many of their built-in limitations*⁷ (PERUZZOTTI e SMULOVITZ, 2006, p. 10).

Além de possibilitar maior engajamento das pessoas em reivindicar melhores condições de vida e o cumprimento de políticas públicas e sociais, o *Accountability* social permite mais proximidade entre o Estado e a Comunidade, entre o Eleito e o Eleitor (AHMAD, 2008). Como ilustra a figura 1:

Figura 1 Accountability Social



Fonte: Elaboração do autor.

Baquero (2003) considera que o *Accountability* Social também se constitui como uma parte beligerante do sistema político, ou seja, é uma das ferramentas que garante o desenvolvimento da Cultura Política Participativa, uma vez que demanda mais engajamento (cívico e político) das pessoas em participar no processo de

⁷ Tradução nossa: *Accountability* social é um mecanismo não eleitoral, mas vertical de controle das autoridades políticas que assenta nas ações de uma série de associações e movimentos de cidadãos e dos meios de comunicação social. As ações destes grupos controlam os funcionários públicos, expõem as irregularidades governamentais e podem ativar a operação das agências horizontais. A responsabilidade social emprega tanto instrumentos institucionais como não institucionais. A ativação de ações legais ou reclamações perante agências de supervisão é um exemplo de uma ação canalizada institucionalmente; mobilizações sociais e exposições dos meios de comunicação social são exemplos de ações não institucionais. A responsabilidade social não funciona nem através da agregação eleitoral de votos, nem como parte de um sistema intra-estatal de controlos e equilíbrios. Pelo contrário, a responsabilidade social depende de setores interessados e organizados da sociedade civil e de instituições dos meios de comunicação social capazes de exercer influência sobre o sistema político e as burocracias públicas. As atividades de monitorização de muitas ONG e os trabalhos de uma vasta gama de movimentos sociais, associações cívicas e órgãos de comunicação social organizados em torno de exigências de legalidade e devido processo expandem o repertório clássico de instituições eleitorais e constitucionais para controlar o Governo e, em muitas ocasiões, podem servir para as melhorar e completar ou para compensar muitas das suas limitações internas.

tomada de decisão e fiscalização da coisa pública.

A mera existência de instituições democráticas criadas de cima para baixo não é suficiente para garantir a estabilidade política, e, menos ainda, a justiça social. A menos que os cidadãos tenham fé nessas instituições se envolvam em atividades de auto-governança, a democracia enquanto conceito e enquanto prática pode tornar-se algo destituído de significado, usado para legitimar práticas autoritárias e de corrupção institucionalizada, pois a cidadania social não se faz presente. [...] historicamente, a ausência de uma maior participação das pessoas [...] tem mostrado que a democracia de procedimentos não tem conseguido legitimar-se por seus próprios valores, pois, presentemente, o grau de contestação é alto e a participação das pessoas em atividades convencionais (pertencer a partidos, participar de comícios, discutir política, entre outros) é reduzida (BAQUERO, 2003, p. 84).

Assim, um dos requisitos para se considerar uma nação como democrática tem a ver com a permissão da participação (convencional e não-convencional), satisfação e o grau de confiança das pessoas com relação às instituições, o atendimento das questões sociais e econômicas, acesso à educação, transporte e saúde pública, entre outros requisitos. Quanto menos transparente, ineficiente, quanto menos são cumpridas as demandas populares, quando não são respeitadas as regras formais e informais do jogo político, quando são excluídas as minorias e violados os direitos humanos, maior é, e sempre será o nível de desconfiança e contestação popular (BAQUERO, 2003).

A ausência de uma Cultura Política que atende o *Accountability* (social) é muito comum nas sociedades com passado colonial e que experimentaram um regime político autoritário que são marcados por uma Cultura Política do clientelismo, personalismo, patrimonialismo, alto nível de corrupção e a falta de transparência. Estes e outros fatores têm dificultado a concretização de uma cultura cívica (PENNA, 2008; ALMADA, 2016).

Para Penna, existem três características que representam a Cultura Política nos países da América-Latina, em particular o Brasil, como: o autoritarismo, neoliberal e a democracia participativa. A existência destas características, sobretudo da primeira e segunda, é consequência dos legados autoritários e do clientelismo que foi enraizada na sociedade brasileira.

Marilena Chauí (2000; 2008b), por sua vez, considera que a Cultura Política do Brasil foi construída a partir de uma narrativa do mito colonial do *senhorial*. Este mito colonial classificou a sociedade e os grupos sociais em duas camadas

estratificadas, tais como: os grupos superiores hierarquicamente –constituídos por aqueles que mandam; e os inferiores – que são caracterizados por aqueles que obedecem. Estes construtos sociais, segundo a autora, ainda é muito presente nas relações diárias das pessoas dentro e fora das instituições, uma Cultura Política da predominância da cultura patrimonial, isto é, do compadrio (grau de parentesco).

Os semelhantes modos se encontram na política neoliberal que se baseiam em uma cultura dominante, uma das características das sociedades anteriores e também atual da realidade Africana e Latina-Americana brasileira, onde prevalece o privilégio e divisão entre os grupos e classes, e produzem um discurso político forjado na defesa do princípio de igualdade (racial e social) e inclusão de todos(a).

Uma sociedade e não um simples regime de Governo é democrático quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando instituem direitos e que essa instituição é uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática social realiza-se como uma contra-poder social que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes. A sociedade democrática institui direitos pela abertura do campo social à criação de direitos reais, à ampliação de direitos existentes e à criação de novos direitos (CHAUÍ, 2008, p. 69).

Os partidos políticos também se constituem como parte importante do campo da cultura democrática, em particular da democracia representativa, servem como gestores da coisa pública, criam estruturas e departamentos para o bom funcionamento institucional, elaboram normas e leis que visam à participação dos cidadãos. Essas leis e normas podem ser democráticas, mas a sua aplicabilidade, seja de maneira isenta ou parcial é o que vai definir e determinar a característica de um regime político. No entanto, a inclusão dos grupos minoritários e dos movimentos sociais depende da liberdade política que os constituintes ou atores políticos produzem, como leis que visam assegurar o advento destas agremiações, por essa razão, os países considerados democráticos toleram as organizações independentes. Logo, a discussão com relação à participação não-convencional é fundamental neste estudo para verificar e considerar uma nação como sendo ou não uma democracia (VITULLO, 2007).

É importante também realçar que a criação de uma esfera política autônoma é fundamental para a democracia e o bom desempenho institucional, pois permite que as pessoas participem ativamente do processo político e na formação de um Capital

Social, uma da subárea da Cultura Política. Nesse sentido, o capital social “diz respeito a característica da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996, p. 177).

O Capital Social é visto também como uma rede de contatos, valores e normas que assegura a cooperação entre os cidadãos e as instituições através da confiança mútua, solidariedade e reciprocidade. Ou seja, trata-se de um processo de interação social e afetiva que é construído ao longo do tempo, seja por iniciativa pessoal dos cidadãos, como também dos governos através de criação de políticas que incentivam a participação.

Uma característica específica do capital social - confiança, normas e cadeias de relações sociais - é o fato de que ele normalmente constitui um bem público, ao contrário do capital convencional, que normalmente é um bem privado [...] A confiança é um componente básico do capital social [...] a confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança (PUTNAM, 1996, p. 180).

Robert D. Putnam identificou na sua obra *“Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna”* duas variáveis do capital social, nas quais sejam: a comunidade mais cívica e a comunidade menos cívica. Desse jeito, por um lado, a comunidade mais cívica são aquelas caracterizadas pelo capital social, ou melhor, tem haver com a existência de mais agremiações e participação ativa dos cidadãos em questões públicas (esporte, eventos, etc.). E por outro, a comunidade menos cívica são aquelas onde é identificada pouca mobilidade social ou mesmo inexistência de associações, declínio de participação dos cidadãos, portanto, onde prevalece a relação da cultura clientelar, como veremos detalhadamente no último capítulo.

O capital social é muito importante para o desempenho institucional e atesta com a democracia de uma nação a partir do envolvimento dos cidadãos nas comunidades, pois uma sociedade com alto nível de capital social tende a ser mais democrático em detrimento daquelas que atuam de maneira individual. Ou seja, o capital social pressupõe maior participação dos indivíduos na vida pública, como votar, participar de organizações da sociedade civil e comunitária, discutir questões políticas e cobrar responsabilidade, permite com que as pessoas sejam mais tolerantes e inclusivas, etc., O declínio do capital social é consequência do

isolamento social e do aumento da individualização, como veremos nos próximos capítulos.

O capital social tem como princípio que as comunidades funcionam bem ou mal dependendo das dimensões sociais existentes. Em outras palavras, a ação coletiva somente tem êxito quando existem afinidades entre as pessoas, se elas confiam umas nas outras e se respeitam mutuamente, capacitando-as a compartilhar recursos, tanto como inputs e outputs. Assim, auferir a existência ou não de capital social pode ajudar a detectar a fragilidade ou pontos fortes de uma comunidade (BAQUERO e AMORIM, 2004, p. 09).

Os autores partem da perspectiva de que o envolvimento dos cidadãos em organizações independentes ou informais constituem uma das partes da dimensão do capital social e que de certa forma influenciam na chamada socialização política. Ou seja, a socialização política é consequência da Cultura Política que as pessoas absorvem dos meios sociais, como escola, família, televisão, rádio, religião. No âmbito da Cultura Política, essa socialização “cumprir a função de transmitir e sedimentar os sentimentos de apoio ou crítica às instituições e objetos políticos” (ALMADA, 2016, p. 179).

Rodrigues (2010) considera a socialização política como compartilhamento de crença simbólica caracterizada pela existência de uma cultura superior e inferior. Para ele, a socialização política ajuda a compreender a relação entre estrutura e comportamento político desempenhado no processo de interação e educação dos indivíduos, as crenças e valores políticos.

A socialização política pode tomar a forma de transmissão manifesta e óbvia, ou latente e oculta. É manifesta quando envolve a comunicação aberta de informações, valores ou sentimentos referentes a objetos políticos. A socialização política oculta ou indireta é a transmissão de atitudes não-políticas que afetam as atitudes referentes a papéis e objetos similares no sistema político. Essa socialização oculta ocorre às vezes com força particular nas primeiras experiências do indivíduo. A criança, por exemplo, adquire certas atitudes gerais de acomodação ou de agressão com relação a outros indivíduos. Tais atitudes adquiridas afetarão [ou não] mais tarde suas atitudes para com os líderes políticos e os outros cidadãos. A socialização latente envolve muitas das características mais fundamentais da cultura geral, as quais, por sua vez, podem ter grande efeito sobre a esfera política (ALMOND e POWELL, 1972, p. 46-47).

Durante o processo de socialização política podemos encontrar dois grandes agentes, como família e a escola. A família é constituída como agente primária da socialização política, ela influencia nos estágios iniciais da vida dos indivíduos, principalmente na formação de atitude e no espírito de coletividade, de crença e

construção de aptidões e competência política que poderão guiar a participação da pessoa na fase adulta. Na mesma perspectiva, a escola é o agente secundário, pois exerce um importante papel importante na formação e sistematização dos conhecimentos das pessoas com relação às regras da sociedade, política e democrática. Portanto, “as escolas podem despertar uma consciência de outros valores e circunstâncias, fornecendo uma base para novas aspirações políticas” (ALMOND e POWELL, 1972, p. 47-48).

Não obstante estes tipos de agentes do processo de socialização política (família e a escola), existem obviamente outros agentes que não mereceram o aprofundamento por parte de Almond, Verba e Powell, como os grupos sociais, as associações comunitárias e cívicas, etc. No contexto atual, podemos destacar os agentes de socialização política que criam novas identidades coletivas, em particular para os jovens, como a internet ou redes sociais⁸. Portanto, durante a socialização política, as pessoas aprendem sobre os valores que orientam a política e a democracia, liberdade e o espírito cívico.

No entanto, a participação juvenil na vida pública implica a construção cívica capaz de garantir sustentabilidade à democracia política e social, diferente da visão elitista-liberal do negacionismo de participação cívica e política limitada no direito civil e individual para eleger os dirigentes. Putnam (1996) considera a importância da participação além do processo eleitoral, por isso vai denominar de “comunidade cívica” – para se referir aqueles cidadãos que se identificam e se envolvem em questões públicas de maneira mais ativa.

A participação numa comunidade cívica pressupõe mais espírito público do que essa atitude, mais voltada para vantagens partilhadas. Os cidadãos de uma comunidade cívica não são santos abnegados, mas considera o domínio público algo mais do que um campo de batalha para a afirmação do interesse pessoal. De igual modo, [...] na comunidade cívica, a cidadania implica direitos e deveres iguais para todos. Tal comunidade se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência. Os cidadãos interagem como iguais, e não como patronos e clientes ou como governantes requerentes. [...] A participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos (PUTNAM, 1996, p.102-104).

Imbuídos do espírito coletivo, a comunidade cívica é apresentada como o

⁸ Ver BAQUERO, M; et al. Socialização Política e Internet na Construção de uma Cultura Política Juvenil no Sul do Brasil, Educ. Soc., Campinas, v. 37, n° 137, 2016.

conjunto de vontade dos cidadãos de vários estratos sociais, com opiniões e convicções próprias e discutem questões públicas, bem como participam ativamente na tomada de decisão no sentido de combater o clientelismo e o autoritarismo, através de senso de responsabilidade coletiva. Defendem o pluralismo democrático e revolução como campo de emancipação política e social (BUSTAMANTE, 1996; MARASIGAN, s/d.).

4 – ANGOLA: notas históricas

Para compreender a constituição da sociedade civil angolana deve-se levar em consideração o passado histórico e político, caso contrário, teremos um ponto de vista superficial (PAIN e REIS, 2006), incluem três etapas: (i) o processo de negociação para a independência de 1975, a formação do Estado e do sistema político angolano que se consubstanciou na aprovação da primeira lei constitucional e na instauração de regime de partido único; (ii) o período que marca a transição do regime anterior para o sistema multipartidário entre 1991/1992; (iii) a etapa que marca a assinatura do acordo de paz no ano de 2002, bem como a época da aprovação da nova carta magna em 2010, lei que assegura até hoje, direitos, liberdades e garantias individuais e coletivas (BATSÍKAMA, 2019).

4.1. A formação do Estado e Sistema Político Angolano (1975-1991)

Em Angola, de acordo com Hernandez (2008) afirma que o surgimento dos movimentos nacionalistas da década de 1960: MPLA, FNLA e a UNITA, foram protagonistas de uma luta anticolonial, cujo objetivo foi à descolonização do país e para pôr fim à presença do regime colonial vigente na época. Entre as etapas dessa luta sinalizam: o de 04 de janeiro de 1961, conhecido como a revolta dos camponeses na província de Malanje; O 4 de fevereiro de 1961, evento ocorrido na capital do país Luanda, mais conhecido como a revolta popular que culminou com a invasão as cadeias coloniais. A revolta do 4 de Fevereiro tinha como finalidade libertar os presos políticos; e por fim, o evento que ocorreu na parte norte do país no dia 15 de março do mesmo ano. Estas revoltas contribuíram para o enfraquecimento político e militar do colonialismo português, que mais tarde veio a influenciar no evento que ficou conhecido de *Terceira onda de Democratização* que aconteceu no leste da Europa, cujo o pontapé inicial tem sido considerado, golpe militar do dia 25 de Abril de 1974 em Portugal que derrubou o regime de António Salazar e Marcelo Caetano, aquele golpe militar foi protagonizado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA).

O Golpe de 25 de abril de 1974, também conhecido como *Revolução de*

Cravos, iniciou mudanças significativas para o acesso às independências das colônias portuguesas na África, tais como: Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe. Do mesmo modo, o evento fez com que o MFA reconhecesse o princípio da autodeterminação desses países e seus povos, em seguida, abriu-se às vias que deram o início as negociações que marcaram o processo de transição por meio de assinatura de documentos que definisse a data e o mês para a proclamação da independência. Estes documentos, no caso de Angola, foram rubricados em janeiro de 1975, entre o Governo de Portugal e os líderes dos três Movimentos de Libertação Nacional, nomeadamente: Agostinho Neto (representando o MPLA), Holden Roberto (FNLA) e Jonas Savimbi (UNITA) que por sua vez se reuniram na cidade de Algarve e realizaram a assinatura do documento conhecido como Acordo de Alvor (BIRMINGHAM, 1992; ALBUQUERQUE, 2002; MARQUES, 2013).

Dentre as resoluções definidas no Acordo de Alvor, destacam-se: primeiro a negociação do cessar-fogo entre o exército português e angolano; segundo foi o agendamento para a independência de Angola, que ficou marcado para a proclamação no dia 11 de novembro de 1975; terceira deu-se a preparação de um governo provisório para a transição, que seria formada através de um colegiado de ministros e secretários de Estados indicados pelos representantes dos três movimentos; a quarta seria a criação de uma Assembleia Constituinte que organizaria as primeiras eleições de novo presidente no prazo de nove meses (PAIN, 2007a; ANTONIO, 2013; SILVA, 2016; PESTANA, 2004).

Segundo Silva (2016), a criação do governo de transição foi previsto no tempo de constituição que seria até o dia 31 de janeiro de 1975. Todavia, alguns problemas identificados aniquilaram a criação do governo, assim como, permitiram a violação das resoluções do Alvor. Os problemas se justificam nos seguintes fatos: primeiro é que o acordo revelou-se incapaz de produzir consenso e resolver o processo de transição de uma forma pacífica entre os três movimentos, que mais tarde Angola veio a se transformar num palco de conflito política-militar, ou seja, guerra civil, tendo como protagonista os três líderes, este conflito enquadra-se também no quadro geopolítico da guerra fria que fomentava as chamadas guerras *proxys* ou guerras por procuração; o segundo problema é que Portugal, enquanto mediador do processo foi incapaz de evitar eventuais conflitos que poderiam surgir, uma vez que

no seu próprio território já existia uma coalizão de força entre socialista e comunista chefiada pelo MFA, bem como, a falta de neutralidade por parte de Portugal, tal como assevera Palla e Soares (2003) o manifesto apoio que o Governo português dava ao MPLA não ajudou em nada a conciliação. Ademais, nos termos do Acordo, devia-se criar a chamada “Comissão Nacional de Defesa”, composta por forças militares mistas distribuídos em 8000 combatentes para cada um dos três movimentos e cerca de 24.000 das forças armadas portuguesas, entretanto, as autoridades portuguesas nem sequer disponibilizaram um terço deste contingente militar previsto, negligenciando assim a implementação efetiva dos acordos, como se diz, acordos sem espada, não passa de promessas vãs.

A inoperância de um governo de transição, padecendo de morte congênita, perspectivado em Alvor levou com que estes movimentos de libertação encontrassem uma via de pacificação para tentar salvar os acordos de Alvor, foi assim que entre 16 a 20 de junho de 1975, em uma reunião na cidade do Quênia, foi assinado outro acordo conhecido como *Nakuru*, cuja finalidade circunscreve na tentativa de salvação do acordo anterior “Alvor”. Portanto, embora o acordo produzisse uma forma de consenso entre os líderes, contudo, revelou-se também incapaz e o país tornou-se novamente um verdadeiro palco de luta armada.

A Guerra Civil aconteceu após o processo de criação do governo de transição em janeiro de 1975, contudo, o conflito se intensificou na data da proclamação da independência, em 11 de novembro do mesmo ano. Portanto, para além da participação na guerra civil dos movimentos de libertação: MPLA, FNLA e a UNITA, também houve intervenção de algumas potências estrangeiras. Por um lado, a antiga União Soviética (URSS) e a Cuba. E por outro lado, os EUA, China e a África do Sul.

As alianças entre a União Soviética e Cuba refletiram o seu apoio técnico e militar ao MPLA. Enquanto que os EUA e a China, apoiaram (in)diretamente a FNLA e a UNITA. No que diz respeito ao âmbito interno do continente africano, seja a FNLA e a UNITA receberam apoio vindo da África do Sul e do Congo Kinshasa, atual República Democrática do Congo (RDC). Enquanto que o MPLA obteve o apoio de vários países, principalmente aqueles com os quais se identificavam com o regime socialista, como por exemplo, solidariedade da Tanzânia, onde se encontrava a base logística e houve também contribuições de Senegal, Marrocos, e Tunísia, etc (ESTEVES, 2016; CAPOCO, 2014; FILHO, 2017).

Portanto, a ajuda da URSS ao MPLA presumia-se a influência e incorporação do regime comunista em Angola, uma vez que se tratava de um Movimento em que Portugal tinha mais simpatia em detrimento dos outros. Esta simpatia dava-se primeiro porque no início da descolonização, após a Revolução de Cravos de 1974, o MPLA, que já se encontrava na capital Luanda, foi o primeiro movimento a estabelecer contato e negociar a independência com o governo português. Ademais é relacionado à questão ideológica, o MPLA tinha uma política mais moderada e pró-socialista em detrimento a FNLA e a UNITA, que eram vistas como movimentos conservadores e pró-ocidentais (PALLA e SOARES, 2003; SÁ, 2011).

Por essa razão, segundo Esteves (2016, p. 73-74) afirma que após a assinatura do Acordo de Alvor em janeiro de 1975, sob a mediação de Portugal, especialmente do Almirante Rosa Coutinho, este último “assumiu uma política de favorecimento ao MPLA em detrimento de outros movimentos devido ao compromisso ideológico com o socialismo que norteou o governo provisório (após o derrube da ditadura) sob as lideranças de Vasco Gonçalves e José Pinheiro”, cuja influência de governação advém da URSS.

Com a presença da URSS nos países africanos, isso constituiria uma ameaça para a política externa dos EUA, uma vez que seu interesse econômico com relação ao setor petrolífero em Angola significava o fim dos investimentos preconizados e conquistados, principalmente com a instalação da empresa *Gulf Oil*, uma instituição do ramo petrolífero. Esta empresa tinha o interesse geopolítico e econômico ligado à produção de petróleo, uma vez que Angola, consta na lista dos países que mais produzem petróleo do mundo, em particular do continente africano. Dessa forma, com a influência da União Soviética ao MPLA, aspirava ao fim da hegemonia liberal e vigência de uma economia fechada assente no regime comunista. Isso aconteceu porque, de acordo com Milhares (apud SÁ, 2011) os líderes dos movimentos de libertação consideravam o imperialismo colonial como uma faceta do Capitalismo Ocidental, daí que surge a desconfiança a ideologia capitalista pelas elites africanas, em particular o MPLA que preferiu o apoio ideológico da URSS.

Portanto, não havendo qualquer hipótese, os EUA tiveram que se alinhar com a FNLA e a UNITA durante a fase do conflito. No que lhe concerne, a União Soviética, além do interesse geopolítico e estratégico de espalhar o regime comunista, porquanto tinham interesses econômicos em África, especialmente a

mineração de Angola. Neste sentido, os interesses econômicos se sobrepuseram aos laços ideológicos.

Angola alcançou sua independência de Portugal, em 11 de novembro de 1975, sob a liderança do Agostinho Neto, tendo este proclamado a independência no meio de uma crise e instabilidade política generalizada (guerra civil) protagonizada entre o MPLA, a UNITA e a FNLA. Após a independência, o MPLA de Agostinho Neto aprovou a primeira lei constitucional angolana.⁹ Este estatuto jurídico do político tinha por objetivo assegurar a organização política do Estado e plasmar pelo menos formalmente alguns direitos, bem como, a delimitação do território angolano, que passou a ser chamado de República Popular de Angola e definia o país um Estado soberano, independente e democrático, isenta de qualquer exploração e intervenção estrangeira (PAIN, 2007a; ANTÓNIO, 2013). António asseverou que:

Nesta Lei a soberania residia no povo, que tinha no MPLA o seu legítimo representante. Este último seria constituído por todas as forças patrióticas engajadas na luta contra o imperialismo, cabendo-lhes a direção política, econômica e social da nação (art. 2º). Às massas, por sua vez, lhes seria assegurada a ampla e efetiva participação no poder político, mediante o alargamento, consolidação e desenvolvimento das formas organizativas do poder popular (art. 3º). A nova Lei Constitucional era, portanto, manifestamente permeada de linguagem marxista-leninista. Nela, expressões como: “exploração do homem pelo homem”, “massas populares”, “poder popular” e “imperialismo” não eram incomuns, indicando desde logo a provável direção para onde os novos governantes levariam o país. Isto é, em qual dos blocos antagônicos Angola estaria atrelada. À semelhança da maioria dos países do Bloco do Leste e de todos os países africanos lusófonos, o MPLA adotou o sistema de partido único, ao proclamar a independência de forma unilateral e ao definir-se como o legítimo representante do povo angolano. Com isso, excluiu dos demais movimentos revolucionários a possibilidade de concorrerem democraticamente ao poder, recusando, assim, a alternância democrática (ANTÓNIO, 2013, p. 73).

A lei constitucional de consagrou os órgãos do regime revolucionário marxista-leninista, como sejam: O Presidente da república, que era concomitantemente o presidente do MPLA; O Primeiro-ministro com poderes muito simbólicos pois o poder real estava personalizado na pessoa de Agostinho Neto; o Conselho da Revolução que era o órgão supremo do Estado presidido pelo Presidente da República; e os ministros e secretários de Estado que constituíam o Governo em conjunto com o já citado Primeiro-Ministro.

⁹ ANGOLA, Lei Constitucional de 1975. Disponível em: <https://www.lexlink.eu/fileget.aspx?fileid=1151962>. Acesso em: 10/11/2022

Como em vários regimes totalitários, havia um grande culto a personalidade em volta do líder Agostinho Neto que não admitia contestação, depois do episódio do 27 de Maio de 1977, a pulga que aconteceu no seio MPLA, tendo Nito Alves e José Van-Dúnem seus protagonistas terminados presos e depois assassinados. Depois disso, o MPLA procurou centralizar muito mais a gestão interna.

A filosofia política marxista-leninista como doutrina de Estado, adotado pelo MPLA, ratificou o seu nome e passou a ser designado como MPLA-PT (Partido dos Trabalhadores). A adoção pelo projeto filosófico do marxismo-leninismo se dá na medida em que a liderança do MPLA, assim como dos demais movimentos de libertação africano, assumiram uma simpatia à performance soviética e cubana correlação a vanguarda nas bases populares (VISSENTINI, 2020). De igual modo, a lei constitucional suprimiu a competição partidária e o MPLA definiu-se como representante legítimo do povo angolano, onde o Presidente da República que também era o líder do partido, ele mantinha o controle político, econômico e social de toda esfera da sociedade, incluindo os meios de comunicação social público, ou seja, existia um regime de partido único. Capoco (2014, p. 19) assevera que:

Em Angola, a adoção do sistema de partido único de ideologia marxista-leninista como regime de governo criou, para o país, terreno para a concentração de toda a investida da guerra civil, em conjugação com o problema da Guerra Fria, o que transformou o Estado angolano numa zona de confluência de interesses políticos das grandes potências através do confronto das respectivas ideologias. Assim, a luta pelo poder de Estado, travada entre o MPLA-Governo e a UNITA-beligerante, teve o seu argumento e justificação na ideia da libertação nacional do povo angolano contra imperialismo, ao passo que por parte da oposição armada, essa justificação sustentou-se com a ideia da luta contra o regime marxista-leninista, em ordem à instauração da democracia.

Inspirado na antiga União Soviética e Cuba, em Angola, a corrente marxista-leninista adotada pelo MPLA, servia como instrumento político de legitimação do sistema monopartidário, caracterizado por um modelo ideológico de existência de um único partido fortemente hierarquizado com uma característica autoritária, voltada para o culto personagem a figura do líder político, o Presidente da República, uma filosofia baseada na repressão e perseguição política a todas as formas de oposição contra o governo instalado, portanto, uma política econômica centralizada (SELL, 2006; CAPOCO, 2014).

O sistema de partido único restringiu a liberdade de pensamento e escolha dos cidadãos, a livre circulação e criação de associações. Este último somente foi

permitida às organizações da sociedade “civil” ligada ao partido no poder, tais como: a Organização de Pioneiros de Agostinho Neto (OPA) - um grupo político-social infantil composta por crianças e adolescentes recrutados para causa do partido MPLA; JMPLA - Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola -, ocupado na sua maioria pela camada mais jovem da população, especialmente do partido; conquanto, a Organização da Mulher Angolana (OMA) -, organização vinculada a inclusão das mulheres angolanas (ANTÓNIO, 2013; PAIN; 2007a; 2007b).

Apesar da monopolização da esfera pública e política, a lei constitucional de 1975 incluía, efetivamente, o direito à igualdade, habitação, direito ao sufrágio universal, educação, liberdade de expressão, reunião e associação, saúde e trabalho. Ademais, a lei também previa no (art. 21º) o direito e dever de prestar contas de todo o cidadão eleito no exercício de seu mandato perante as instituições e eleitores. Embora a Lei permitisse essas disposições, foi vetado ao cidadão o direito de escolher livre e democraticamente os seus representantes, assim como de participar na tomada de decisão (TOWNSEND, 1979), ademais, o Conselho da Revolução, nos termos das disposições finais transitórias da lei constitucional, tinha a prerrogativa de “[...] restringir ou suspender total ou parcialmente os direitos e liberdades previstas na Lei Constitucional, enquanto o país não fosse totalmente pacificado” (ANTÓNIO, 2013, p. 74).

Em regimes democráticos os cidadãos escolhem os seus representantes em eleições competitivas, livres e justas, pacífica e transparente (HUNTINGTON, 1994; LINZ e STEPAN, 1999). Todavia, no caso angolano, tratou-se de uma época marcada pela cultura do medo, violência sistemática dos direitos humanos e uma presença massiva de militares nas comunidades. Desse jeito, foi vetada a criação de organizações autônomas, a participação e mobilização dos indivíduos na esfera pública foram bastante limitadas. Tal declara Pain:

Na época, toda a tentativa de autonomização da sociedade civil foi também esmagada pela guerra, na medida em que a deslegitimação do poder do Estado não reforçou o poder da sociedade civil; ao contrário, fortaleceu outro poder, armado e de natureza totalitária que, em contrapartida, deu novo fôlego à máquina estatal, quando a rejeição ao poder armado contribuiu, para bem ou para mal, para o seu reforço e para o conseqüente enfraquecimento das organizações autônomas (PAIN, 2007b, p. 257).

A etapa que marca a cultura de violência e do medo em Angola é refletida a

partir do massacre ocorrido no dia 27 de maio de 1977, considerado nos estudos da política de memória como sendo um dos maiores holocaustos da história angolana pós-colonial. Numa das versões, os que ficaram conhecidos como “Fraccionistas”, Tratava-se de um grupo composto por jovens e figuras importantes do partido do MPLA, inconformados com a situação socioeconômica, social e política do país como também no interior de seu partido, por isso, resolveram sair às ruas para protestar pacificamente contra a má governança, tortura, opressão e a falta de liberdade. A manifestação foi criticada na época pelo Presidente Agostinho Neto, por conseguinte, desencorajou a realização da mesma.¹⁰

Essa manifestação não chegou a ser realizada, entre os organizadores, Nito Alves, José Van-Dúnem e outros cidadãos, foram perseguidos, barbaramente submetidos à tortura e acusadas de golpistas, sendo encaminhados para um campo de concentração e assassinados, sem direito a julgamento (MATEUS e MATEUS, 2015; ANTÓNIO, 2013; QUITUNGA, 2015).

Neste sentido, o 27 de maio de 1977 foi e continuam sendo um dos maiores reflexos de violência pós-colonial na Angola contemporânea (SILVA e QUINTAS, 2022), fortemente marcado pela repressão e intimidação, o que reflete, também, na falta de socialização política de muitas famílias, ou seja, a pouca especialização política das famílias e indivíduos sobre questões que envolvem a participação não-convencional em Angola, é consequência do resquício de um passado trágico de guerra civil e do regime autoritário, ainda presente na sociedade.

Após a morte do Presidente Agostinho Neto, em 1979, o Comitê Central do MPLA, anunciou que José Eduardo dos Santos (JES), seria o seu sucessor, tendo este tomado posse como Presidente da República de Angola em setembro de 1979, ainda sob o regime de partido único e uma guerra civil (ALBUQUERQUE, 2002; ANTÓNIO, 2013; SANTOS, 2019). O presidente JES foi quem principiou o processo de transição política, de regime monopartidário para a democracia multipartidária, rubricada em maio de 1991, através da assinatura do Acordo de Bicesse, como veremos adiante.

¹⁰ Esta versão não é a única e verdadeira, pois existem várias versões de que as razões que levaram a morte do 27 de maio de 1977 foram porque estes cidadãos tentaram subverter o poder político através de Golpe de Estado. Ler Jean-Michel Mabeko-Tali. Guerrilhas e lutas sociais – o MPLA Perante a si Próprio (1960-1977).

4.1.1. Transição Política: de um regime monopartidário para um regime democrático/multipartidário (1991)

O debate sobre democracia, principalmente a liberal conheceu um dos seus maiores tempos entre os meados dos anos de 1974 a 1990, considerado como o período que marca a chamada “Terceira Onda de democratização” e simboliza o fim dos regimes autoritários para a democracia nos países do sul e leste da Europa, América-Latina e África. Como vimos anteriormente, o início da transição nos países do leste da Europa foi muito importante para a descolonização e independência dos países africanos.

Neste sentido, no presente parágrafo, vamos explorar o debate conceitual de transição, democratização e liberalização a partir das diferentes perspectivas dos seus autores, como Samuel P. Huntington, Juan J. Linz e Alfred Stepan, Guillermo O'Donnell e Philippe C. Schmitter.

O termo transição baseia-se no intervalo ou mudança entre um regime político e a investidura de um outro (HUNTINGTON, 1994; LINZ e STEPAN, 1999). Por um lado, essa transição pode acontecer quando um regime autoritário é substituído por um regime democrático. Por outro lado, em algumas circunstâncias essa substituição pode ocorrer através do retorno de prática autoritária ou pela emergência de um regime revolucionário (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988, p. 22).

No entanto, quando acontece um processo de mudança significa dizer que as regras procedurais do jogo político também são revistas, sobretudo em ocasiões em que a transição esteja no estágio para a democratização, daí que estas regras e procedimentos que anteriormente estavam nas mãos das elites autoritários tendem a ser modificados no sentido de assegurar e garantir maior liberdade e direitos.

Além disso, no entendimento de Linz e Stepan (1999) a transição ocorre quando há uma mudança de um regime não-democrático, e conseqüentemente são criadas as vias possíveis para que seja constituído um outro, preferencialmente um regime democrático. A constituição do regime democrático pode acontecer de forma completa ou consolidada. Nesta senda, a transição democrática é completa quando autoriza a separação dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Do mesmo modo, a completude de uma transição democrática ocorre quando os governantes são eleitos pelo voto popular livre, democrático e pacífico, onde há possibilidade de

haver uma alternância de poder entre os partidos políticos, assim como, estes poderes precisam estar sob o manejo dos civis sobre os militares.

Quando deu-se a “Terceira Onda” foi possível assistir uma presença maior de regimes militares no poder, bem como a incorporação de sistemas de partido único e ditaduras personalistas (HUNTINGTON, 1994). Nos regimes de um único partido o domínio ideológico e o aparato institucional é controlado por um grupo de indivíduos, sejam civis ou militares. Em um sistema de partido único, não há diversidade de opiniões políticas, competição partidária, são restringidas as vozes dissidentes. Aqueles que criticam e desafiam o partido governamental podem enfrentar repressão, incluindo a perseguição e a intimidação.

Enquanto que na ditadura personalista a fonte de autoridade e os poderes são concentrados em um único líder do país que exerce o controle absoluto sobre a tomada de decisões políticas, econômicas e sociais. O líder deste tipo de regime tenta construir uma base de apoio popular. De acordo com António (2013, p. 41) afirma que “[...] as ditaduras personalistas, por sua vez, emergiram de golpes militares e de sistemas de partido único. Estes sistemas suprimiram tanto a competição quanto a participação”.

Um exemplo de países que experimentaram uma ditadura personalista durante a terceira onda destaca-se o Chile de Pinochet, que chegou ao poder por intermédio de um golpe militar em 1973. Durante o seu domínio, Pinochet estabeleceu um regime autoritário, um governo absoluto sobre o país, sem oposição política e suprimiu as liberdades civis e direito à participação cidadã. Em termos econômicos, proclamou uma política neoliberal que resultou na privatização e reduziu a intervenção do Estado na economia, por consequente, aumento no índice de desigualdade social. No entanto, a ditadura de Pinochet terminou após a redemocratização do país em 1990.

Igualmente outro exemplo de uma ditadura personalista que podemos registrar é o regime de Ferdinand Marcos nas Filipinas, eleito democraticamente em 1965, durante seu mandato decretou uma lei, cujo objetivo foi a suspensão da constituição do país e tomou o poder absoluto do governo. A semelhante modo com a governação de Pinochet, Ferdinand Marcos também suprimiu a competição política, as liberdades e direitos civis, instituiu um regime patrimonialista marcado por corrupção e nepotismo. Em suma, a queda do regime de Ferdinand, deu-se através

de uma revolução popular em 1986 (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988).

Em Angola, o sistema de partido único vigorou durante vários anos desde a independência do país em 1975. Durante esse período, o MPLA foi o único partido legalmente reconhecido e exerceu o monopólio sobre o governo e a política do país, suprimiu a existência de outros partidos políticos, o controle dos meios de comunicação, como também limitou a participação dos cidadãos na esfera da vida pública. A partir desse último, a sociedade angolana passou a conviver com uma elite militar no poder político, o que tornou a convivência democrática muito difícil entre o Estado e a Sociedade Civil (ANTÓNIO, 2013).

Tratava-se, portanto, de um regime que combinava autoritarismo personalista com forte presença de militares de altas patentes, organizados em uma rígida disciplina hierárquica. No entanto, não cabe caracterizá-lo como um regime militar, nos termos de Huntington (1991), uma vez que a governação não se dava de forma propriamente colegiada, apesar da forte presença militar. Por semelhante modo, não se enquadraria na ditadura personalista em razão de não emergir de golpe militar ou de regime de partido único. Entretanto, guarda próximas características a este regime em função de o presidente exercer forte supremacia sobre as decisões políticas. Enquadra-se, portanto, no sistema de partido único, em razão de o partido deter o monopólio do poder, e busca legitimá-lo ideologicamente (ANTÓNIO, 2013, p. 94).

Assim, Linz e Stepan (1999) consideram que uma democracia está completa quando determina a liberalização dos direitos individuais e coletivos, do mesmo modo que são demandadas as regras processuais através de eleições que visam à escolha dos governantes. Para O'donnell e Schmitter (1988), a liberalização e democratização não são sinônimos. A liberalização, por um lado, pode (ou não) existir sem a democratização.

Em termos conceituais a liberalização refere-se à abertura gradual do espaço político e social onde se processam novas demandas que protejam tanto os indivíduos, quanto os grupos sociais. Essas demandas incluem o respeito à lei, garantia e o pleno gozo dos direitos e liberdades, de expressão e de associação, manifestação, a capacidade dos governantes de tolerar a oposição, existência de fontes alternativas, como acesso à informação sem censura, inclusão de salvaguardas jurídicas, tais como: *habeas corpus*, liberdade aos presos políticos, direito à defesa num julgamento (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988; LINZ e STEPAN, 1999).

A liberalização é a fase principiante da transição de um regime não-

democrático para a democracia. Desse modo, a democratização resulta na liberalização (LINZ e STEPAN, 1999). Ou seja, este resultado ocorre quando “[...] os membros do antigo regime, a oposição e a Sociedade Civil estiverem comprometidas com a democracia, caso contrário podem ser colocados obstáculos ao curso da transição bloqueando-a ou fazendo-a retornar a alguma forma de autoritarismo” (ANTÓNIO, 2013, p. 43).

Durante o estágio de uma transição política podem ser tolerados vários aspectos que anteriormente eram restringidos ou proibidos sob um regime autoritário. Essa fase da transição é caracterizada pela abertura política e pelo processo de democratização,¹¹ incluindo: a liberdade de expressão, informação e associação, eleições multipartidárias e abertura do espaço social e político.

Portanto, é importante ressaltar que o processo de transição e liberalização política pode ser complexo e enfrentar desafios significativos, pois nem sempre todas essas liberdades e tolerâncias são implementadas de forma plena, os regimes autoritários são capazes de patrocinar ou realizar eleições competitivas, permitindo que diferentes partidos políticos concorrem, a criação de um ambiente mais inclusivo e democrático, onde são tolerados as opiniões de pensamentos. Estes regimes são chamados de autoritarismo liberalizado ou *dictablandas* (O’DONNELL e SCHMITTER, 1988; HUNTINGTON, 1994).

Assim, em uma transição de regime, a cidadania constitui o princípio norteador da democracia através da participação ativa no espaço político. Esta participação dar-se-á para exigir eleições competitivas e livres, da capacidade de votar e ser votado, a participação autônoma, assegurar a existência de uma comunidade política capaz de criar demandas ou condições necessárias e legais concernentes às liberdades dos cidadãos (individuais e coletivas), incluindo a existência de uma organização da sociedade civil livre e ativa, uma sociedade econômica institucionalizada e uma burocracia estatal.

Linz e Stepan (1999), apontam os cinco campos para que seja considerada uma democracia consolidada: (i)- existência de uma sociedade civil livre; (ii)- uma sociedade política autônoma; (iii)- existência de um estado de direito; outros dois

¹¹ A democratização é entendida como o processo político-institucional que envolve a abertura de regras e procedimentos que permite o exercício efetivo da cidadania relacionada ao cumprimento dos direitos e obrigações das pessoas (PRZEWORSKI, et al, 2003; MOISÉS, 1995).

últimos campos menos importantes para este debate é: (iv)- a existência de uma burocracia estatal e (v)- uma sociedade econômica institucionalizada.

Por sociedade civil, queremos dizer que o campo da comunidade política na qual grupos, movimentos e indivíduos, auto-organizados e relativamente independentes do Estado tentam articular valores, criar associações e entidades de auxílio mútuo, e defender seus interesses. A sociedade civil pode incluir uma grande diversidade de movimentos (grupo de mulheres, associações de vizinhança, grupos religiosos e organizações intelectuais) e de associações cívicas proveniente de todas as camadas sociais. A sociedade política [...] se organiza de forma específica, visando reivindicar o direito legítimo de exercer controle sobre o poder público e o aparato estatal. Uma comunidade política inclui os partidos políticos, as eleições, as regras eleitorais, a liderança política, as alianças interpartidárias e as legislaturas pelas quais as sociedades se constituem politicamente para escolher e monitorar o governo democrático. Para que se alcance uma democracia consolidada, o grau necessário de autonomia e independência das sociedades civil e política deverá também ser embasado no estado de direito [...] todos os atores, em especial o governo democrático e o Estado – devem respeitar e defender o estado de direito. Este requer a corporificação do espírito constitucionalista. Um espírito que requer uma clara hierarquia das leis, interpretado por um sistema judiciário independente e apoiado por uma forte cultura legal na sociedade civil (LINZ e STEPAN, 1999, p. 26-29).

Apesar de ser considerado o caminho para uma democracia consolidada, Juan Linz e Alfred Stepan (1999) apontam duas advertências importantes quando tratamos um regime como sendo uma democracia consolidada. A primeira advertência recai na percepção minimalista de que as democracias “ditas” consolidadas seriam imunes a crises ou pudessem entrar em colapso. Na visão dos autores, estes colapsos que poderão acontecer “[...] não se relacionaria a fraqueza ou a problemas específicos ao processo histórico da consolidação democrática em si, mas a uma nova dinâmica na qual o regime democrático seja incapaz de resolver” (1999, p. 24) – sobretudo os regimes liberais que se constituíram na base da democracia política eleitoral.

O colapso democrático também pode ocorrer quando não há confiança nas instituições e partidos políticos. Isso pode incluir igualmente, o declínio da participação popular dos cidadãos, uma ação relacionada a restrições à liberdade de expressão, imprensa, reunião de associação e manifestação, bem como a violação dos direitos humanos e perseguição a vozes críticas da sociedade. Logo, podemos considerar que estamos perante uma recessão democrática (DIAMOND, 2015).

A segunda advertência recai ao reducionismo do conceito de democratização e seus *modus operandi* a partir do método eleitoral. De acordo com Linz e Stepan (1999, p. 25), “a consolidação democrática requer muito mais do que eleições e

mercados”. Ou seja, a democracia consiste também na criação de um sistema político que pode ser total ou quase completo quando são considerados todos os cidadãos iguais ou responsivos. Por essa razão, Robert Dahl (2005), um proeminente cientista político, introduziu o termo “*poliarquia*” como uma alternativa ao conceito tradicional de democracia e democratização, cujo objetivo seria qualificar os regimes políticos existentes que vai além da democracia procedimental (eleitoral) e incorpora demandas sociais e civis.

Para o autor (2005, p. 352), uma nação poderá ser considerada como *poliarquia* de acordo com a sua capacidade de atender e “[...] oferecer um amplo leque de direitos humanos e liberdades que nenhuma outra alternativa do mundo real consegue igualar”. Isso inclui maior participação cidadã e o atendimento de preferências consideradas politicamente iguais, especialmente: (i)- de formular suas preferências; (ii)- de expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva; (iii)- de ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo.

Ainda que englobe essas preferências, de participação e adesão em organizações, liberdade de expressão e direito de elegibilidade para cargos públicos, a concepção de *poliarquia* é bastante importantíssima para um estudo mais abrangente e exausto para a ser feito em futuras pesquisas sobre competição política e existência ou não de uma democracia em Angola. Ou seja, trata-se de uma proposta de democracia insuficiente para este estudo de Cultura Política e Participação Cidadã além do âmbito normativo.

Entretanto, é importante destacar que, durante a transição de um sistema político poliárquico e democratização, as condições econômicas, sociais e políticas de cada nação podem influenciar a forma como os regimes políticos são avaliados. Porquanto a avaliação de um sistema político que se quer democrático é dinâmico e requer uma análise além das práticas e instituições políticas. No entanto, regimes com estas características são considerados como uma democracia limitada ou *democratura* (O’DONNELL e SCHMITTER, 1988). Ou seja, segundo a perspectiva política de Gene Sharp, no seu livro “Da Ditadura à Democracia” prefere chamar de *simulacros eleitorais* que parecem democráticos (SHARP, 2021).

A crítica sociológica, política e metodológica a respeito dessa literatura de transição incidem na ausência de debate que incluem a ação coletiva como parte do

desenvolvimento político e democrático, uma vez que relacionar a prática de participação cívica e social ao mecanismo institucional torna o debate e análise sobre democracia e democratização em um campo político e analítico bastante vácuo, ou seja, o conceito de transição e Cultura Política abre muitas possibilidades de análise que permitem alcançar as novas discussões. Por essa razão, Avritzer (1995, n/p) vai dizer que:

[...] o problema da democracia não se reduz somente à questão do funcionamento adequado das instituições políticas, mas se liga também às práticas do aparelho de Estado e a suas relações com os atores sociais. Essa inter-relação é crucial para a existência da democracia, uma vez que formas específicas de concentração do poder podem também ter consequências antidemocráticas.

Dito isso, uma nação pode ser considerada democrática com base a adesão aos princípios e práticas democráticas, levando em consideração ao atendimento de demandas sociais, um Estado que tolera e respeito os direitos humanos e liberdades fundamentais, ou seja, um nação que busca investir e criar políticas sociais inclusivas, como na educação, saúde e infra-estrutura de qualidade, um país que garante a igualdade política, o que significa que todos os cidadãos têm o direito igual de participar e influenciar nas tomadas de decisões, o direito de se reunirem em agrupamentos (coletividade), em vez da ação individualista (AVRITZER, 1995, n/p).

4.1.2. Eleições e participação da sociedade civil angolana pós-transição política

A segunda República que data entre 1991 a 2010, foi constituída com a assinatura do Acordo de Bicesse em 1991, este acordo previa a criação da comissão conjunta político militar (CCPM) responsável pelo controlo da implementação dos acordos e a formação das forças armadas angolanas, o CCPM era formado por membros do MPLA, UNITA, dos E.U.A e da URSS como observadores e das Nações Unidas como convidados, ademais, o acordo de Bicesse definiu caminhos para o cessar-fogo e o fim do regime autoritário de partido único, conseqüentemente inaugurou novas regras democráticas, isso foi possível graças à alteração da lei constitucional de 1975, e a aprovação em Assembleia do Povo, uma nova lei constitucional (Lei nº12/91 de março de 1991), mais tarde revogada pela (Lei nº23/92 de 16 de setembro) que se destinaram à criação de novas premissas

constitucionais, democrática e pluripartidária. Esta última autorizou o surgimento de novos atores políticos que viriam a concorrer às eleições de 1992.

O Acordo de Bicesse se constituiu para Angola:

[...] na pedra fundamental para a inauguração da Segunda República e a instituição da democracia multipartidária. Assinado em 31 de maio de 1991 entre o Governo da República Popular de Angola e a UNITA, com a mediação do Governo de Portugal, e a observação dos Estados Unidos da América e da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. [...] O Acordo de Bicesse constitui o marco da transição em Angola, uma vez que lançou as bases não apenas para a pacificação, mas, sobretudo, para a democratização do país (ANTÓNIO, 2013, p. 97-98).

Christine Messiant (2008, p. 131) considera que o Acordo de Bicesse estabeleceu para o país “uma tripla transição: da guerra à paz; de um Estado ditatorial de tipo marxista-leninista a um Estado democrático multipartidário, e de uma economia socialista administrada a uma economia liberal de mercado”. O encerramento do regime anterior para uma democracia multipartidário ditou o trajeto para a realização das primeiras eleições competitivas no país, que, por sua vez, realizou-se em setembro de 1992. Participaram deste processo eleitoral, não apenas os partidos históricos (MPLA, FNLA e UNITA), mas, sobretudo, viu-se o surgimento e legalização de novos partidos e coligações de partidos políticos a partir de 1992 que competiram neste pleito eleitoral.

Segundo António (2013, p. 101), a prática de legalização de partidos “[...] visava demonstrar a existência de pluralismo e de abertura política inclusiva (sic)”. Na perspectiva do autor, porquanto, dentre os partidos legalizados, apenas 18 foram aceites para a competição eleitoral, nas quais sejam: MPLA; UNITA; FNLA; Partido de Renovação Social (PRS); Partido Liberal Democrático Angolano (PLD); Partido Renovador Democrático (PRD); Partido da Aliança Juventude Operários e Camponeses de Angola (PAJOCA); Partido Democrático para o Progresso da Aliança Nacional Angolana (PDP-ANA); Partido Nacional Democrático de Angola (PNDA); Fórum Democrático Angolano (FDA); Partido Social Democrata (PSD); Partido Angolano Liberal (PAL); Partido Democrático Liberal de Angola (PDLA); Partido Social Democrático Angolano (PSDA); Partido Reformador Angolano (PRA); Convenção Nacional Democrática de Angola (CNDA); Partido Democrático Angolano (PDA), AD-Coligação.

Embora as eleições de 1992 tenham sido consideradas como credíveis, justas e transparentes pelas missões internacionais que acompanharam o processo, a citar: União Europeia (UE), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), bem como os representantes das Nações Unidas (ONU), à vista disso, reconheceram o MPLA, como o partido vencedor nas eleições legislativas, tendo obtido um número maior de votos válidos (ilustra a figura estatística abaixo) numa margem percentual de 58,6%, que lhe permitiu eleger mais deputados e obter maior assento no parlamento, um total de 129 deputados(a).

A UNITA, enquanto a segunda maior força política do país na época desde 1992 a atualidade, obteve 1 258 103 votos válidos, perfazendo uma margem percentual de 31,8%, tendo, por sua vez, conseguido eleger um total de 70 deputados, distribuídos no círculo nacional 44 deputados eleitos e no círculo provincial 26 deputados. Enquanto que os demais partidos políticos, incluindo a FNLA, PRS, PLD, tiveram poucos números de deputados eleitos à Assembleia Nacional, outros partidos não foram capazes de conseguir nenhum mandato, como ilustra o quadro (2) e a figura (5) a seguir:

Quadro 2 Resultados Eleitorais de 1992 (Eleições legislativas)

Partidos	Círculo Nacional n° de deputados	Círculo Provincial n° de deputados	Percentual Obtido por Partidos	Total de deputados eleitos
MPLA	70	59	58,6%	129
UNITA	44	26	31,8%	70
PRS	3	3	2,7%	6
FNLA	3	2	2,3%	5
PLD	3	0	1,4%	3
PRD	1	0	0,5%	1
PAJOCA	1	0	0,5%	1
PDP-ANA	1	0	0,5%	1
PNDA	1	0	0,5%	1
FDA	1	0	0,5%	1
AD- Coligação	1	0	0,5%	1

PSD	1	0	0,5%	1
PAL	0	0	-0,5%	0
PDLA	0	0	-0,5%	0
PSDA	0	0	-0,5%	0
PRA	0	0	-0,5%	0
CNDA	0	0	-0,5%	0
PDA	0	0	-0,5%	0

Fonte: Ministério da Justiça de Angola, adaptado por António (2013).

Estes resultados representaram as disputas eleitorais legislativas, agora, no que concerne à corrida às eleições presidenciais, os dois candidatos dos maiores partidos políticos, nomeadamente o MPLA e a UNITA, tiveram uma forte concorrência que forçou a realização de um segundo turno eleitoral. Por um lado, José Eduardo dos Santos, candidato do MPLA obteve um percentual dos votos de 49,56%, enquanto que, por outro lado, Jonas Malheiro Savimbi, candidato da UNITA, obteve 40,07% dos votos válidos.

Todavia, em virtude das reclamações dos primeiros resultados eleitorais, isso na legislativa por parte da UNITA, liderada pelo Jonas Savimbi, alegando que houve fraude e falta de imparcialidade da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), como também dos meios de comunicação social, do mesmo modo, contestou nas eleições presidenciais, tendo portanto encontrado no retorno à guerra como fim último para atingir o poder político. Outra vez, o país tornou-se um campo de disputa entre as forças militares da UNITA e do Governo, dirigido pelo MPLA. Este fenómeno durou cerca de dez anos, tendo terminado em 2002, com a morte de Jonas Malheiro Savimbi (SCHUBERT, 2013; ANTÓNIO, 2013; PAIN e REIS, 2006).

Catarina Gomes (2009) assevera que a assunção da vitória da UNITA era tão persuasiva que os acordos nem sequer estabeleceram o tipo de governo pré-eleitoral a ser implementado o que permitiu ao MPLA manter o controlo sobre o Estado e os seus recursos, utilizando-os em prol do ato eleitoral. Pode-se afirmar que Jonas Savimbi foi também “vítima” da sua excessiva confiança na vitória eleitoral, chegando mesmo a dizer que não aceitaria outro resultado que não fosse a vitória.

Christine Messiant (2004) considerou que o Acordo de Bicesse tinha graves inconvenientes que se pretendem sobretudo no facto de não incluírem atores não armados da sociedade civil nas negociações do acordo, a secundarização da ONU nas negociações, bem como, na questão da desmilitarização e realização das eleições era demasiado curto de 16 meses, tendo mesmo a UNAVEM II (Missão de observação da ONU para Angola) negligenciado a desmilitarização das tropas da UNITA.

A lei constitucional nº 23/92 que veio revisar a lei nº 12/91 consagrava quatro órgãos de soberania, a saber: o Presidente da República, a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais (nos termos do artigo 53), embora existisse formalmente aqueles órgãos de soberania, o comportamento real das instituições denotava um desequilíbrio na balança dos órgãos de soberania, tendendo maior poder ao Presidente da República, não obstante, não tendo legitimidade democrática, ou seja, desde 1979 que fora indicado a substituir Agostinho Neto, o Presidente da República manteve-se no poder sem legitimação dos eleitores até as eleições gerais de 2012.

Com a morte em combate de Jonas Savimbi, em 2002, assinou-se então o memorando de entendimento do Luena aos 4 de Abril de 2002 que punha termo à guerra civil que se iniciou mesmo nas vésperas da independência em 1975. O Memorando de Luena, dentre vários pontos, destacam-se: o cessar-fogo, desmilitarização das forças militares da UNITA; a integração dos oficiais generais, oficiais capitães, oficiais superiores e subalternos, sargentos e praças provenientes da UNITA nas FAA e na Polícia Nacional. Tal como assevera António (2013) a morte de Jonas Savimbi, a rendição da UNITA e a assinatura do memorando de Luena, deram início a uma nova fase ao processo político angolano. Após 6 anos de Memorando de Luena, em 2008, ocorreu as eleições legislativas que o MPLA em que obteve uma maioria qualificada que lhe permitiu aprovar sem qualquer consenso a constituição de 2010.

No entanto, além da competição política herdada com a abertura democrática em 1991, registaram-se também mudanças significativas de participação cidadã, sobretudo com a criação de lei que permitiu o surgimento de organizações da sociedade civil independente. A partir disso, marcou-se o aparecimento de ONGs ligadas às igrejas que buscavam apelar à paz, perdão e reconciliação entre os contendores da guerra civil. Porquanto surgiram organizações das bases sociais,

como a Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Acção Angolana para o Desenvolvimento (AAD) e Associação Cívica de Angola (ACA) e a Fundação Eduardo dos Santos (FESA) (MESSIANT, 2001; PESTANA, 2004; PAIN e REIS, 2006; ANTÓNIO, 2013).

A FESA, de acordo com Christine Messiant (2001, p. 287) trata-se de uma Organização Não-Governamental criada em 1996 com o nome e sobrenome do antigo presidente da Angola, JES, uma instituição com característica privada que se diz “[...] *inspired by similar institutions in the world’s leading democracies and, like them, to be dedicated to the pursuit of social, cultural and a scientific progress*”.¹²

À primeira vista, A FESA é (foi) uma organização privada e independente, mas a sua fonte de financiamento e manutenção depende (dependia) das empresas públicas (nacionais) e empresas internacionais. Por essa razão, Messiant (2001) considera a FESA um *system of clientelist*, ou seja, um sistema de dominação clientelar.

Pain e Reis (2006, p. 57) compreendem que “[...] a FESA não funcionava apenas com fundos privados. Essa fundação colabora com o Estado, os ministérios e as administrações locais, intervindo em complemento à ação do governo”. Além disso, prestava apoio também em atividade ligada à ciência e tecnologia, incluindo “educação cívica, internet, mulheres, crianças, jovens e idosos, desminagem, SIDA e ambiente em todas as suas formas, desde a proteção do mar até à criação de parques urbanos” (MESSIANT, 2001, p. 298, tradução nossa¹³). Portanto, os financiamentos que recebiam, seja de empresas nacionais e internacionais era desprovido de qualquer tipo de responsabilização política e social.

Esse foi o contexto, no campo da frágil sociedade civil angolana, que emergiu no final dos anos 1990. Toda dificuldade em participar do processo político se fazia presente em função do contexto de guerra. Ainda assim, neste momento, nem o contexto de guerra, nem a força das ações da FESA foram elementos inibidores às manifestações contrárias ao Estado angolano e ao seu papel no contexto da guerra (PAIN e REIS, 2006, p. 58).

Portanto, a par desta Fundação, muitas organizações da sociedade civil independente que surgiram na época foram determinantes no processo de investidura da paz, ou melhor, da assinatura do Memorando de Entendimento

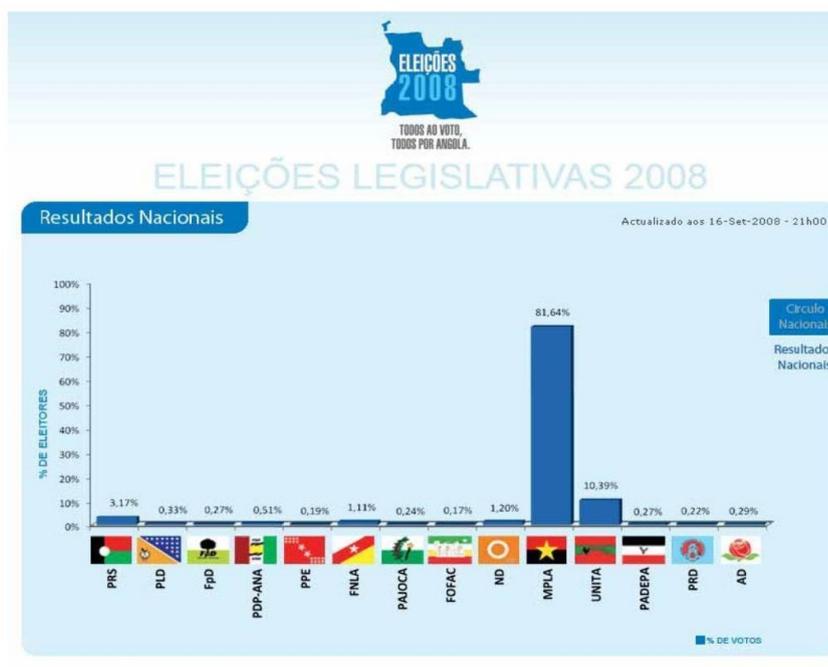
¹²Tradução nossa: Esta fundação afirma inspirar-se em instituições similares nas principais democracias do mundo democráticos e, como elas, dedicam-se à busca do progresso social, cultural e científico.

¹³ *civic education, the internet, women, children, Youth and old people, de-mining, AIDS, and the environment in all its forms, from the protection of the sea to the creation of city parks.*

“Luena” entre o Governo e as forças militares da UNITA, que proporcionou a tão almejada paz, em 2002. Ademais, estas agremiações começaram a desempenhar ações nas comunidades do país, sobretudo nos anos de 2006 a 2007, período em que se antevia o processo de realização e atualização dos registos eleitorais (título de eleitor), cujo objetivo foi para alcançar maior participação popular nas eleições legislativas marcada para serem realizadas no ano de 2008, ao mesmo tempo as eleições presidenciais seriam realizadas no ano de 2009. No entanto, estas ONGs, especialmente a ADRA, foram importantes para a educação cívica eleitoral da população que se encontrava enfurecida com o longo período de guerra, em particular as pessoas dos meios rurais (SCHUBERT, 20013).

A ação cívica e coletiva dessas organizações tiveram êxitos desejados em termos de adesão da população. As eleições legislativas que ocorreram em setembro do ano de 2008, na qual o MPLA foi outra vez o partido vencedor com maioria absoluta, cerca de 81,64% dos votos, a seguir a UNITA obteve 10,39%, e o partido PRS tornou-se a terceira força política, tendo obtido 3,17% dos votos, enquanto que um dos partidos históricos, a FNLA obteve 1,11%, como ilustra a figura 6.

Figura 2 Estatísticas das Eleições de 2008



Fonte: Comissão Nacional Eleitoral (CNE).

Com estes resultados, o MPLA conseguiu eleger um total de 191 deputados na Assembleia Nacional, tendo por consequente o domínio quase absoluto da vida política e dos poderes: executivo e legislativo. Isso propiciou com que o MPLA aprovasse unilateralmente a primeira Constituição da República de Angola de 2010, com cerca de 187 votos a favor, em contrapartida, a UNITA optou pelo abandono da casa das leis, sobretudo a forma como foi alterado o sistema político e de governo, principalmente a forma de eleição do Presidente da República.

O Tribunal Constitucional no âmbito da fiscalização preventiva da constituição, no que o mandato do presidente diz respeito, defendeu a sua permanência no cargo a fim de evitar um vazio de poder, pois ele exercia funções num contexto de guerra civil. António (2013) considerou que estas decisões flagrantemente eivadas de ilegalidade constitucional buscando preservar o “*Establishment*”, porquanto, havia possibilidade de um governo de transição até as eleições na medida em que desde 1979 que o Presidente dos Santos governava sem qualquer legitimação dos cidadãos.

Uma das garantias institucionais que marcaram e continuam marcando a nova Constituição é as candidaturas do Presidente e do Vice-Presidente que passaram a ser eleitos na mesma chapa ou lista dos Deputados à Assembleia Nacional (Artigos 109, 106, 131 todos da constituição Angolana). Essa mudança de eleição do presidente, segundo António (2013), afirma que é um dos déficits que assinala a atual Constituição da República, uma vez que torna limitada a relação entre Deputados e cidadãos, na medida em que cria uma forte subordinação dos candidatos à Assembleia Nacional pelos partidos políticos, ou seja, as listas dos candidatos ao cargo de deputados são feitas pelas elites partidárias, criando um clientelismo, personalismo, o que pode ofuscar o verdadeiro papel de deputação perante a sociedade e o povo.

Ora, a nova Constituição da República de 2010 marca a consolidação de uma transição política e constitucional começada, mas não concluída em 1991, uma vez que apresenta um desenho institucional manifestamente positivo no que se refere à disposição dos direitos e liberdades individuais e coletivas dos cidadãos,

consagrados nos artigos (Art. 40º;¹⁴ 44º;¹⁵ 47º¹⁶ em diante da CRA).

Portanto, socorrendo-se dessas garantias constitucionais, e motivados pelas degradantes condições que a maioria da população angolana, bem como, o dilema das comparações com outras partes de África, a longevidade do partido-dominante (MPLA) impulsionou ondas de manifestações que se iniciou em março de 2011 e protagonizado pelo MRA ou “Revús”, como vemos no próximo capítulo.

¹⁴ Liberdade de expressão e de informação. Art. 1. Todos têm o direito de exprimir, divulgar e compartilhar livremente os seus pensamentos, as suas ideias e opiniões, pela palavra, imagem ou qualquer outro meio, bem como o direito e a liberdade de informar, de se informar e de ser informado, sem impedimentos nem discriminações. 2. O exercício dos direitos e liberdades constantes do número anterior não pode ser impedido nem limitado por qualquer tipo ou forma de censura.

¹⁵ 1. Liberdade de imprensa. Art. 1. É garantida a liberdade de imprensa, não podendo esta ser sujeita a qualquer censura prévia, nomeadamente de natureza política, ideológica ou artística. 2. O Estado assegura o pluralismo de expressão e garante a diferença de propriedade e a diversidade editorial dos meios de comunicação. 3. O Estado assegura a existência e o funcionamento independente e qualitativamente competitivo de um serviço público de rádio e de televisão. 4. A lei estabelece as formas de exercício da liberdade de imprensa.

¹⁶ Liberdade de reunião e de manifestação. Art. 1. É garantida a todos os cidadãos a liberdade de reunião e de manifestação pacífica e sem armas, sem necessidade de qualquer autorização e nos termos da lei. 2. As reuniões e manifestações em lugares públicos carecem de prévia comunicação à autoridade competente, nos termos e para os efeitos estabelecidos por lei.

5 – A constituição do Movimento Revolucionário Angolano (MRA)

A tecnologia de informação, particularmente a internet, facilitou as tarefas de coordenação e fortaleceu os ativistas dos direitos humanos [...], sobretudo nos países com passado colonial.

Joseph N. NYE

As ditaduras reduzem os cidadãos a meros instrumentos dos votos, existe uma engenharia social de inversão de valores, a TV condena o protesto e afasta o cidadão da política, a ideia é construir uma cultura de massa sem qualquer consciência crítica. Uma sociedade que não pensa, não questiona e não reivindica. Não cria, não produz! [...] A ideia é construir uma sociedade dos distraídos, parasitas sociais (sic)...

Rapper e Ativista MCK

O presente parágrafo é uma espécie de resgate das etapas que marcaram o surgimento do MRA, bem como os relatos desses ativistas sobre as razões que influenciaram e continuam influenciando a sua participação no sistema político angolano. Ademais, faz-se um resgate anterior sobre Cultura Política, em particular do Capital Social no intuito de relacionar a prática cívica dos Revús e as ações do Estado, uma vez que o MRA tem desempenhado um papel preponderante na conscientização coletiva e cívica das comunidades angolanas através de manifestações e o exercício de cidadania, como música de intervenção social, palestras e mesas redondas sobre os mais variados assuntos políticos.

5.1. Da Primavera Árabe aos “Meandros dos Protestos em Angola”

O século XXI foi e continua sendo uma época comum de efervescência de consciência cívica e associativa em grande parte dos países africanos, que nos últimos tempos tem presenciado diversas formas de manifestações, tais como: passeatas, greves, vigílias, boicotes, entre outros. Em razão disso, em dezembro do ano de 2010 a 2011, registraram-se ondas de participação cidadã que marcaram a história sociopolítica das sociedades africanas. Trata-se de um fenômeno conhecido mundialmente como a chamada Primavera Árabe, um evento de luta cívica “não-violenta” experimentada pelos cidadãos da Tunísia. Este evento foi uma iniciativa a

partir das redes sociais (internet) do *Twitter* e *Facebook*, que em um curto espaço de tempo influenciou outras realidades, especialmente os países do Norte de África e no Oriente Médio (FILHO, 2012; BARTKOWIAK, et al, 2017; COELHO, 2011; JOFFÉ, 2011).

Entre as pautas das reivindicações, destacam-se: justiça social, desemprego, inflação galopante e pobreza multidimensional. Ainda assim, os protestos visavam também atestar a longevidade dos governantes no poder político. Na Tunísia, a revolta veio a culminar com o derrube do presidente Zine Ben Ali (1987-2011), em seguida, a mesma revolução influenciou o ocorrido no Egito com o fim do reinado de Hosni Mubarak (1981-2011). De igual modo, o evento se estendeu até a região da Líbia que também terminou com o derrube de Muammar Kadhafi (1969-2011), e demais países, tais como: o Marrocos e Argélia (MUKUTA e FORTUNA, 2012; COELHO, 2011; FILHO, 2012; DALA, 2016; MIGUEL, 2021).

Portanto, nota-se que o fenômeno dessa revolução trouxe impacto positivo e também negativo para os países dessa região. No que diz respeito ao impacto positivo a revolta trouxe grandes transformações sociais, políticas e econômicas para os países, bem como ajudou na redução da repressão autoritária, diferente do que se assistiu no ano de 2010, após um jovem vendedor ambulante, Mohamed Bouazizi, ter sido brutalmente espancado pela Polícia tunizina pelo fato de ter se juntado a um grupo de protesto contra opressão e corrupção do Governo. Registrase também um impacto positivo no que concerne ao despertar de consciência social, cívica e coletiva dos cidadãos, do empoderamento da juventude que se tornaram mais ativos na participação política.

Quanto ao impacto negativo, a revolução da Primavera Árabe, eclodiu na intensificação do autoritarismo e opressão dos direitos humanos, perseguição e ameaças aos jovens ativistas. Registraram-se também a desaceleração da economia, ou seja, a revolução afetou de forma drástica a produção econômica desses países. Igualmente, no caso da Líbia, a revolta cessou em uma explosão de guerra civil após intervenção militar da ONU, liderada pela Organização de Tratado do Atlântico Norte (OTAN), cujo objetivo foi a captura de Muammar Kadhafi, conhecido como um líder autoritário e ditador. Após a morte de Kadhafi, nota-se que o nível de repressão e instabilidade política, crise econômica aumentou, provocando problemas na estrutura do Estado (FILHO, 2012; MANGO, 2017).

A Primavera Árabe, também impactou sobremaneira outras realidades da África Subsariana, incluindo Angola e Moçambique. Por semelhante modo, em Angola, esta vaga como causa e efeito da Primavera impulsionou o surgimento do MRA ou conhecidos como Revús no típico linguajar angolano. Além disso, o aparecimento dos Revús é consequência também da nova República, aliás, da constituição aprovada em 2010. Esta que definiu instrumentos jurídicos e legais que asseguraram o direito à liberdade de expressão, associação e manifestação.

O MRA é um grupo formado por jovens ativistas, estudantes, professores, jornalistas e cidadãos comuns apartidários, que surgiu na época, isso em 2011, inspirados por razões dos protestos explicadas anteriormente. Tal como aconteceu nos país do Norte e Médio Oriente, os protestos em Angola também tiveram a mesma matriz política e ideológica, a falta de emprego, condições precárias das populações, exclusão, corrupção, autoritarismo e repressão, e, sobretudo, denegar a longevidade do presidente JES, no poder a 32 anos (MUKUTA e FORTUNA, 2012; Dala, 2016).

Na visão dos autores, existiam sete razões que foram fundamentais para aparição dos Revús:

- 1) O empobrecimento sistemático do povo angolano e em contrapartida, o enriquecimento ilícito da elite dominante e seus familiares;
- 2) Prepotência, arrogância manifesta dos dirigentes do partido governante;
- 3) Nepotismo e Oligarquia;
- 4) Desfalques e roubos sistematizados aos cofres do Estado angolano;
- 5) Péssimas condições de vida das populações angolanas;
- 6) Os 32 anos no poder de JES e,
- 7) A exclusão dos angolanos a favor dos estrangeiros (MUKUTA e FORTUNA, 2012, p. 22).

No mesmo ano de 2011, especialmente o mês de março, trouxe para a sociedade angolana, em particular aos jovens, um novo paradigma de cooperação cívica e política, consequência de uma onda de manifestações contra o governo e pela falta de políticas públicas. Mas antes disso, já havia grupos que protagonizam ações cívicas, embora não teve a mesma proporção que o evento organizado pelo MRA, é o caso da atividade levada a cabo pelo Movimento dos Estudantes Angolanos (MEA), liderado pelo Mfuka Muzemba, que organizou “[...] marcha de protesto para obrigar o governo a conceder isenção ou subvencionar o acesso dos estudantes aos transportes públicos [sic]” – nos anos de 2000 a 2003 (MUKUTA e FORTUNA, 2012, p. 23).

Assim sendo, no princípio de fevereiro do ano de 2011, foi marcada para o dia 7 de março uma primeira manifestação da nova era, (Nova era de repúdio ao consulado, longo por demais, do Presidente angolano, José Eduardo dos Santos). O apelo à participação nessa manifestação foi feito por um cidadão até essa data anónimo, nas redes sociais (facebook, e portais de Informação). Numa quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2011, por volta das 14:45, publicou-se no site Terra Magazine uma entrevista que foi assinada pelo desconhecido Cláudio Leal, homem sem referências para a sociedade angolana, com o entrevistado Agostinho Jonas Roberto dos Santos, a propósito da então fictícia revolução de 7 de Março (MUKUTA e FORTUNA, 2012, p. 25).

A nova revolução ou primavera angolana, como foi chamada pelo seu mentor com o pseudónimo Agostinho Jonas Roberto dos Santos¹⁷, cuja identidade até hoje não é conhecido, aparentemente um perfil fantasma (DALA, 2016; GOUVEA, 2020; MIGUEL, 2021; BLANES, 2016), por sua vez, no princípio de fevereiro do ano de 2011, foi anunciado uma primeira manifestação que seria realizada no dia 7 de março do mesmo ano. O apelo à participação foi feito nas redes sociais do “Facebook”. Embora o anúncio tivesse vindo de um cidadão anónimo, a sociedade angolana, principalmente a camada jovem recebeu com entusiasmo, uma vez que por sinal, às questões sociais e políticas apontadas anteriormente influenciaram no ato cívico, mas o desgaste emocional pelo fato de ser liderado por um presidente, não eleito pelo voto popular desde as primeiras eleições de 1992 e também pela existência de uma elite dominante clientelar, foram os fatores da adesão destes.

O comunicado também recebeu anuência da classe artística do país, em particular os fazedores de música Hip Hop “*Rap Underground*”, como é o caso do rapper e ativista Luaty Beirão, mais conhecido pelo nome artístico de Brigadeiro Matafrakuz, que no mesmo ano disseminou a informação da manifestação num show musical de rap na cidade de Luanda, no cine Atlântico. Isso inspirou muito os participantes, não apenas o evento marcado, mas, sobretudo, no advento do espírito ou consciência cívica dos jovens em Angola, conforme as opiniões expressas dos entrevistados:

A minha atuação cívica, na altura foi praticada através de música de intervenção social, pois além de “Revú” também sou rapper e produtor musical, mas isso aconteceu no decurso da primeira manifestação dos jovens em 2011, foi assim que me senti inspirado e ingressei para o mundo do ativismo cívico, especialmente no Movimento Hip Hop. Na verdade, a ação que desempenhava caracterizava como um ativismo mais independente sem vínculo a qualquer tipo de associação cívica até que

¹⁷ Este nome resulta da unificação dos três líderes que lutaram para a Libertação Nacional. Por um lado, Agostinho Neto e por outro lado, Jonas Savimbi e Holden Roberto. E o último nome é a junção do sobrenome do presidente no poder na época, José Eduardo dos Santos.

surge o fenômeno político dos 15+2¹⁸, na qual fiquei solidário com os ativistas que estavam presos, realizava visita, etc. (...), tudo isso me impulsionou a participar de forma ativa, ou direta na vida pública, sobretudo através de protestos de rua (...) uma ação cívica que teve êxito com a criação de uma organização comunitária denominada PLACA,¹⁹ cujo objetivo é discutir questões sociais e políticas que afetam o Município do Cazenga (...) o grupo surge também na necessidade de pressionar a administração local e o Governo central, para a implementação e realização das autarquias locais (Entrevistado 1).²⁰

A participação cívica ou no ativismo em Angola, se deu com mais incidência, consciência e com mais lucidez, sobretudo daquilo que norteava os objetivos do MRA, a partir do ano de 2012. Observa que neste ano eu estudava o primeiro semestre de Universidade, no entanto, todo aquele arcabouço teórico, bem como por influência do Hip Hop, ou Rap *Underground*, deram-me luzes que conduziram a minha consciência cívica e de luta que continuo até hoje. Além disso, outra influência foi pelo estado de injustiça e desigualdade que assolava o país. Vejamos, por exemplo, que existiam municípios em Luanda, que a população não tinha acesso à água potável, acesso a eletricidade da rede pública (...) igualmente, existia um número de adolescentes e crianças fora do sistema de ensino (...) tratando-se de um país com enormes potencialidades. Portanto, todo esse estado de coisa influenciou na minha virtude cívica (Entrevistado 2).²¹

Aquando do surgimento da cultura cívica dos “Revús” em Angola, isto em 2011, o governo se sentia ameaçado, porque a nossa luta é uma inspiração da Primavera Árabe. Nós vimos que todos os regimes do norte e médio oriente da África, foram depostos durante este evento, e a partir disso, entendemos que também seria possível remover o presidente JES, do poder há 32 anos (...) Por essa razão, sobretudo no dia marcado para a manifestação, o governo tornou as vias públicas do país, em particular de Luanda, em caos, com presença de militares e polícias armados, cães, etc, para intimidar os jovens (...) Quanto à realização da manifestação, os ativistas foram brutalmente espancados, outros fraturaram os braços (...), em suma, Angola vivia nessa época um estado de sítio (...) criou-se milícias nas comunidades para controlar, silenciar e intimidar as pessoas. Portanto, Quanto a minha participação na vida cívica começou em 2012, na altura frequentava o Ensino Médio (...) entendia que a questão da vida social, injustiça e desigualdade das populações tornavam-me cada vez mais frágil, principalmente vendo crianças, adultos e mulheres, em particular mães pedindo esmolas ao relento do sol. Igualmente, o desejo de ver os serviços sociais funcionando perfeitamente, tais como: hospitais, transportes públicos (...) à falta de liberdade, de emprego, um serviço de saúde débil e educação precária, o nepotismo e clientelismo que se construiu na estrutura do Estado, tudo isso foi consensual entre nós, em particular a mim e ganhei o interesse de participar de forma mais ativa na vida pública e nos protestos de rua (Entrevistado 3).²²

¹⁸ O fenômeno Político 15+2, como veremos adiante, trata-se de um grupo composto por 17 ativistas que foram presos em Luanda, Angola, no ano de 2015, quando discutiam o livro de Gene Sharp e o método de uma luta Não-Violenta em Angola. Foram acusados e julgados por vários crimes.

¹⁹ Plataforma Cazenga em Ação (PLACA) trata-se de uma organização cívica, composta por cidadãos de vários estratos sociais: professores, juristas, politólogos, e pessoas comuns. É uma organização comunitária que surge para discutir questões políticas e sociais, em particular para pressionar o Estado à organização e realização das autarquias locais.

²⁰ Entrevista realizada em 15 de janeiro de 2023.

²¹ Entrevista realizada em 16 de janeiro de 2023.

²² Entrevista realizada em 18 de janeiro de 2023.

A minha envolvência no MRA sucedeu de uma forma, não diria excepcional, mas pela influência do Movimento Hip Hop, em particular a música rap de intervenção social que trazia um conteúdo crítico político muito forte correlação ao contexto sociopolítico do país (...) foi assim que começamos a ganhar consciência política e cívica (...) ainda mais com a Primavera Árabe, em 2011, que se alastrou em nível de todo Magreb, Tunísia, Líbia Egito. Isso influenciou sobremaneira a juventude em Angola, a se desafiar, ir às ruas como um instrumento de luta. Além destes eventos, outra influência que me levou abraçar a causa foi à socialização política que recebia de casa (...) o pai sempre estava ligado aos noticiários (...) leituras de jornais, por sua vez, debatia questões políticas (...) tudo isso persuadiram com que eu abraçasse a participação cívica (Entrevistado 4)²³

Eu acabei aderindo à militância cívica num contexto muito difícil do espaço cívico angolano, quanto às intervenções sociais, na altura estávamos a viver o problema do caso 15+2 e antes disso, já fazia um conjunto de contestação à forma como se administrava a escola onde estudava (...) uma luta consubstanciada pela justiça, igualdade, justiça social, pelos direitos fundamentais, civis, políticos, educação, saúde e outras questões que estão dentro da precariedade em Angola (Entrevistado 5).²⁴

Conforme o relato dos entrevistados pode-se considerar que os anos subsequentes entre 2012 a 2015, foram cruciais no que diz respeito à participação cívica dos jovens. Isso porque no dia 7.03.2011, na qual foi marcado para a realização do primeiro evento teve pouca aderência por parte da população, ou seja, não teve o sucesso como foi planificado, por dois fatores: o primeiro foi à elevada emoção e euforia dos organizadores e participantes que originou num clima de tensão no seio da sociedade angolana, já que se tratava de um fenómeno novo que marcaria o sistema político do país, uma vez que desde a construção do Estado não se registrou nenhum evento sociopolítico do gênero, bem como, tratando-se de um país com características de um regime autoritário e cultura do medo, e com os resquícios e memória da chacina que ocorreu no dia 27 de Maio de 1977 (ANTÓNIO, 2013; QUITUNGA, 2015; BLANES, 2016; DALA, 2016; GOUVEA, 2020).

O segundo foi à falta de compromisso dos subscritores da referida manifestação, ou seja, tratando-se de cidadãos anônimos, sem identidade, como era o caso do Agostinho Jonas Roberto dos Santos, bem que já se previa a não aparição do mesmo no dia e local combinado, Largo da Independência, em Luanda. A referida manifestação foi convocada para dar início na madrugada do dia 7.03.2011, todavia, registrou-se a presença de apenas 17 cidadãos, entre eles encontravam-se “(...) os rappers Dionísio Casimiro “Carbono” e Luaty Beirão, aliás, “Brigadeiro Matafrakus” [...] também se fizeram presentes ao local os jornalistas

²³ Entrevista realizada em 15 de fevereiro de 2023.

²⁴ Entrevista realizada em 18 de março de 2023.

Pedro Cardoso, Afonso Francisco, Idálio Kandé e Ana Margoso, todos eles funcionários do semanário novo jornal” (MUKUTA e FORTUNA, 2012, p. 30). Portanto, como se esperava, os ativistas presentes foram presos pela Polícia Nacional.

Devemos concordar que as condições que levaram os jovens angolanos a saírem às ruas em março já existiam, pois, o nível de descontentamento era bastante visível. Precisamos por exemplo realçar o papel que a Rádio Eclésia, vinha desempenhando nos últimos anos com debates e fóruns em que os ouvintes emitiam as suas opiniões. Era notório que as pessoas perdiam o medo em assumir um discurso crítico e contrário ao discurso oficial. Igualmente no portal de notícias Club-K, criou-se um espaço de debate onde os cibernautas discutem os assuntos mais variados sobre o país, geralmente assumindo uma posição muito mais crítica em relação ao governo. Muitos preferem o anonimato ou usam perfis falsos o que dificulta de certa forma a sua identificação e lhes dá a liberdade de expressarem de forma livre as suas opiniões. Mas, as informações sobre a Primavera Árabe vieram dar forças para quem necessitava dela para sair à rua e exigir a demissão do presidente, o que era difícil há uma década. A Primavera Árabe permitiu que as pessoas ganhassem consciência da sua situação e difundiu a crença de que não existem ditaduras estáveis (QUITUNGA, 2015, p. 83).

O ato cívico convocado para o dia 7 de março foi notícia de todas as semanas nos jornais da noite (Telejornal) dos órgãos de imprensa pública. Por sua vez, emitiram informações que davam conta de que os Revús tinham como objetivo criar uma intentona ou rebelião igual à Primavera Árabe, cujo fim terminaria com a subversão do poder político. A notícia serviu também para desencorajar outros indivíduos a comparecerem no local. Diante desse ostracismo social e político, os Revús recorreram aos meios alternativos para repudiar este tipo de notícia disseminada pela imprensa pública e consequentemente apelar à adesão do pessoal. Neste sentido, o dispositivo utilizado pelos Revús foi às redes sociais, em particular o *Facebook*, que na atualidade também tem sido a ferramenta de mobilização, denúncia e emancipação da juventude angolana (ANTÓNIO, 2013; DALA, 2016; BLANES, 2016; GOUVEA, 2020; MIGUEL, 2021).

A partir disso, é consensual entre os entrevistados de que:

A grande ferramenta que possuímos para se mobilizar e divulgar as nossas atividades são as redes sociais do facebook. Primeiramente, na sua maioria os Revús são cidadãos desempregados; em segundo lugar, também realizamos mobilizações nas paragens de táxis, ônibus e augures com maior concentração de pessoas, como por exemplo, nos mercados. Todavia, quando se trata de um ato cívico de caráter nacional, isto é, que envolve toda sociedade criamos uma coordenação do tipo colegial, incluem ativistas de outras províncias onde são distribuídas responsabilidades para

cada um (...) pessoas que estarão na área de divulgação das redes sociais (...) outros na mobilização da população porta a porta, assim sucessivamente (Entrevistado 1).

Os instrumentos que utilizamos para se mobilizar são os mais variados que existem hoje, as redes sociais (...), que por sua vez, têm um grande impacto para a sociedade, principalmente para aqueles que desempenham atividades coletivas. Além do facebook, temos feito mobilização porta a porta das pessoas (...) existe Revús que utilizam da sua influência no bairro ou município que habitam para passar mensagem a respeito de alguma atividade ou protesto que se pretende organizar. Do mesmo modo, publicamos cartazes e panfletos. Todos esses instrumentos têm nos ajudado a concretizar “minimamente” os objetivos preconizados (Entrevistado 2).

O facebook foi e continua sendo uma das ferramentas de maior mobilização dos ativistas ou Revús (...) na época também recorremos à Rádio Despertar²⁵ para nos ajudar na divulgação das atividades. Entre os apoios destacam-se também o papel de imparcialidade e acolhimento do jornal Manchete e Folha 8. Além desses dispositivos, temos feito mobilizações nas praças, paradas de táxis, oferta de panfletos e cartazes (Entrevistado 3).

O único instrumento de mobilização massiva que nos resta são as redes sociais, principalmente o Facebook. O Facebook é uma plataforma digital usada maioritariamente pela parte popular da sociedade angolana, uma população pobre, sem qualquer possibilidade financeira para que todos tenham acesso à internet e poderem se conectar no *Twitter*, *Instagram* e *WhatsApp*. Neste sentido, o facebook tem sido a ferramenta pelo qual nós temos refugiado para divulgar nossos descontentamentos e mobilizar mais quantidade de cidadãos (...), em alguma parte tem surtido efeito desejado, porque em Angola, não há um espaço público que não esteja partidarizado (Entrevistado 4).

Apesar do direito e liberdade de manifestação está constitucionalmente consagrado, ainda assim, conforme o relato do entrevistado 4 e dos demais participantes, estas ações continuam refém as instituições políticas, e quando se tenta organizar um ato de protesto, os manifestantes são obrigados a pedirem autorização ao governo provincial e também à polícia nacional. No entanto, as manifestações de ruas são reprimidas e os ativistas são perseguidos, presos, espancados e outros chegam a ser mortos. Entretanto, o ponto mais alto deste tipo de prática anti-republicana e democrática tem a ver com as situações que ocorreram no ano de 2012 a 2013, e continuam até aos dias atuais.

No cenário do ano de 2012, a história cívica angolana reza que foi morta dois ativistas, Isaías Cassule e Alves Kamulingue, ex-funcionários da Guarda Presidencial (UGP), que lideraram um grupo de funcionários desmobilizados, tinha como objetivo preparar uma manifestação para exigir seus salários e indemnizações, isto foi o suficiente para serem raptados e levados em locais incertos,

²⁵ Rádio Despertar é uma estação radiofônica ligada ao partido UNITA criada no período pós-eleitoral de 1992.

consequentemente mortos. Até hoje, os familiares e amigos não tiveram acesso ao corpo a fim de realizar um funeral condigno, pois a ideia que se tem é de que os seus corpos foram entregues aos jacarés (DALA, 2016, BLANES, 2016).

Diante disso, criou-se no seio dos Revús um clima de consternação e medo, o que consideram que organizar manifestações ou ser um ativista cívico em Angola, é colocar a sua vida, da sua família e de pessoas próximas em estado de alerta, tendo em conta o tipo de governo e regime autoritário que se instalou no país, não dialoga com as vozes críticas da sociedade, um regime que cria organizações paralelas da sociedade civil para desmobilizar os grupos alternativos que denunciam a má-gestão da elite política, como podemos observar na exposição dos entrevistados no que diz respeito à questão sobre o que diferencia a atividade cívica dos Revús e as demais organizações da Sociedade Civil existentes no país:

Existem em Angola aquelas organizações da sociedade civil que o Governo considera como parceiro do Estado, como a ADRA, Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a JMPLA, essas organizações criticam menos, ou seja, na verdade, têm por finalidade exaltar as políticas públicas criadas pelo Estado, independentemente de ser desigual (...) estas organizações têm certo privilégio em detrimento dos Revús, fazem parte do Conselho da República e da Comissão Económica do Estado (...) enquanto que os Revús são diferentes, não têm dívida moral com quaisquer instituições, criticam diretamente os governantes e convocam manifestações de ruas, ao passo que o CNJ, ADRA e JMPLA não fazem e, quando tentam realizar é mais para prestar apoio ao Presidente da República (Entrevistado 3).

(...) Os Revús têm uma perspectiva de luta clara e facilmente identificada, que é o combate à ditadura e o derrube do regime. Mas as demais organizações, elas cooperam, até certo ponto, com o regime vigente (...) não estou a menosprezar ou a reduzir, até certo ponto, o impacto da atividade cívica e solidária de certas organizações da sociedade civil. Mas as organizações da Sociedade Civil, por exemplo, aquelas que estão voltadas à doação de bens, de primeira necessidade, comida, doação de roupas e muito mais. São associações que não lutam para combater o sistema (...) são organizações que conformam os oprimidos e os excluídos. Porque, na Província do Cunene a população está a morrer de fome e falta de água, por causa da seca (...) Mas, em contrapartida, o Executivo não tem criado políticas públicas que visam acolher e dar assistência para a sobrevivência desse povo. Então, são criadas essas organizações que chegam até ao local e doam cestas-básicas (...) na verdade, o que está se fazendo não é uma ação de caridade, mas o adiamento do progresso da Província e da população. Quer dizer, estas organizações de uma forma cooperam com o regime. E o regime aplaude (...) enquanto que a atuação dos Revús é diferente, a nossa causa é objetiva, está relacionada à pressão para que o regime saia do poder, uma causa extraordinária, porque outras organizações da Sociedade Civil são contempladas com algumas doações, em nível do Orçamento do Estado, são apadrinhadas pelas instituições públicas. Ao contrário, os Revús são marginalizados. É mais fácil encontrar um ativista cívico, padecer de fome, passar por necessidade básica, em detrimento de um membro de uma dessas organizações, como é o caso do CNJ, O líder dessa organização é um jovem que defende e apoia incondicionalmente o MPLA e o Presidente da República. Essas

organizações têm um apoio financeiro muito forte por parte do Estado. Então, você não vai encontrar isso conosco. Você não vai encontrar um apoio financeiro ligado aos ativistas, à bolsa de estudos, etc. Então, o que nos diferencia de várias organizações sociais não é apenas o aspecto filosófico da luta que decidimos abraçar, mas também o tratamento social (Entrevistado 4).

Para nós todas as lutas são importantes, as ONGs que trabalham com o combate às drogas, contra o álcool, todas essas organizações são significativas para a sociedade, e elas devem influenciar de maneira positiva as instituições públicas, em particular nas comunidades onde os serviços sociais não são distribuídos de forma equitativa (...). Mas em Angola se criou uma imagem sobre a existência de dois grupos da Sociedade Civil. Primeiro é a Sociedade Civil organizada; e segundo é a Sociedade Civil não-organizada. Esse tipo de narrativa foi construído a partir da elite política que governa. No que diz respeito aos Revús, são vistos como um grupo não-organizado, aquelas que pretendem desestabilizar a ordem pública e subverter o poder através da força (...) enquanto que a outra sociedade civil "dita" organizada são aquelas que recebem as benesses do Estado (...) são aquelas que não tomam posições críticas diante da situação precária da população (sic) (Entrevistado 5).

Quanto à questão de intimidação e perseguição contra os Revús, bem como a compreensão dos participantes no que diz respeito em ser um ativista cívico em Angola, os entrevistados consideram que:

Ser um ativista e Revolucionário em Angola é estar exposto a riscos (...) não se aconselha. Nós estamos submetidos a perigos constantes, as nossas vidas estão quase a jogadas ao abandono, o ativista cívico em Angola, quando realmente tenta ser independente sofre bloqueio por quase todos os lados, isso porque o governo enraizou uma ideia de que os cidadãos para conseguirem emprego ou fazer concurso público (...) primeiramente devem pertencer ou estar filiado a um grupo político partidário ou organização da sociedade civil que o governo tem o controle (...) caso ao contrário serás boicotado e conotado como inimigo. A situação torna-se pior, ainda mais, quando um Revú não teve oportunidade de acesso à Escola e à Universidade. Um ativista que não é formado facilmente é cooptado (Entrevistado 2).

Para ser um Revú em Angola, principalmente nos anos de 2011, 2012 até 2015, era muito difícil (...) no seio da família não éramos bem-vistos, como também na sociedade (...) perdemos alguns direitos, nossos nomes foram/são expostas nas listas negras pelos agentes do Serviço Secreto do Estado, para que não tenhamos chances de emprego. E, por sua vez, somos apelidados de jovens frustrados, pessoas que não tiveram sucessos na vida académica e social (...) arruaceiros, e tantos outros adjetivos. Por exemplo, no caso dos 15+2, os ativistas foram constituídos arguidos e condenados nos crimes de associações de malfeitores e tentativas de golpe de Estado, uma acusação e condenação injusta que (...) mais tarde veio a comprovar-se. Portanto, isso mostra que convivemos com um governo, alérgico a atos de mobilização e protestos (Entrevistado 3).

Ser um ativista em Angola é das piores odisseias que alguém pode abraçar, é viver à margem da sociedade. Em primeiro lugar, tem a família que mais do que te rotular, vai te retaliar e abandonar, na mesma senda, a esposa te despreza, porque ninguém gostaria de estar acompanhada de um homem pelo qual a sociedade julga constantemente. Porque aqui em Angola, um marginal e um ativista, não há nenhuma diferença, todo mundo julga as

razões que levaram você a se tornar um revolucionário (...) vão dizer que vais morrer cedo. Quer dizer, a primeira ideia que se tem é essa, quando se abraça o ativismo cívico e político em Angola, está próximo da morte ou do insucesso profissional (...) por essa razão, somos marginalizados e por mais vontade que outras pessoas têm de participar, mas desistem de imediato por esses motivos (sic) (Entrevistado 4).

(...) Quando você tenta protestar em Angola é espancado e conotado. Você tem dificuldade de ter acesso ao emprego. Portanto (...) há um conjunto de ações que são desencadeadas contra ti para te deixar num estado de debilitação, de mendicidade e de pressão familiar (...) quando se atinge nesse estágio (...), sobretudo de pobreza extrema (...) facilmente o regime consegue aliciar os ativistas com alguns bernenses (...) então são essas estratégias e artimanhas que têm criado como também outras de forma mais contundente do ponto de vista mais agressivo, prenderem, perseguirem, sequestram e matam os ativistas (Entrevistado 5).

Conforme exposto pelos participantes e também nos anexos, pode-se igualmente concluir que a prática de intimidação como consequência de um regime autoritário tem limitado a participação de outros cidadãos na esfera pública, uma vez que são utilizados meios contundentes para a retaliação de ativistas, como armas de fogo, cães, bem como utilizam formas de pressão psicológica que visam desmobilizar e desmotivar atos cívicos, sobretudo manifestações de ruas. Este tipo de prática utilizada pelo governo tem causado o abandono de alguns ativistas, que são aconselhados pelos familiares e amigos, outros buscam asilo político para os países estrangeiros, como: Portugal, Brasil, entre outros, a fim de resguardar sua vida e a de sua família. Ademais, como observou o entrevistado 2, alguns Revús são aliciados com dinheiros, casas e carros, com o pretexto de deixar de exercer prática cívica. Portanto, tudo isso tem desembocado em algumas ocasiões no retrocesso e enfraquecimento coletivo dos jovens (BLANES, 2016; GOUVEA, 2020).

Em função disso, com vista à democratização do Estado e do renascimento de um pensamento coletivo, os ativistas do MRA a partir do ano de 2018 aos dias atuais (2023) decidiram ressignificar sua forma de atuação na esfera da vida social e política do país para além de protestos de rua, um tipo de engajamento que visa à transformação das comunidades, através de criação de organizações comunitárias que têm realizado roda de conversa, formação para a cidadania e também promovem discussões sobre autarquização dos municípios. De acordo com Putnam (1996), o surgimento de mais agremiações nas comunidades propicia no envolvimento ativo dos cidadãos na vida pública, ajudam a criar uma cultura de participação, cujo objetivo é influenciar as políticas públicas e as instituições, em suma, é uma fonte importante de conectividade entre as pessoas e do capital social.

5.1.1. Comunidade Cívica e Capital Social: debatendo a percepção dos “Revús”

Robert Putnam (1996) considera que numa comunidade cívica a atividade da cidadania se caracteriza primeiramente pelo interesse em participar da coisa pública e que contribui para o bem-estar coletivo, por isso chama de “virtude cívica”. Todavia, assim como em qualquer atividade coletiva que envolve seres humanos não está isenta de conflitos, uma vez que as pessoas têm opiniões firmes e diferentes, também acontece nas associações das comunidades cívicas, inclusive dentro do MRA e associações que foram criadas mais tarde. Contudo, esta divergência deve sempre ser pautada pela tolerância mútua.

Em virtude da opressão e tentativa de desmantelamento do MRA, através de aliciamento dos seus membros, os Revús a partir do ano de 2018 decidiram ressignificar suas atuações, ou seja, para além do protesto de rua iniciado no ano de 2011, foi possível notar que até 2018 não existia quaisquer organizações nas comunidades, cuja finalidade seria discutir sobre questões sociais e políticas do país, em particular dos municípios, o ato era desenvolvido por pessoas singulares, foi por essa razão, que os ativistas entenderam criar associações comunitárias em todas as províncias de Angola, cujo fim coletivo é a descentralização do MRA, enquanto uma organização macro e as agremiações seriam para fortalecer as comunidades, garantindo que as pessoas tenham vozes e possam participar na política e que conheçam dos seus. Entre as organizações criadas para o fortalecimento da participação cidadã, estão: o Projeto Agir, PLACA, Terceira Divisão, Mudar Viana, Fama, Rede de ativistas de Benguela, entre outras.

Por essa razão, quanto à questão colocada sobre as atividades que são desenvolvidas pelos Revús, para além do protesto de rua, os intervenientes responderam da seguinte forma:

Para além de protestos de rua, nós também realizamos formações sobre os mais variados temas ligados aos direitos humanos, cidadania, desenvolvimento sustentável, democracia, valor da educação, corrupção, e, sobretudo, a realização das autarquias locais. Este último, explicamos cuidadosamente suas vantagens e desafios, uma vez que permitirá a descentralização dos poderes (...) do mesmo modo, realizamos debates comunitários e fóruns (...) participamos por via de conferência de imprensa, realizamos exposições sobre discussões dos mais variados temas sociais e político relacionado à sociedade angolana e do mundo. Em suma, a nossa participação se dá por várias vias, visto que na sua maioria somos

professores (a), e dentro dos nossos compromissos fizemos de tudo para transmitir uma mensagem sobre o Estado de arte do país e cultivar o hábito da cultura de tolerância (Entrevistado 2).

Para além do protesto de rua, nós criamos debates comunitários, realizamos formações específicas (...) no contexto eleitoral formamos observadores eleitorais, discutimos sobre a lei eleitoral (...) existem agora várias organizações comunitárias que criam programas com finalidade coletiva, como por exemplo, o Movimento Cívico Terceira Divisão, que tem feito um conjunto de ações que visa priorizar as mulheres (...), pois achamos importante que as mulheres estejam em posição de poder (...) e hoje o nosso ativismo tem estado mais voltado na questão da influência dos povos e das comunidades para capacitar as pessoas sobre o interesse público. Por conseguinte, também realizamos um conjunto de ações juntos das universidades, através de palestras. Entretanto, nós entendemos que é fundamental que o próprio cidadão tenha a capacidade de intervir na vida pública (Entrevistado 5).

No contexto atual buscamos reinventar a nossa forma de atuação e luta cívica, criamos movimentos em nível dos municípios. Hoje na cidade do Cazenga, encontramos a associação cívica “PLACA”, na outra localidade, isto é, Cacucaco, criamos a “Terceira Divisão” e o “Projeto Agir”, no município de Viana, vemos a associação “Mudar Viana”, e entre outras localidades do país. Portanto, a partir dessas organizações temos vindo a realizar discussões sobre questões sociais que afetam a sociedade angolana, como também debatemos sobre as autarquias locais. Além disso, (...) alguns ativistas criaram bibliotecas comunitárias denominadas “despadronizadas”, cujo objetivo é oferecer leituras gratuitas para os cidadãos, na mesma biblioteca realizamos atividades culturais (Entrevistado 3).

As atividades que desenvolvemos para além do protesto são as mais variadas que temos vindo a realizar. Por exemplo, os casos de palestras que são realizadas de forma gratuita, tem também essa nova vaga de emancipação de cultura de leitura que foram criadas nas comunidades de acesso gratuito aos livros para que as pessoas tenham contato com a escrita e daí possa se cultivar o hábito de leitura (...) igualmente, realizamos campanhas de sensibilização de limpeza comunitária, realizamos denúncia, etc., (Entrevistado 4).

Corroborando, Robert Putnam (1996. p. 103), vai dizer que “as associações civis contribuem para a eficiência e a estabilidade do governo democrático”. Ademais, estas associações criadas nas comunidades são importantes, pois incentivam o espírito coletivo não só aos membros do seu grupo, mas da população, um hábito de cooperação, solidariedade e confiança social. Neste sentido, o associativismo é visto como um pré-requisito para o desenvolvimento do sistema político e democrático. Ou seja, a cidadania se (re) configura através do associativismo.

Considera-se que o associativismo detém um potencial democrático que possibilita desenvolver práticas representativas de diferentes grupos sociais que se manifestam através de uma pluralidade de disposições (valores, percepções, representação do mundo, repertórios) [...]. Em determinadas conjunturas políticas de corte autoritárias, o associativismo pôde abranger uma articulação de oposição formada por redes de indivíduos vinculados em

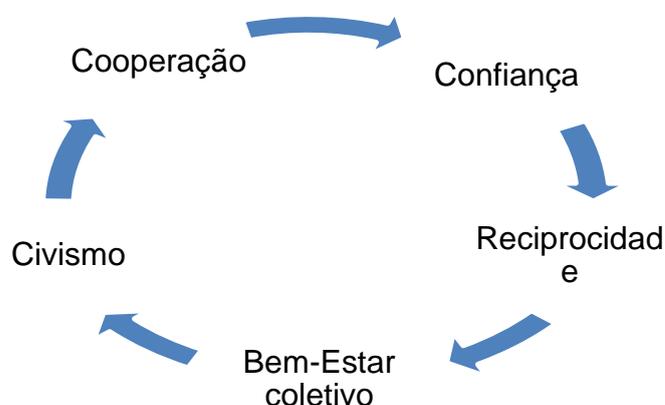
torno de interesses e capazes de contestar o monopólio de poder dos mandatários, os quais, para preservar os interesses privados e a si próprios, desrespeitam os direitos dos cidadãos (RIBEIRO, 2012, p. 170).

O associativismo assegura a capacidade social de colaboração e reciprocidade visando o interesse coletivo. Ao contrário das chamadas comunidades menos cívicas (PUTNAM, 1996), onde o sistema de participação dos cidadãos é caracterizado pelo capital convencional através do voto e são aquelas regiões comumente onde vigora a cultura do clientelismo, familiarismo e personalismo. Nestas regiões, portanto, as pessoas não têm cultura de leitura (jornais, livros, etc) e facilmente são manipulados pelas notícias dos meios de comunicação social público e líderes políticos.

Em suma, diferente da região menos cívica, é possível afirmar que com essa nova vaga de emancipação que surgiu no ano de 2018, fez com que as ações e os objetivos de luta do MRA se ampliassem e, de acordo com os entrevistados 2, 3 e 5, consideram como sendo uma possibilidade de tornar as comunidades mais cívica em detrimento dos anos anteriores quando se deu início da luta cívica. A comunidade mais cívica, segundo Putnam (1996) são aquelas que possuem um forte Capital Social que facilitam a coordenação e cooperação entre as pessoas, os cidadãos participam de forma mais ativa e procuram discutir sobre assuntos de interesse coletivo, fiscalizam e cobram responsabilidade social.

Desse modo, Putnam (1996) apresenta cinco características que definem a comunidade cívica, como ilustra a figura a seguir:

Figura 3 Característica da Comunidade mais Cívica



Fonte: Elaboração do autor, adaptado (PUTNAM, 1996, p. 186).

Conforme mostra o relato dos Revús, é possível observar que suas ações são expandidas por múltiplas esferas da vida social, principalmente no que diz respeito ao debate sobre a institucionalização das autarquias locais. Este último, no entendimento dos intervenientes vai proporcionar mais engajamento para a cidadania no negócio público.

Embora esteja tipificado na carta magna (art. 217),²⁶ Angola nunca experimentou a realização de uma municipalização desde o alcance de sua independência em 1975.

Em termos democráticos, entendemos que é consensual entre os ativistas, como também os autores, incluindo Putnam, de que a municipalização tem por objetivo assegurar o *salus populis suprema lex*.²⁷ e vai também promover maior participação cidadã. É verdade ainda que as autarquias locais sejam capazes de alguma forma evitar a centralização dos poderes, seja no âmbito *vertical*, *societal* ou *horizontal*. Diante de uma autarquia pode ser criada uma administração pública autônoma, sem realce a submissão do governo central.

O municipalismo não quer dizer atomizar do poder e do Estado. Municipalismo quer dizer divisão do poder em mãos de prefeitos e Municipais para melhor governar junto com o povo. O Municipalismo (...) deixa aos municípios o poder delegado de participar de um estilo Democrático no qual os Prefeitos e seus secretários poderão governar (...) de modo prático e eficaz, coisa impossível para o governo central. Só o Prefeito pode ter o suficiente contato direto e pessoal com o povo, de modo a praticar a co-participatividade democrática com base na justiça. Portanto, esse tipo de organização municipalista enriquece a ação governamental, facilita a comunicação, facilita a execução das grandes obras nacionais ou estaduais (...) por sua vez, o povo conhece de perto o candidato que deseja governar. E o fundamento de seu sucesso eleitoral consistirá em saber falar a mesma linguagem, mostrar ao povo que se identifica com os valores dele, que conhece, pela sua experiência, as necessidades, e que está disposto a trabalhar por uma justa distribuição de renda, integrando seu trabalho administrativo com o trabalho do dia-a-dia do povo (VECCHIO e VECCHIO, 1992, p. 52-54).

Por semelhante modo, a institucionalização da municipalização promove um capital social, os cidadãos terão mais oportunidade, seja de eleger os prefeitos

²⁶ Lei que define o património das autarquias locais. Art. 1. As Autarquias Locais são pessoas coletivas territoriais correspondentes ao conjunto de residentes em certas circunscrições do território nacional e que asseguram a prossecução de interesses específicos resultantes da vizinhança, mediante órgãos próprios representativos das respectivas populações. Igualmente, a mesma constituição prevê que as autarquias locais compreendem o direito efetivo da autonomia local, na base do princípio da descentralização político-administrativa, que compreende a existência de formas organizativas do poder local (art. 213 a 216).

²⁷ Tradução nossa: A segurança das pessoas é a lei suprema ou fundamental.

(autarcas), de participar para a transformação da sociedade, como também de emprego. Ademais, em alguns casos a municipalização poderá ou não atenuar os níveis de protestos e a partidarização das instituições. Primeiro, tendo em vista a perspectiva clássica e contemporânea da Ciência Política, considera que quanto maior é o nível de participação cidadã na tomada de decisão e sua influência para o exercício de cidadania, menor é ou será o nível de contestação. Ou seja, em uma análise prospectiva podemos afirmar que a implementação do poder local poderá atenuar os níveis de protestos da seguinte forma: (i) A municipalização pressupõe uma Administração Autônoma e Local, diferente da Administração Central do Estado, em que os funcionários são indicados e não eleitos; (ii) A eleição autárquica, no entanto, não garantirá um nível de democratização do Estado, sobretudo com a existência de órgãos autônomos, seja financeira, patrimonial e administrativo, bem como a surgimento de um auto-governo eleito pelo povo ou os municípios.

Contudo, tendo em conta a realidade angolana, em particular analisando o sistema eleitoral autárquico que vem sendo construído pelos legisladores, existem algumas normas que poderiam comprometer a concretização do primeiro ponto, uma delas é a Lei nº 3/20 de 27 de janeiro, Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas no seu art. 88º fala a respeito das campanhas eleitorais e financiamento público.²⁸ Esta lei assevera que o financiamento das campanhas eleitorais autárquicas ocorrerá somente após a fixação dos resultados finais, bem como “[...] terão o direito ao financiamento público as candidaturas que tenham obtido no mínimo de 15% do total de votos válidos” (QUINTAS, 2022, p. 234). Ou seja, diante de uma pobreza multidimensional na qual a maioria da população vive, em particular os jovens, essa cláusula poderá impedir ou limitar a candidatura de ativistas e cidadãos apartidários e sem condições socioeconômicas para o financiamento das campanhas. Aliás, os partidos políticos continuarão a dominar a esfera da vida política e social, indicando candidatos que têm certa influência em determinados municípios para se candidatarem. Essa situação, para o autor, por um lado, pode ser um dos elementos que poderá dificultar a redução dos protestos. Ou seja, os níveis de protestos poderão aumentar.

²⁸ Disponível em: <https://joaocambuta.com/wp-content/uploads/2020/02/Lei-Organica-sobre-as-Eleic%CC%A7o%CC%83es-Auta%CC%81rquicas.pdf>.

Por outro lado, se o legislador entender que a lei de financiamento não seja um impedimento das candidaturas dos cidadãos independentemente da sua condição social e econômica e assegurar a concretude dos direitos civis, permitindo com que a competição não seja apenas entre aqueles de possuem um capital econômico, como os militantes de partidos e os empresários, isso poderá de certa forma reduzir os níveis de manifestações (QUINTAS, 2020; JELEMI, 2014; SANTIN e TEIXEIRA, 2019; CISTAC, 2012; COSTA, 2017; MAGALHÃES, 2004; NETO, 2020; ALCÂNTARA, 2001; DOWBOR, 2016; FISCHER, 1992; GABRIEL, 2014).

No que lhe concerne, para além da vantagem, a Constituição da República de 2010, também apresenta as suas desvantagens, sobretudo no que diz respeito à concentração dos poderes no Presidente da República. Um exemplo é que o chefe do Executivo é quem nomeia os governadores, estes por sua vez, indicam os administradores municipais, sucessivamente, o que propicia o clientelismo e também a partidarização das instituições. Em tese, no entanto, apesar de estar consagrada na lei magna a separação dos poderes, mas, de acordo com o António (2013, p. 156) afirma que no que diz respeito aos órgãos de soberania do Estado, em particular o Legislativo e Judiciário em Angola "(...) dão sinais de estarem a reboque do poder executivo, que concentra poderes excessivos e revela-se desprovido de efetivo sistema de freios e contrapesos, e de efetiva responsabilidade de prestação de contas à sociedade".

5.1.2. Participação: uma proposta de luta “não-violenta”

O conceito de luta “não-violenta” é uma proposta do cientista político Gene Sharp no seu livro “Da Ditadura à Democracia” no qual o autor elabora vários modelos de participação para além do voto, como também apresenta algumas ferramentas que servem para esgotar e quiçá derrubar um regime autoritário. Uma dessas ferramentas é o protesto de luta “não violenta”, cujos protagonistas devem ser um grupo de cidadãos e movimentos de massa inconformados com a situação que vivem.

A luta não-violenta é um meio muito mais complexo e variado que a violência. Trata-se a luta com armas psicológicas, sociais, econômicas e

políticas empregadas pela população e pelas instituições da sociedade. Essas armas têm sido conhecidas por vários nomes: protestos, greves, não-cooperação, boicotes, deslealdade e o poder do popular. Conforme já observado, os governos só podem governar quando o acesso às fontes necessárias para o seu poder lhe é facilitado continuamente por meio da cooperação, da submissão e da obediência do povo e das instituições civis. A insubmissão política, ao contrário da violência, é especialmente apropriada para cortar essas fontes de poder (SHARP, 2021, p. 48-49).

Na perspectiva de Sharp, a luta não-violenta pressupõe uma ação sem recurso à violência ou quaisquer meios que visam subverter o poder político através da força. Por isso, propõe três categorias de luta: (i)- protesto e persuasão; (ii)- não cooperação e (iii)- intervenção. Aos cidadãos podem utilizar estas categorias em diversos modos: greves, boicotes, vigílias, passeatas, abaixo-assinado, entre outras formas.

Quadro 3 Categoria do Método da Luta Política Não-Violenta

PROTESTO E PERSUASÃO	NÃO-COOPERAÇÃO	INTERVENÇÃO NÃO-VIOLENTA
Greves	<p>Não cooperação social:</p> <p>a-) Boicote social (seletivo);</p> <p>b-) Greve estudantil;</p> <p>c-) Desobediência social;</p> <p>d-) Ficar em casa; etc.</p>	<p>Intervenção psicológica:</p> <p>a-) Jejum (de pressão moral);</p> <p>b-) Greve de fome.</p>
Vigílias	<p>Não-Cooperação econômica:</p> <p>a-) Boicote dos consumidores por certos bens e serviços;</p> <p>b-) Greve geral dos comerciantes;</p> <p>c-) Greves de protesto (por curto período); etc.</p>	<p>Intervenção Física:</p> <p>a-) Ocupar os espaços públicos (sentado ou em pé);</p> <p>b-) Reunir em algum lugar de significado simbólico e permanecer imóvel.</p>

Passeatas	<p>Não-cooperação Política:</p> <p>a-) Retenção ou retirada de fidelidade;</p> <p>b-) Recusa de apoio público (para o regime existente e suas políticas);</p> <p>c-) Leitura de discurso em defesa da resistência;</p>	<p>Intervenção Social:</p> <p>a-) Palestras;</p> <p>b-) Instituições e sistemas de comunicação alternativos;</p> <p>c-) Teatro; etc.</p>
Abaixo-assinados	<p>Não-cooperação dos cidadãos com o Governo:</p> <p>a-) Boicote dos órgãos legislativos por seus membros;</p> <p>b-) Boicote às eleições;</p> <p>c-) Boicote ao emprego e cargos no governo;</p>	<p>Intervenção econômica:</p> <p>a-) Golpe reverso (Trabalhando em excesso);</p> <p>b-) Greve de permanência (ocupação do local de trabalho); etc.</p>
<p>Marchas;</p> <p>Abandono;</p> <p>Silêncio.</p>	II	<p>Intervenção Política:</p> <p>a-) procurar ser preso;</p> <p>b-) Desobediência civil das leis;</p> <p>c-) Trabalhar sem colaborar;</p> <p>d-) Divulgação de identidades de agentes secretos.</p>
<p>Declarações formais:</p> <p>a-) Discurso público;</p> <p>b-) Carta de oposição; etc.</p>	II	II

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado (SHARP, 2021).

É possível observar no Quadro 3 que existem vários métodos de luta cívica, no entanto, para a sua aplicabilidade é importante que os organizadores sejam estratégicos. O autor adverte que:

Quaisquer que sejam os méritos da opção violenta, um ponto é claro. Quem deposita sua confiança em meios violentos opta pelo tipo de luta em que os opressores quase sempre lhe são superiores. Os ditadores estão prontos para aplicar a violência de forma esmagadora. Não importa se a luta dos democratas dura mais ou menos tempo (...) os ditadores quase sempre levam vantagem em termos de equipamento, munição, transporte e contingente (SHARP, 2021, p. 17).

Portanto, entender a antropologia política da atividade cívica organizada pelos Revús, é importante para identificar os seus atores, analisar e compreender a percepção de cada um no que concerne às razões que os levam a praticarem manifestações. Assim sendo, o Quadro 4 ilustra o cronograma da participação dos Revús desde 2011 a 2015, sua finalidade, assim como atuação dos órgãos da ordem pública em um estado que se diz ser democrático:

Quadro 4 Cronologia das manifestações em Angola

ANO	DIA/MÊS	OBJETIVOS	AÇÃO E REAÇÃO DA POLÍCIA NACIONAL
2011	7/03	Tentativa de manifestação antigovernamental na Praça da Independência, em Luanda, convocada anonimamente em nome do Movimento Revolucionário através das redes sociais.	A manifestação foi reprimida pela Polícia Nacional (PN) e deteve entre 12 a 17 ativistas, incluindo o rapper Luaty Beirão, Carbono, a jornalista Ana Margoso, e outros.
2011	2/04	Manifestação pela Liberdade de Expressão em Angola. Participaram aproximadamente 300 pessoas, majoritariamente jovens, partidários, ativistas e membros de partidos políticos como o Bloco Democrático. Neste evento, emitem mensagens como: "Polícia ganha mal, Zé Eduardo é ditador!" Educação para todos,	Esta foi uma das raras manifestações não inviabilizadas pela polícia, não tendo havido as costumeiras violências e detenções de manifestantes.

		liberdade para todos!”“, “Viva a democracia”! Viva a liberdade!	
2011	22/04	Foram convocadas duas manifestações em locais diferentes. Uma na Província do Bengo; outra na cidade capital, Luanda, no município do Cazenga. Este último o objetivo da manifestação era contra a insalubridade da zona. Enquanto a do Bengo, professores pretendiam reivindicar melhorias sociais.	O desdobramento de fortes dispositivos policiais forçou o cancelamento de duas manifestações previstas para este dia, uma no Município do Cazenga, em Luanda, e outra em Caxito, na província do Bengo.
2011	3/09	Manifestação convocada pelos Revús, contra o antigo Presidente José Eduardo dos Santos e seus auxiliares.	Agentes da Polícia Nacional dispersaram violentamente. Forças de segurança e membros das milícias atacaram vários jornalistas que faziam a cobertura da manifestação. Apreenderam ou partiram as suas câmaras e outros aparelhos de gravação.
2011	3/12	Manifestação espontânea	Polícias e agentes de segurança à paisana dispersaram violentamente uma manifestação pacífica de cerca de 100 jovens em Luanda e feriram pelo menos 14 pessoas.
2012	27/01	Uma manifestação organizada por jovens e municípios de Cacuaco, na cidade de Luanda, exigindo acesso à água e à eletricidade.	A manifestação foi barbaramente reprimida pela polícia. Foram detidos 12 manifestantes.
2012	3/02	Cerca de 50 manifestantes, em solidariedade com os 12 detidos no dia 27/01, em Cacuaco, protestavam	Foram agredidos por agentes da Polícia Nacional e de Intervenção Rápida. A

		contra a prisão destes cidadãos.	polícia deteve 10 manifestantes, mas libertou-os no mesmo dia sem acusação.
2012	04/04	Em Cabinda, profissionais da saúde e sindicalistas, realizaram greve - reclamavam melhores condições de trabalho e o pagamento de subsídios em atraso.	Na senda disso, a polícia deteve 21 grevistas do sindicato dos trabalhadores da saúde, incluindo dois dirigentes sindicais.
2012	10/03		No Bairro do Cazenga, em Luanda, cerca de 40 manifestantes foram atacados por uma dúzia de agentes da Polícia Nacional, à paisana, armados com bastões, facas e pistolas. Um dos líderes dos protestos, Luaty Beirão, foi ferido bem como dois outros manifestantes. Três jornalistas que cobriam o evento – um da Voz da América, outro da Rádio Despertar e um jornalista freelancer – e os manifestantes procuraram refúgio em residências privadas nas proximidades para escaparem à violência. Nessa tarde, membros das milícias atacaram violentamente o secretário-geral e atual Presidente do Bloco Democrático, Filomeno Vieira Lopes, com barras de ferro. Teve de ser submetido a intervenções cirúrgicas no exterior do país.
		Uma manifestação organizada junto a antigos membros da Unidade de Guarda Presidencial (UGP)	Na sequência, os cidadãos e ativistas Alves Kamulingue, 30 anos, e o seu

2012	27/05	e antigos combatentes, para a reclamação de pensões.	companheiro Isaías Cassule, 34 anos, um dos organizadores da manifestação, foram raptados. Até aos dias atuais, especula-se que foram atirados no rio e devorados pelos jacarés.
2012	20/06	Centenas de desmobilizados realizaram uma manifestação em Luanda, que causou pânico na cidade. Os antigos combatentes reclamavam o pagamento das suas pensões, muitas das quais em atraso há 20 anos.	Um forte aparato da Polícia de Intervenção Rápida (PIR) e da Polícia Militar (PM) dispersou violentamente os manifestantes a cassetete e com gás lacrimogêneo. Logo, procedeu-se à detenção de mais de 50 veteranos de guerra.
2012	14/07	Manifestação antigovernamental	Dois jornalistas (Coque Mukuta, correspondente do serviço em língua portuguesa da Voz da América, e Isaac Manuel, jornalista da estação de televisão RTP [Rádio Televisão Portuguesa]) foram detidos em Luanda. No total, além dos jornalistas, foi confirmada a detenção de mais 10 pessoas.
2012	25/08	Manifestação organizada pelo partido político UNITA, em Luanda, contra a fraude eleitoral.	
2012	22/12	Manifestação do MRA para exigir da polícia uma explicação sobre o desaparecimento de Isaías Cassule e Alves Kamulingue	
		Manifestação em Luanda sob o tema: "Direito à Vida	A Polícia Nacional deteve cerca de 20

2013	30/03	e Liberdade para Quem Pensa Diferente”, em protesto pelo desaparecimento de Isaiás Cassule e Alves Kamulingue.	peças durante uma tentativa de manifestação
2013	27/04	Vigília convocada em Luanda, pelo MRA, em protesto pelo desaparecimento, desde 27 de maio de 2012, de Isaiás Cassule e Alves Kamulingue.	Agentes da Polícia Nacional dispersaram à bastonada os manifestantes. Um dos manifestantes, Raúl Lindo (Mandela), foi brutalmente espancado. Outro, Emiliano Catumbela, foi detido durante quase um mês e torturado sob ordens diretas do comandante provincial da Polícia Nacional.
2013	15/06	Mais de 15 mil pessoas saíram à rua em protesto contra a onda de homicídios de camponesas na localidade diamantífera de Cafunfo, município do Cuango, província da Lunda-Norte.	
2013	19/09	Protesto contra as injustiças sociais em Angola, organizada pelo MRA.	A manifestação foi mais uma vez violentamente reprimida pela Polícia Nacional, em Luanda. Foram detidos 23 manifestantes.
2014	11/10	Manifestação Contra a Alteração da Lei da Nacionalidade, convocada pelo MRA.	A manifestação foi literalmente reprimida pela polícia. Vários jovens manifestantes foram agredidos e detidos e.
2014	23/11	Manifestação para exigir a demissão do Presidente da República José Eduardo dos Santos.	Brutal agressão à ativista Laurinda Gouveia por parte de agentes do SINSE.
2014	7/12	Jovens ativistas saíram à rua para a realização da Marcha Contra a Violência	A Marcha, previamente comunicada ao Governo da Província

		Policial.	de Luanda (GPL), acabou sendo inviabilizada pela polícia.
2015	20/06	Detenção de vários ativistas que participavam num “Grupo de Debate” na Vila Alice, e posterior acusação aos mesmos de “tentativa de golpe de Estado”, num processo que veio a ser internacionalmente conhecido como “15+2”.	

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado (MUKUTA e FORTUNA, 2012; DALA, 2016).

O legado do primeiro ato cívico ocorrido em março de 2011, continua sendo o marco histórico da vida sociopolítica do país, em particular na memória dos participantes e dos novos integrantes do MRA. Trata-se de uma época em que os direitos individuais e coletivos, embora consagrados na Constituição da República, mas ainda assim estavam bloqueados e ameaçados. Os jovens surgem para dinamizar e democratizar o Estado, contestando condições sociais e políticas (BLANES, 2021).

Porquanto, outro evento relatado pelos entrevistados foi o fenômeno midiático do processo “15+2” como são/foram chamados. No dia 20 de junho de 2015, dezessete ativistas que faziam parte do MRA foram presos em Angola. Estes jovens estavam realizando uma formação cívica denominada “*Luta Não-Violenta*” na livraria Kieza, citado em Luanda, cujo objetivo se baseia em uma inspiração do livro de Gene Sharp “*Da ditadura à Democracia*” e a tentativa de adaptação dessa filosofia política à luz a realidade angolana. Aliás, o ativista, professor e jornalista Domingos da Cruz, concretizou este objetivo com a escrita do livro e-book intitulado: “*Ferramenta para destruir o ditador e evitar nova ditadura: filosofia política da libertação para Angola*”.²⁹ Isso foi o suficiente para serem acusados pelas forças de Segurança do Estado Angolano, de associação de malfeitores, ou suspeitos de preparar atos tendentes, cujo fim seria a alteração da ordem e segurança pública e atentando contra o Estado.

²⁹ Livro disponível: <https://www.makaangola.org/wp-content/uploads/2015/11/Ditadura%20final%20Print.pdf>.

Naquele momento, Henrique Luaty da Silva Beirão, Manuel Chivonde (Nito Alves), Nuno Álvaro Dala, Afonso Mahenda Matias (Mbanza Hanza), Nelson Dibango Mendes dos Santos, Itler Jessy Chivonde (Hitler Samussuko), Albano Evaristo Bingo Cabingo, Sedrick Domingos de Carvalho, Fernando António Tomás (Nicolas, “o Radical”), Arante Kivuvu Italiano Lopes, Benedito Jeremias, José Gomes Hata (Cheick Hata), Inocêncio António de Brito, Domingos da Cruz, Osvaldo Sérgio Correia Caholo, Laurinda Gouveia e Rosa Conde, iniciavam um longo caminho que foi da prisão fechada e isolamento familiar, à prisão domiciliar e, posterior condenação por atos de preparatórios de rebelião e associação de malfeitores, num julgamento controverso, resultando em penas que variaram de dois a oito anos de prisão efetiva em regime fechado, em 28 de março de 2016 (GONÇALVES, 2016, p. 164).

Depois de ditado a sentença, os ativistas deram início a várias formas de protesto dentro das cadeias, como: greve de fome, escrita nas t-shirts dos reclusos, e outros tipos de manifestações. A greve de fome foi iniciada por quatro dos 17 ativistas presos, em 20 de setembro de 2015 como forma de protesto contra a detenção ilegal. Dentre os quatro ativistas o rapper Luaty Beirão foi quem continuou em greve de fome há cerca de 36 dias (DALA, 2016; BLANES, 2016; MENDONÇA, 2019; SANTOS, 2019).³⁰

Por sua vez, Sedrick de Carvalho (2022, p. 97) no seu livro intitulado “Prisão Política”, assevera que quando decidiram fazer uma greve de fome,

[...] não era uma decisão fácil me, deveria ser tomada de ânimo leve. Os nossos ânimos não estavam exaltados. Pedimos ao Walter (advogado) que anunciasse a postura que adotariamos doravante. O objetivo da greve era para pressionar o regime, para que nos colocasse em liberdade, enquanto aguardávamos pela acusação e julgamento, que estivemos sempre dispostos a enfrentar.

Além da greve, teve também protesto no âmbito nacional e internacional. No âmbito interno registou-se a mobilização de familiares, amigos e solidariedades de deputados dos partidos políticos na oposição e pessoas singulares que realizaram vigílias e protestos de rua apelando à liberdade imediata dos 17 ativistas presos. Ademais, as embaixadas acreditadas em Angola, em particular do Canadá e EUA, também se solidarizaram com a situação e emitiram vários comunicados pedindo o respeito aos direitos humanos. No âmbito externo, observaram-se ativistas angolanos e não só organizando atividades que visavam pressionar a justiça do país para libertação dos jovens, igualmente, a Anistia Internacional, também emitiu um comunicado exortando a libertação dos presos políticos.

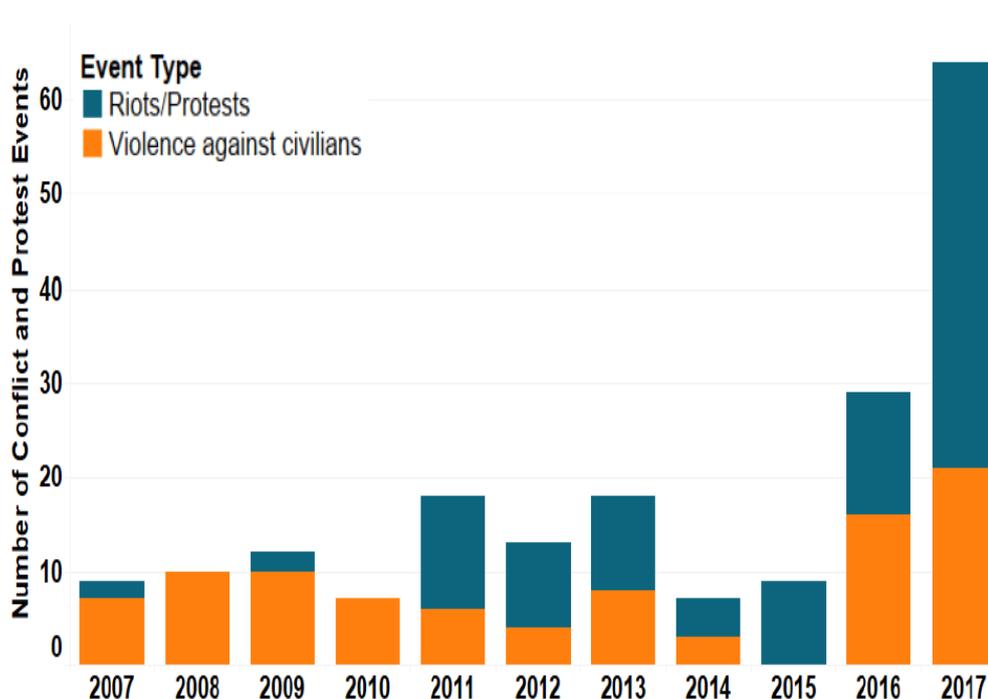
Entretanto, diante de tanta pressão social e política, o governo angolano

³⁰ Mais informação: https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Informe2016_Final_Web-1.pdf.

solicitou ao Tribunal Supremo, o arquivamento do processo e conseqüentemente a libertação imediata dos ativistas. Assim, podemos concluir que este cenário fortaleceu bastante os jovens, como também fez com que alguns cidadãos se interessassem com a situação política do país. Da mesma maneira, a prisão dos Revús enfraqueceu a permanência ou continuidade de JES na presidência, tendo, por conseguinte deixado o poder e no ano de 2017, substituído pelo atual Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço (JLO), eleito no mesmo ano (DALA, 2016; MENDONÇA, 2019).

Outro dado importante quanto a violência dos direitos civis em Angola, tem sido produzido pelo *Projeto de Localização de Conflitos Armados e Dados de Eventos (ACLED)* que tem feito os registros dos tipos de violências políticas e sociais no mundo, incluindo: guerras, instabilidades, manifestações públicas e quedas de regimes políticos. No que diz respeito a realidade angolana, ACLED apresenta através de dados estatísticos números de eventos de protestos e violência contra civis que aconteceram no país a partir do ano de 2007 a 2017. Neste último em particular, é o ano em se registrou pela primeira vez a mudança de Presidente da República, através de um processo eleitoral.

Figura 4 Números de protestos e violência contra civis em Angola (2007-2017)



Fonte: ACLED (2017).

A figura 8 ilustra os números de protestos e violências civis registrados em Angola, durante a época de 2007 a 2017, um período considerável de dez anos. Muitos destes protestos, sobretudo do ano de 2007 até 2010, tiveram como foco a questão da autonomia regional, como na província de Cabinda e Lundas. Em Cabinda, a Frente Para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) realizaram vários protestos que tinha como objetivo o boicote às eleições de 2008 na região de Cabinda. Igualmente, no ano de 2010, os militares da FLEC protagonizaram um ato terrorista na fronteira de Angola e Gabão, que culminou com o ataque e a morte de alguns dirigentes e jogadores da seleção do Togo.³¹ Apesar disso, a figura mostra que durante este período não se registraram atos de organização da sociedade civil, pois os movimentos cívicos existentes, exceto o MEA, preocupavam-se mais com a questão da educação cívica eleitoral, como era o caso da ADRA e FESA, como observado anteriormente. E por se tratar de um período em que o país saía de um conflito armado, o registro de violência foi muito forte entre a FLEC e as Forças Armadas Angolanas (FAA).

Portanto, o gráfico mostra ainda que a partir do ano de 2011 até 2016 iniciou uma vaga de protestos, tendo como protagonista os jovens da sociedade civil independentes, que também ficou registrado com uma forte violência dos direitos humanos e civis. Diferente dos anos anteriores de 2007 a 2010, os protestos de 2011 em diante, tiveram como motivação a questão econômica e política de Angola.

Em 2017 com a mudança de Presidente, isto é, de JES para JLO, os ativistas esperavam que se abrisse uma nova vaga de emancipação cívica de protesto e os gritos as vozes dos dissidentes significava que seria uma era com menos repressão em relação aos anos anteriores do consulado de JES. Todavia, os dados obtidos por esta pesquisa revelam que houve uma evolução de participação cidadã em atos de protesto em detrimento de 2011 a 2016, mas também os níveis de repressão e violência aumentaram contra os ativistas.

³¹ A FLEC é um grupo militar separatista de Cabinda, que surgiu na década de 1950 para reivindicar a autodeterminação ou independência de Cabinda. Para este grupo, Cabinda não é parte do território angolano. Mais detalhes, leia Bembe (2019): <https://journals.openedition.org/cea/140>.

Considerações finais

Uma das teses que se debateu na Teoria da Cultura Política e transição é a que diz respeito ao resgate da discussão sobre participação cidadã no âmbito da perspectiva institucionalista, uma discussão que se baseia na atitude e orientação política da escolha dos representantes através do voto, como observaram (ALMOND e VERBA, 1963; ALMOND e POWELL, 1972). Na mesma linha foi possível registrar que existem diferentes culturas políticas que são partes de diferentes experiências históricas, uma perspectiva ligada à legitimidade e credibilidade de um sistema político, uma abordagem que se baseia não só na normatividade, mas do apoio e confiança dos cidadãos às instituições. Por semelhante modo, o processo de confiança promove mais engajamento dos grupos e associações na arena social e política. Dentre as atividades promovidas, incluem debates sobre o exercício para a cidadania e direitos humanos, bem como o impacto da participação não formal para a promoção e o cultivo do hábito de cooperação e tolerância coletiva e tomada de decisão (INGLEHART, 1982; MOISÉS, 1990; CASTRO, 2008; PENNA, 2008).

Conforme Baquero (2003) a criação de agremiações não significa um posicionamento que desconsidere a importância da democracia representativa, pelo contrário, trata-se de um novo paradigma que não mereceu a atenção dos teóricos da Cultura Política clássica e da democracia procedimental. Portanto, para este estudo, propomos um novo paradigma de participação política não-convencional, no qual se enquadra o Movimento Revolucionário Angolano.

Ao examinarmos a percepção dos Revús, primeiro realizamos uma breve contextualização histórica da formação do Estado angolano, que data de 1975. Foi possível notar que durante a construção do sistema político, Angola viveu quase duas décadas de um regime político autoritário de um sistema de partido único. Este sistema suprimiu a competição partidária e também a liberdade e direitos de criação de organizações independentes. Além disso, registou-se um clima de instabilidade política que despoletou uma guerra civil generalizada. No que concerne à anulação das organizações da sociedade civil, verificou-se que foram permitidas apenas aquelas ligadas ao partido no poder, como a JMPLA, OPA e OMA. Na mesma época negaram-se quaisquer tipos de manifestações, pois a primeira tentativa de protesto que se pretendeu realizar terminou em uma das piores chacinas da história política e

contemporânea de Angola pós-colonial, conhecida como a “purga do 27 de maio de 1977”. Este cenário influenciou na socialização política e cultura do medo no seio de muitas famílias, em particular da juventude, bem como o partido no poder tornou-se mais violento contra seus adversários.

No decorrer do trabalho apurou-se também que o regime de partido único foi substituído no ano de 1991 com o advento da democracia multipartidária. Constatamos que neste ano deu-se a abertura da esfera pública. Primeiro com a aprovação da lei constitucional e mais tarde com a realização das primeiras eleições legislativas e presidenciais no ano de 1992. Essa lei constitucional abriu caminho que possibilitou a participação e criação de associações independentes, foi assim que se assinalaram o surgimento de grupos da sociedade civil, como a ADRA, AAD, ACA e mais tarde a FESA. Este último em particular, surgiu como clientela do Estado, pois trata-se de uma instituição privada e propriedade do ex-presidente JES. A FESA utilizava fundo do erário público para benefícios próprios, seja para realização de ações de caridade social, como prestar apoio na campanha política para a continuidade do MPLA e JES no poder, sem merecida responsabilização à sociedade.

Portanto, somente com a inauguração da nova República através da aprovação da constituição de 2010 que se iniciou um alto nível de mobilização e participação coordenada por grupo de jovens autônomos autodenominados de MRA. Trata-se de uma organização que surgiu na época para reivindicar a falta de direitos e liberdades individuais e coletivas, a falta de oportunidade, emprego e direitos sociais. O movimento surge também por inspiração dos eventos que estavam acontecendo no norte e médio oriente do continente africano, a chamada “Primavera Árabe”. Daí manifestou-se o desejo de prosseguir com o mesmo ato e atentar contra a longevidade de JES, no poder há 32 anos. Observaram-se durante o evento perseguições e prisões arbitrárias de manifestantes, os meios de comunicação social público faziam coberturas nos jornais de que os Revús tinham a pretensão de atentar contra o Estado, demonstrando claramente a falta de imparcialidade e pluralismo informativo (MUKUTA e FORTUNA, 2011; ANTÓNIO, 2013; DALA, 2016).

Assim, para o desenvolvimento da dissertação, partiu-se da hipótese de que a Cultura Política de Angola, caracterizada por uma história de um governo e regime com legados autoritários e centralizadores, pode afetar negativamente a participação

cívica e política dos cidadãos, uma vez que pode levar à desconfiança nas instituições democráticas e ao desencorajamento da participação ativa na tomada de decisões políticas. Diante disso, os dados examinados partiram do arcabouço teórico da Cultura Política apoiado nas informações empíricas selecionadas durante a entrevista com os ativistas do MRA.

Durante o processo da entrevista foi possível registrar que a existência de uma Cultura Política pouco participativa na dimensão não-convencional ligada a protesto e associações em Angola, dá-se pelo traço de autoritarismo e violência muito presente na ação do governo que está há cerca de meio século no poder, sem alternância política. Os dados mostraram também que desde o ano de 2018 que os Revús têm encontrado formas de participação e ressignificação de suas lutas para além de protesto de rua, como a criação de agremiações comunitárias que visam promover mais engajamento, confiança e capital social, como apontou (PUTNAM, 1996).

Embora o advento de associações auxilie para a eficiência do sistema político e democrático, os dados das entrevistas mostraram que há um déficit de participação e adesão das pessoas, mas que ainda assim, diferente dos anos de 2011 a 2017 quando não existia uma organização cívica nas comunidades propriamente dita, a participação era muito fraca, portanto, com essa nova forma de atuação e de ativismo tem ajudado muito na construção do espírito cívico dos cidadãos.

Assim, é possível concluir que apesar de existirem instituições, eleições competitivas e autonomia de organizações não significa que podemos considerar uma nação como uma democracia ou uma Cultura Política Democrática (completa ou consolidada), na perspectiva de Linz e Stepan (1999). No que diz respeito a Angola, desde o período da transição de regime no ano de 1991 aos dias atuais, por um lado no âmbito institucional não resolveu completamente questões normativas herdadas no período anterior. Ou seja, entre os principais acontecimentos aponta-se a concentração forte dos poderes ao Presidente da República que por sinal é também o líder do partido no poder. Igualmente observou-se que existe um forte monopólio partidário em nível das instituições públicas, a ausência de acesso à informação isenta, ou ainda, a imparcialidade dos meios de comunicação social públicos.

Por outro lado, constatamos que existe uma ausência de iniciativa popular em participar na tomada de decisão e de protesto, pois aqueles que tentam se organizar em grupos independentes como o MRA é barbaramente reprimido. Cria-se grupos da sociedade civil na esfera do governo como forma de limitar a ação cívica das vozes dissidentes ou contestatórias, alguns ativistas são cooptados, outros presos ilegalmente e quiçá mortos. Portanto, essa situação nos permite chegar às seguintes conclusões.

Primeiro é que Angola vive uma imposição da Cultura de medo ou uma “Cultura Política de Sujeição” que visa o consentimento acrítico do povo, o reforço da incompetência cívica e o recuo da conscientização cidadã, da estigmatização das forças da sociedade civil autônoma, e do abusivo dos direitos e liberdades fundamentais.

A segunda é que Angola não é uma democracia, mas caracterizada como um regime autoritário liberalizado, tal como sugerem O’Donnell e Schmitter (1988) e António (2013). Em outros termos, uma “autocracia concorrencial”. No entanto, as razões que nos levaram a esta conclusão se dão à medida em que persiste manifestamente a prática autoritária, violação dos direitos humanos e liberdades civis contra aqueles que se consideram dissidentes ou críticos do governo.

Em função disso, apresentamos a proposta de que se necessita urgentemente criar uma repolitização da sociedade, ou seja, uma forma de inclusão de todos os grupos e organizações cívicas, independente da pauta política que cada um defende, bem como um Estado neo-social, catalisadores dos anseios daquela Angola profunda, e não uma ficção democrática e de direitos, ancorada em uma perspectiva da Cultura Política Institucional. A construção de um Estado neo-social que permite a envolvimento de uma série de ações e mudanças (políticas e sociais) que visam assegurar o bem-estar coletivo, a igualdade de oportunidade e justiça social. Um Estado neo-social preocupado com o investimento no setor da educação, garantindo que todos os cidadãos (crianças, adolescentes e adultos) tenham acesso à escola e universidade de qualidade, criação de centros de saúde e a inclusão de gênero.

No âmbito da participação cidadã, é preciso assegurar o direito dos cidadãos de se expressarem e se reunirem livre e pacificamente, sem opressão e violência por parte das autoridades, como temos vindo a presenciar desde o surgimento do

MRA no ano de 2011. É preciso criar um canal de diálogo permanente entre o Estado e a Sociedade, prefeito, governadores e os cidadãos. Um tipo de política que inclua os cidadãos a participar na cobrança de responsabilidade social aos seus representantes, deve garantir a transparência e prestação de contas. Isso ajuda a criar uma cultura de confiança das pessoas nas instituições democráticas.

Em suma, o trabalho tem méritos importantes ao trazer uma proposta diferente para abordagem da Cultura Política e Capital Social, em particular da realidade angolana. Além disso, o trabalho também tem as suas limitações no que diz respeito à exploração do debate teórico comum da Cultura Política ligada à confiança nas instituições, etc. Portanto, estas lacunas irão enriquecer para as futuras pesquisas, especialmente em nível do doutorado.

Referências

- AHMAD, R. Governance, social accountability and the civil society. **JOAAG**, v. 3, n. 1, p. 10-21, 2008.
- ALBUQUERQUE, C. **Angola: cultura do medo**. 1. ed. Lisboa: Livros do Brasil, 2002.
- ALCÂNTARA, L. **Poder Local: gestão municipal**. Senado Federal, 2001.
- ALMADA, P. A Cultura Política de 68: reflexões sobre a resistência estudantil em Brasil e Portugal. **Mediações**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 123-143, jul.-dez 2016.
- ALMOND, G; VERBA, S. **La cultura cívica: estudio sobre la participacion política democrática en cinco naciones**. Madrid: Católica, 1963.
- ALMOND, G. A; POWELL, G. B. **Uma teoria de política comparada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- ANTÓNIO, N. D. **Transição pela transação: uma análise da democratização em Angola**. Rio de Janeiro: UERJ, 2013. Tese (Tese de Doutorado em Ciência Política) – Centro de Ciências Sociais e Políticas, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.
- AVRITZER, L. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica à teoria da transição para a democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 10, n. 28, p. 1-18, 1995.
- BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de Cultura Política Participativa no Brasil. **Revista sociologia política**, Curitiba, v. 21, p. 83-108, nov 2003.
- BAQUERO, M; AMORIM, M. S. S. Cultura política fragmentada: o papel do capital social na democratização brasileira. **Sociedade e cultura: revista de pesquisas e debates em ciências sociais. Goiânia, GO**. Vol. 7, n. 1, p. 9-20, 2004.
- BAQUERO, M; GONZÁLEZ, R. S. Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial. Uma análise pós-eleições de 2014. **Opinião Pública: Campinas**, v. 22, n°3, p. 492-523, 2016.
- BARTKOWIAK, J. Z. et al. A primavera árabe e as redes sociais: O uso das redes sociais nas manifestações da Primavera Árabe nos países da Tunísia, Egito e

Líbia. **Revista Cadernos Internacionais**, v. 2017, n. 1, 2017.

BATSÍKAMA, Patrício. DESPODER EM ANGOLA-1975-2012. **África [s]-Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África**, v. 6, n. 11, 2019.

BIRMINGHAM, D. **Frontline Nationalisme in: Angola e Moçambique**, London: James Currey LTD. **CONSTITUIÇÃO ANGOLANA DE 2010**. 1992.

BUSTAMANTE, F. **La cultura política y ciudadanía en el Ecuador**. Disponível em: https://www.ecotec.edu.ec/material/material_2019F1_POL300_01_131774.pdf. Acesso em: 18.07.2022.

BLANES, R. L. A febre do arquivo. O “efeito Benjamin” e as revoluções angolanas. **Práticas da História. Journal on Theory, Historiography and uses of the Past**, n. 3, p. 71-92, 2016.

_____. *The optimistic utopia: sacrifice and expectations of political transformation in the Angolan Revolutionary Movement*. **Social Anthropology/Anthropologie sociale**, v. 29, n. 1, p. 123-140, 2021.

CAPOCO, Z. Do nacionalismo à construção do Estado: Angola 1961-1991, uma síntese analítica. **Europa das nacionalidades: imaginários, identidades e metamorfoses políticas**. Coimbra: Grácio Editor, 2014.

CARVALHO, S. **Prisão Política**. 1. ed. Portugal: Elivulu, 2022.

CASTRO, H. C. O. Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 2, n.1, 2008.

CASTRO, H. C. O; et al. A armadilha da cultura cívica revisitada: a persistência dos limites analíticos no campo da Cultura Política. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 16, n.2, p. 09-28, mai.-ago. 2022.

CISTAC, G. Moçambique: Institucionalização, organização e problemas do poder Local. **Jornadas de Direito Municipal Comparado Lusófono**, p. 1-29, 2012.

COELHO, A, L. **Tahir: os dias da revolução no Egito**. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2011.

COSTA, Â. F. B. M. O papel do poder local e das autoridades tradicionais no

desenvolvimento local de Angola. **Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista Eletrônica da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, v. 9, n. 16, 2017.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación**, (1): 53:76, junio, 2008.

_____. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. Cap. Comemorar. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. pp. 55-60.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 2ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAHL, R. A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. 1. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

DALA, N., A. **O Pensamento Político dos Jovens Revús: Discurso e Ação**. Luanda: edição do autor, 2016.

DESLANDES, S. F; MINAYO, M. C. D. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21. ed. Vozes: Petrópolis, RJ, 1994.

DIAMOND, Larry. *Facing up to the democratic recession*. **Journal of Democracy**, v. 26, n. 1, p. 141-155, 2015.

DOWBOR, L. **O que é poder local**. Imperatriz, MA: Ética, 2016.

ESTEVES, M. T. P. **O papel de Portugal no processo de transição para a independência de Angola (1974-1976)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz e da Segurança) – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2016.

FILHO, O. S. Os movimentos contestatórios no Oriente Médio e no Norte da África: a Tunísia é a solução? **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 1, n. 1, 2013.

FILHO, J. M. C. **O perfil ideológico dos Movimentos de Libertação Nacional como fator determinante no desencadear da guerra civil em Angola**. 2017. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus) – Escola de Ciências Sociais do Departamento de Economia, da Universidade de Évora, 2017.

FISCHER, T. Poder local: um tema em análise. **Revista de Administração Pública**, v. 26, n. 4, p. 105 a 113-105 a 113, 1992.

- GABRIEL, M. L. Poder local e autarquias locais: institucionalização e modelos para sua implementação. **JUSTIÇA DO DIREITO** v. 28, n. 2, p. 396-408, jul./dez. 2014.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, C. **Como o poder se produz**: Angola e suas transições. Coimbra, 2009
- GONÇALVES, A. N. S. “Da ditadura à democracia”, o difícil caminho para uma (re) democratização de Angola: Entrevista com Luaty Beirão. **Sankofa (São Paulo)**, v. 9, n. 17, p. 163-173, 2016.
- GOUVEA, L. **38 é muito**: os jovens ativistas que derrubaram o ditador de Angola. 2020. Disponibilizado em: Licença Internacional *Creative Commons* 4.0.
- HERNANDEZ, L. L. **A África na sala de aula**: Visita à história contemporânea. Belo horizonte: Selo negro, 2008.
- HUNTINGTON, S. P. **A Terceira Onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.
- INGLEHART, R. Cultura política y democracia estable. **Reis**, Universidade de Michigan, p. 45-65, 1982.
- JELEMI, B. A estruturação do poder local em Angola e a contribuição do processo do encontro das comunidades para o seu fortalecimento e democratização. **Justiça do Direito**, v. 28, n. 1, p. 181-215, 2014.
- JESUS, R. F. A; et al. Confiança nas instituições e apoio à democracia brasileira entre 1995 e 2018. **Composição Revista de Ciências Sociais da UFMS**, v. 2, n. 24, p. 3-16, 2021.
- JOFFÉ, G. A primavera árabe no Norte de África: origens e perspectivas de futuro. **Relações Internacionais**, n. 30, 2011.
- KUSCHNIR, K; CARNEIRO, L. P. As dimensões subjetivas da política: Cultura Política e Antropologia da Política. **Revista Estudos Históricos**, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999.
- LINZ, J. J; STEPAN, A. **A transição e consolidação da democracia**: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MAGALHÃES, J. L. Q. O poder local no Brasil: a alternativa da democracia participativa. **Revista Katálysis**, v. 7, n. 1, p. 85-98, 2004.

MANGO, C. As propagandas democráticas na África Do Norte E Médio Oriente: os reflexos das mudanças políticas e os conflitos. **DJEMBERÉM - Revista dos Estudantes do Campus dos Males**, Vol.1, nº. 1, 2017.

MARASIGAN, D. N. *Culture and political development in the philippines: concepts, contexts and challenges*. Disponível em: https://www.academia.edu/44502852/culture_and_political_development_in_the_philippines_concepts_contexts_and_challenges. Acesso em: 18.07.2022.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, A. **Segredos da descolonização de Angola**. Lisboa: D. Quixote, 2013.

MATEUS, D. C; MATEUS, Á. **Purga em Angola: o 27 de maio de 1977**. 10. Ed. Luanda: Texto Editores, 2015.

MENDONÇA, F. C. G. J. Distopia na rima: Uma análise do tom pessimista no discurso do rap angolano. **Revista Convergência Crítica**, v. 1, n. 15, 2019.

MESSIANT, C. A Fundação Eduardo dos Santos (FESA). A propósito da investida do poder angolano sobre a sociedade civil. *Politique Africaine*, v. 7, n. 33, p. 82-102, 2001.

_____. MESSIANT, Christine. As causas do fracasso de Bicesse e Lusaka: uma análise crítica. **Conciliation Resources**, v. 15, p. 16-23, 2004.

_____. **Transição para o multipartidarismo sem transição para a democracia**. In: O processo de transição para o multipartidarismo em Angola. Luanda e Lisboa: Firmamento & Livraria Nobel, 2008.

MIGUEL, O. A. O papel dos 15+ 2 na redemocratização angolana (2011-2019): memórias de lutas de um movimento social. **Revista Veredas da História**, v. 14, n. 1, 2021.

MOISÉS, J. Á. **Cidadania e Participação**: Ensaio sobre o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular na nova Constituição. São Paulo: Marco Zero, 1990.

_____. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião pública**, v. 11, p. 33-63, 2005.

_____. Cultura Política, instituições e democracia: lições da

experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 066, p. 11-43, 2008.

_____. Democratização e Cultura Política de massas no Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 1-51, 1992.

MUKUTA, Coque; FORTUNA, Cláudio. **Os meandros das manifestações em Angola**. Brasília: Editora Kiron, 2012.

NETO, José. **O processo da implementação autárquica em Angola**. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão Autárquica) – Escola de Gestão, ISEC Lisboa – Instituto Superior de Educação e Ciências, 2021.

NEVES, R. F. **Cultura Política e elementos de análise da política venezuelana**. Brasília: FUNAG, 2010.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua nova: revista de cultura e política**, p. 27-54, 1998.

_____. Accountability horizontal. La institucionalización legal de la desconfianza política. **Isonomia**, n. 14, p. 7-31, 2001.

O'DONNELL, G; SCHMITTER, P. (Org.). **Transições do regime autoritário: Sul da Europa**. São Paulo: Vértice, 1988.

PAIN, R. D. S.; REIS, M. L. M. D. Em busca do despertar: o fortalecimento da sociedade civil angolana após a Segunda República. **Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Teresinha, v. 3, n. 1, p. 44-66, agosto-dezembro 2006. ISSN 1806-5023.

PAIN, R. S. As dificuldades da experiência agrícola na Angola socialista (1975-1991). **CS Online-Revista eletrônica de ciências sociais**, n. 1, 2007.

_____. A centralização política e sua influência no desenvolvimento da sociedade civil angolana. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 2, p. 253-265, 2007.

PALLA, M. A.; SOARES, J. **Savimbi: um sonho africano**. Portugal: nova ática, 2003.

PENNA, C. Cultura, Cultura Política e Participação Política: conceitos e concepções no debate sobre os movimentos sociais argentinos pós-2001. **Revista debates**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 70-102, jun-dez 2008.

PESTANA, N. As dinâmicas da sociedade civil em Angola. **Centro de estudos**

africanos, ISCTE. OccasionalPaper., Lisboa - Portugal, 2004.

POWER, T. J.; GONZÁLEZ, J. Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. **Revista de Sociologia e Política**, p. 51-69, 2003.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PRZEWORSKI, A. et al. Democracia e Cultura: uma visão não culturalista. **Revista Lua Nova**, n.58, p. 9-36, 2003.

PERUZZOTTI, E; SMULOVITZ, C. Social accountability. **Enforcing the rule of law: Social accountability in the new Latin American democracies**. p. 3-33, 2006.

QUARESMA, S. J; Valdete, B. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro - julho/ 2005.

QUINTAS, O. P. Autonomia local em Angola: sentido e alcance. **AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, v.4, n.4, abril de 2020.

_____. Financiamento das Campanhas nas Eleições Autárquicas e a Pobreza Multidimensional em Angola: Análise Prospectiva. In: Marcelo Simões (org). **Caderno Cidadania e Política**. 1 ed. São Paulo: Itapevi Câmara Municipal, 2022.

QUITUNGA, A. D. O Poder da Informação nas Relações Internacionais: os Efeitos da Primavera Árabe em Angola. 2015. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - **Escola De Ciências Sociais**, Universidade de Évora, Portugal, 2015.

RENNÓ, L. Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 71-92, 1. ° semestre 1998.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Valores pós-materialistas e adesão normativa à democracia entre os brasileiros. **Revista Debates**, v. 2, n. 2, p. 103-133, 2008.

RIBEIRO, M. T. R. Políticas de Participação: o lugar do ator/agente na reconstituição da cidadania. In: RODRIGUES, L. P; SPOLLE, M. V. (org). **Sociologia: Conexões Pertinentes**. Pelotas: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais - IFISP -

UFPEL, 2012

RODRIGUES, C. M. L. Cultura política e movimentos sociais: tradição e mudança. **Revista em pauta**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 25, p. 16-32, jul 2010..

SÁ, T. M. **Os Estados Unidos e a descolonização de Angola**. 1º ed. Portugal: Dom Quixote, 2011.

SANTIN, J. R; TEIXEIRA, Carlos. Governação Local Democrática em Angola: algumas questões e desafios emergentes. **Estudios Históricos (Rivera)**, v. 21, p. 1-23, 2019.

SANTOS, J. L. Imaginando uma Angola pós-colonial: a cultura Hip Hop e os inimigos políticos da Nova República. 2019. Tese de Doutorado. Tese (doutorado em Antropologia Social) - **Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Universidade Estadual de Campinas, 2019.

SELL, Carlos Eduardo. **Introdução à sociologia**: política e sociedade na modernidade tardia. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

SCHUBERT, Jon. Democratização e consolidação do poder político em Angola no pós-guerra. **Relações Internacionais**, v. 37, p. 79-98, 2013.

SHARP, G. **Da ditadura à democracia**: conceitos fundamentais para a libertação. Campinas, SP: Vide Editorial, 2021.

SILVA, Z. P. Guerra Colonial e Independência de Angola: O fim da guerra não é o fim da guerra. **Revista TransVersos**, v. 7, n. 7, p. 154-184, 2016.

SILVA, J. M. M.; QUINTAS, O. P. Origem em atos de força e violência do Estado: os reflexos da violência colonial e pós-colonial nos processos políticos na Angola contemporânea. **Aedos**, v. 14, n. 31, p. 61-71, jul. – dez., 2022.

SMULOVITZ, C; PERUZZOTTI, E. Societal Accountability in Latin-America. **Journal of democracy**, v. 11, n. 4, p. 147-158, 2000.

SOUZA, B. M. Cultura política e participação: um estudo comparado entre três cidades latino-americanas. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – **Instituto de filosofia e ciências humanas**, programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

SOUZA, B. M. Cultura política e Capital Social: uma revisão teórica acerca de dois

conceitos centrais nos estudos de comportamentos e atitudes políticas. **Conexão Política**: Teresina, v. 5, n. 1, 2016.

TEIXEIRA, E. B. A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em questão**, v. 1, n. 2, p. 177-201, 2003.

TOWNSEND, P. **Poverty in The United Kingdom**. Londres: Penguin Books, 1979.

VECCHIO, E; VECCHIO, E. **Política participativa e Municipalismo**: uma nova visão política para o Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: novo friburgo, 1992.

VISENTINI, P. F. **As Revoluções Africanas**: Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo: Unesp, 2012.

VITULLO, G. E. O lugar do conflito na teoria democrática contemporânea. **Revista Tomo**, n. 10, p. 61-83, 2007.

Anexos

ANEXO 1 – Resposta de um ativista cívico do MRA

P: Gostaríamos que nos falasse sobre a tua trajetória no MRA (Como se deu?), experiência e vivência (Por quê? Quais as razões?)

R: Bem! Eu na verdade não consigo explicar detalhadamente quando é que eu entrei para o Movimento, porque eu comecei na altura a fazer intervenção através da música, eu também sou rapper e produtor musical, além de ativista, desde 2011 que eu ingressei para o mundo do movimento hip hop, coincidentemente foi também o ano do surgimento de movimento de pressão 2011. Mas antes de me juntar com os outros ativistas, eu realizava minhas ações de forma independente, não tinha me filiado a nenhum grupo de pressão até quando se deu o processo dos 15+2, interessei-me mais em me juntar aos manos, fui visita-los a cadeia, solidarizei-me com a causa que também era minha, mas de outra vertente, ou seja, não praticava ainda ação de rua naquela altura, mas realizava protestos através da música, mas depois da detenção dos manos, a minha participação nas ruas tornaram-se mais ativo, principalmente no ano de 2018.

P: ok! Certo! E este grupo de pressão que atualmente faz parte, como se chama?

R: Entrevistado: Olha, eu sou membro e fundador da Plataforma Cazenga em Ação ou simplesmente PLACA. É um grupo, não diria grupo de pressão, mas é uma organização que surge no município do Cazenga e tem promovido debates sobre temas das autarquias e é a favor da justiça, transparência, cujo objetivo é cobrar responsabilidade ao governo e administrações municipais para melhor gestão da coisa pública. A plataforma Cazenga Ação foi fundada no primeiro dia de junho de 2018.

P: Essa nova forma de ação coletiva que iniciou no ano de 2018, como sucedeu? Por que razões decidiram organizar-se em grupos municipais?

R: Olha na altura, havia um administrador no município do Cazenga que estava há 10 anos na gestão do Município, e a Administração do mesmo era eivada de muita corrupção e desvio de bens materiais e monetários, ou seja, roubo, pilhagem, portanto, o Município estava sendo administrado como se de um patrimônio familiar trata-se, foi assim que nós os jovens do município reunimo-nos, por enquanto não

como um grupo cívico, mas cidadãos e habitantes do Cazenga, cansados com a má-gestão do Município, decidimos organizar uma série de eventos contra o Administrador. Organizamos duas grandes manifestações que culminou com a destituição do então administrador Tani Narciso. Uma dessas manifestações foi à intervenção que tivemos para a reabilitação e qualificação da Escola Angola e Cuba, que se encontrava completamente abandonada e tornava-se um espaço onde a população depositava lixo. No entanto, lançamos uma campanha denominada “salvemos a Escola Angola e Cuba”, onde participou o atual deputado Nuno Dala, o professor Kambolo, Utukid e entre outros ativistas.

Portanto, após a destituição do Administrador, decidimos então dar sequência às ações de capacitação e educação cívica no mais variados ramos dentro do município do Cazenga, foi a partir disso que se criou a ideia do surgimento da Plataforma Cazenga em Ação (PLACA).

P: Qual é o objetivo comum entre os jovens Revús vocês?

R: O objetivo comum é Angola primeiro. O objetivo comum é o bem-estar das populações; é a garantia da gestão e distribuição equitativa dos bens públicos; igualmente, é acabar com o roubo do grupo hegemônico que detém o poder político. Tudo isso representa o denominador comum dos jovens Revús.

P: Quais são os recursos que utilizam para se mobilizar?

R: Olha, a grande ferramenta para a mobilização das nossas atividades são as redes sociais, nós não possuímos recursos financeiros, ou seja, o dinheiro que os Revús têm são as contribuições que cada um faz para compra de materiais, como: cartolina, pincel, t-shirt, etc. Pois muitos de nós estamos desempregados. Do mesmo modo, temos realizado mobilizações nas paragens de táxis e locais onde há maior concentração de pessoas, como nos mercados. Portanto, o meio principal de mobilizações são as redes sociais.

P: Diante disso, existe alguma direção entre vocês ou departamento que emite informações quando está para acontecer um evento de protesto?

R: Bem! Quando está se criar uma determinada atividade, sobretudo de carácter nacional (...) são convocados também ativistas de outras localidades, ou seja, nos organizamos em grupos, por exemplo, grupos da Província X e Y; grupos do Município X e Y, portanto, não há na verdade uma liderança no Movimento

Revolucionário, que é um grupo amplo e abarca todas as organizações, mas nas associações dos municípios, por exemplo, a Placa, tem um líder, que chamamos de Coordenador Geral. Existem outros grupos, como o Mudar Viana, que tem os seus *modus operadi*. Entretanto, quando se pretende organizar uma atividade do âmbito nacional não tem uma liderança, se cria apenas algumas coordenações de forma colegial que é composta por vários ativistas e é incumbida a responsabilidade, como por exemplo, ativista X fica na área de comunicação, um grupo responsável pela área de mobilização outro grupo vai pela área logística, sucessivamente.

P: Como é fazer ativismo ou ser um ativista em Angola?

R: Eu diria que ser um ativista em Angola é uma atitude suicida. Porque quem governa em Angola tem problemas sérios com os seus críticos. O governo em Angola vê os ativistas como seus inimigos não os vejam como uma ponte entre o Estado e a Comunidade, pelo contrário, somos vistos como os agitadores das massas, os frustrados e sem sucessos escolares. Como tu sabes muitos ativistas que desapareceram até hoje, há muitos ativistas que foram encarcerados sem motivos aparentes, temos o caso mais recente do Tanaice Neutro, Luther King, Zeca Muchima entre outros. Quem critica em Angola ou leva uma bala ou é preso e molestado, enfim, fazer ativismo em Angola é uma atitude suicida.

P: Como o governo tem visto a ação cívica do MRA?

R: Em Angola não existe liberdade de expressão propriamente dita, o governo como já disse anteriormente, veja nossas atividades como atos terroristas, atividades que incitam a rebelião, somos vistos como os golpistas como foram chamados os manos do processo 15+2, acusados de tentativa de Golpe de Estado por pensar Angola, por sugerir um novo sistema de governação, por exigir que se distribua de forma equitativa e justo a riqueza que é de todos nós, o governo angolano vê as nossas atividades como ações que ameaçam a sua governação.

P: Quais os resultados foram alcançados durante o processo de participação do MRA?

R: Um dos objetivos que afirmo que conseguimos alcançar foi encurtar a longevidade do mandato de JES, pois se não fosse às ações dos Revús, que levaram o desgaste da sua imagem ao nível nacional e internacional, acredito que até hoje José Eduardo dos Santos estaria no poder. Este foi um passo importante

da nossa luta, mas apesar de que o objetivo maior dos Revús é ver o partido do MPLA fora do poder político, portanto, é a razão da continuidade das nossas lutas atuais (...) sabemos que não é um objetivo de fácil concretização, uma vez que o regime mostra-se intimidado ou com medo com o novo paradigma de luta dos jovens. Por outro lado, temos em Angola um partido da oposição que por sua vez ajuda na manutenção do MPLA no poder, com as suas negociações e vendas de eleições. Portanto, tudo isso impede com que haja alternância do poder (...) não é fácil, mas enquanto jovens, vamos continuar a pensar em novos métodos de atingirmos os nossos objetivos principais que é derrubar o MPLA.

P: Qual é a tua visão sobre eleições versus alternância do poder em Angola?

R: Em minha opinião, não acredito que haja uma alternância do poder político por via das eleições, não acredito! Se tivesse que acontecer, as oportunidades são inúmeras que se desperdiçam. Portanto, não existem ditaduras que caíram por via de eleições, em Angola, o MPLA vai sair apenas do poder através de uma luta violenta, do mesmo jeito que entrou no poder em 1975. Caso insistamos pela via eleitoral, ainda teremos vários anos de governação do MPLA. Pois é notório que o MPLA não perde por via das eleições, ele é quem organiza as eleições, também é quem controla as eleições, neste caso, o MPLA é o árbitro e o jogador, Em suma, por via das eleições não haverá alternância do poder político. Contudo, através da força a garantia é maior.

P: Quem deve dar a iniciativa para esta revolução através da força?

R: Insurreição popular! A revolta tem que vir a partir dos maiores prejudicados que é o povo, o pobre, o vendedor ambulante, taxistas, desempregados, esses sim é que tem que dar o primeiro passo da revolta popular, é preciso por via de pressão popular, porque partido nenhum vai conseguir tirar o MPLA por via das eleições.

P: Além da prática de protesto, existem outras atividades que desenvolvem na esfera pública do país? Quais?

R: Além de protestos, nos organizamos em organizações municipais para exigimos que se façam eleições autárquicas em Angola, já remetemos propostas de lei à Assembleia Nacional, sugerimos ao governo provincial e administração municipal sugestões de como organizar a venda desordenada na cidade de Luanda. Igualmente, organizamos palestras (...).

ANEXO 2 – Resposta de um ativista cívico do MRA

P: Gostaríamos que nos falasse sobre a tua trajetória no MRA (Como se deu?), experiência e vivência (Por quê? Quais as razões?)

R: A minha participação cívica se deu com mais incidência e consciência daquilo que era os objetivos que nos norteavam o MRA a partir de 2012. Veja que em 2012 eu tinha 1 ano de universidade e todo aquele arcabouço acadêmico e juntamente com a influência do rap acabaram por dar mais luzes para sustentar as lutas que até hoje continuamos a enfrentar ou a realizar. A participação também surge pela influência do estado de injustiça e desigualdades que o povo enfrentava e continua vivendo (...). A questão da desigualdade, é um elemento intrínseco à injustiça, veja que nós sempre crescemos na capital do país, em Luanda, mas se nós avançarmos por volta deste país, vamos olhar que os níveis de desigualdade, os níveis de injustiças são acentuados em cada um dos municípios. Aos angolanos não lhes é dado o acesso a uma água potável. No Malwueka, por exemplo, um bairro adjacente ao município de Cacucaco existe zonas que até hoje, 2023 não têm acesso a eletricidade da rede pública (...) igualmente, há um número de adolescentes e adultos fora do sistema de ensino, num país com enormes potencialidades isso é assustador.

Outra motivação deu-se no ano de 2015, aquando da dos ativistas que ficou conhecido como o processo 15+2, isso veio agudizar ainda mais na necessidade de nos organizarmos e lutarmos para que o derrube não apenas do partido no poder, mas também de pôr fim ao sistema autoritário e conseqüentemente influenciar para instalação de um regime democrático próprio. Apesar da tentativa, ainda assim em 2015 não conseguimos concretizar nossos objetivos. Dois anos depois, isto é, em 2017 com a passagem de pasta entre JES e J LO, não trouxe mudanças significativas à nossa forma de luta de rua (...) mas permitiu com que os ativistas resinificarem sua forma de atuação e novos modelos de organização. Foi nesse contexto que também influenciado pelo mais velho, de feliz memória, José Patrocínio, incentivou-nos a criar e nos organizar em núcleo e criamos diversas associações que de forma escalada e organizada ao nível de pequenas estruturas comunitárias ou municipais continuássemos a participar na política (...) graças a isso, hoje conseguimos nos organizar em agremiações, como a Placa, Mudar Viana, Terceira Divisão, Projeto Agir.

Portanto, durante o processo de luta perdemos alguns amigos mortos em manifestações, sofremos bloqueios que até hoje se fazem sentir, por exemplo, quando eu vou pra fazer exame em concurso público, não permitem porque os examinadores recebem ordem superior.

P: Quais são os recursos que utilizam para se mobilizar?

R: São os mais variados que existem, e hoje, é quase impossível as pessoas estarem envolvidas no mundo do ativismo político e cívico, e não utilizar uma das ferramentas mais poderosas que se tem, que são as redes sociais. As redes sociais carregam hoje na nossa sociedade uma influência enorme. Quem está em questões que envolvem massas ou pessoas, tem que definir metas. Além do facebook temos realizado a mobilização porta a porta, existem ativistas que utilizam da sua influência nas comunidades para passar mensagem acerca de uma determinada atividade que se queira realizar. Temos também a publicação de cartazes, panfletos (...). Todos esses instrumentos têm nos ajudado a concretizar os objetivos. Os Revús não têm espaço de atenta nos meios de comunicação social público, no entanto, preferimos utilizar a mídia ou meio alternativo que felizmente tem surtido o desejado efeito e nos mantido cada vez mais informados sobre ações de determinados grupos, sobretudo de outras províncias. Nós estamos em Luanda, mas tomamos conhecimento que os ativistas de Benguela, Huíla e Lundas estão organizando protestos através das redes sociais (...) quanto a televisão e as rádios estão totalmente bloqueadas para os Revús.

No que diz respeito a apoio financeiro, nunca recebemos! Mas sabemos que o Orçamento Geral do Estado que é aprovado no Parlamento, tem sempre verba, cuja finalidade serve para iniciativa dos grupos que promovem a cidadania e outra verba que tem por objetivo ajudar as organizações que influenciam a participação na Ação do Governo. Todavia, os Revús, em particular a mim, nunca vimos estes valores, seja em expesso, como em discussão na Assembleia Nacional. Trata-se de uma verba avaliada em 5 trilhões. Esta verba é capitalizada pelo Estado de forma voluntária. Coloca à disposição para promoção de atos diante de cidadania e participação na governação. O que os Revús fazem para além das impressões negativas do Governo e quiçá da sociedade são ações de participações na governação, porque nós funcionamos como Lobbies influenciaram a participação da cidadania e da governação. Reivindicamos empregos (...), mas em vários casos

estas verbas são utilizadas para corromper vozes contestatórias...

P: Quais os resultados foram alcançados durante o processo de participação do MRA?

R: Nós conseguimos alcançar vários resultados de forma positivo. Quem olha para a sociedade angolana hoje, sobretudo a juventude, tem duas interpretações: 1 – juventude adormecida (...) que não fala nada sobre política 2 – Temos uma juventude mais atenta, uma juventude mais disposta a lutar naquilo que acredita. Nós hoje temos jovens com forte vontade em participar na vida pública e influenciar as decisões políticas (...) jovens muito mais atentos sobre aquilo que se passa no país. Tudo isso são ganhos dos Revús (...). Hoje, há maior discussão da coisa pública e vontade de participação na discussão da coisa pública. O espaço de exercício dos direitos cívicos, liberdades individuais e outras são mais abertos (...) isso se deu pelo estado de evolução de consciência das pessoas. Anteriormente éramos vistos como marginais, mas hoje tem pessoas que se identificam com a prática do MRA e reconhecem que nunca tivemos a margem dos problemas sociais e políticos. Conseguimos expor o regime de JES e temos feito um esforço de educar a comunidade sobre o direito à participação política.

P: Como o governo tem visto a ação cívica do MRA?

R: Com um adjetivo diferente, mas com a mesma visão que o colonialismo tinha quando surgiram os movimentos de libertação. Os Revús são apelidados de jovens frustrados, desempregados, sem sucesso escolar. Recentemente, o atual Presidente JLO utilizou outro adjetivo contra nós, chamando-nos de “arruaceiros”. Portanto, se recuarmos a história vamos ver que, o tratamento que o colono deu a eles, é praticamente o que fazem conosco, inverteu apenas o tipo de colonização.

P: Além da prática de protesto, existem outras atividades que desenvolvem na esfera pública do país? Quais?

R: Sim! Existem muitas, nós realizamos formações sobre os mais variados temas ligados aos direitos humanos, falamos de cidadania, desenvolvimento, democracia, valor da educação, corrupção, implementação de autarquias que ajudará realmente para a descentralização do país face ao risco que o sistema centralizado nos conduziu até aos dias de hoje, além dos debates comunitários, nós realizamos fóruns. Participamos por via de conferência de imprensa, realizamos exposição ou

conferência pública. Do mesmo modo, participamos na sociedade por outras vias, pois para além de Revús ou ativistas, alguns são professores e dentro dos seus compromissos com o meio onde exerce a sua profissão fazem de tudo para passarem a mensagem sobre o estado de arte que o país vive, do respeito aos mais velhos (valores e princípios morais), mensagem de tolerância, respeitar exposições diferentes. Tudo isso faz parte do leque de ações que nós desenvolvemos e não simplesmente as manifestações.

P: Como é fazer ativismo ou ser um ativista em Angola?

R: Se um ativista em Angola é estar exposto de riscos (...) não se aconselha, é uma espécie de contradição (...) se eu tivesse o poder de escolher, eu falaria para o meu filho não seguir esse caminho, aqui nós estamos submetidos a riscos constantes, as nossas vidas estão jogadas ao abandono, o ativista cívico em Angola, quando realmente tenta ser independente naquilo que são as ações que perspectiva, sofre bloqueio por quase todos os lados, porque temos uma sociedade que foi construída a partir da ideia de que o cidadão deve pertencer apenas o grupo A ou do B, portanto, quando tenta ser do C é visto como inimigo.

Entretanto, ser um ativista em Angola é estar numa situação de vulnerabilidade, sobretudo quando se trata de cidadão que não teve acesso ao ensino (...) este acaba por se transformar em pedinte, nós temos muitos amigos que se encontram nestas condições, porque infelizmente não conseguiram criar um espaço de exercer a sua ação cívica de forma independente e hoje são impedidos nas instituições públicas e privados porque são Revús.

ANEXO 3 – Resposta de um ativista cívico do MRA

P: Gostaríamos que nos falasse sobre a tua trajetória no MRA (Como se deu?), experiência e vivência (Por quê? Quais as razões?)

R: Olha, a minha trajetória para participar na vida cívica começou em 2012, quando estudava o primeiro semestre do ensino médio, no curso de Ciências Económicas Jurídicas. Durante as aulas tive uma disciplina denominada de Desenvolvimento Económico Social (D.E.S) foi também neste ano de 2012, na altura estava deixar de ser Testemunha de Jeová, porque entendia que a questão da vida social, a injustiça social que a população vivia deixava-me muito revoltado, quando saía às ruas e me deparava com pessoas pedirem esmolas, ver pessoas nas ruas, sobretudo crianças vendendo água, gasosas, enfim, ver a população cada vez mais miserável, foi assim que decidi(mos) aplicar tudo aquilo que aprendemos em sala de aula e classes anteriores, de que Angola é rico, mas essa riqueza é distribuída por um pequeno grupo. Foi por essa razão que tive interesse em participar na vida pública, sobretudo de forma mais ativa em protestos de rua. Durante essa trajetória conheci vários ativistas, como o Nito Alves, Alemão, entre outros. Lembro-me que no dia 22 de dezembro de 2012, realizamos uma manifestação na cidade de Luanda, que tinha como objetivo pedir justiça sobre a morte de Alves Kamulingue e Isaías Cassule. A partir disso, fui participando em outras atividades organizadas pelo MRA, que veio a culminar com o fim do processo 15+2.

Quanto à injustiça social, refiro-me à prestação dos serviços públicos, nas quais sejam: transportes, saneamento básico, saúde, etc. Na altura entendemos que o Governo não prestava atenção ao seu real papel, sobre estas questões todas que acabei de elencar. Outro pensamento cingia-se em ter um país livre onde as pessoas têm a capacidade de pensar em nível da academia, uma imprensa imparcial, um país que permite com que os cidadãos, sobretudo que vivem nas comunidades quando observam que algo esteja errado podem sair para manifestar, mostrar todo o seu descontentamento, sem repressão. Isso foi o nosso foco, mas na altura falar de manifestação não se falava, era um Estado muito restringido, muito fechado, não dava a possibilidade das pessoas serem livres e viverem com dignidade.

P: Qual é o objetivo comum entre os jovens Revús vocês?

R: Olha, existia um denominador comum, vou falar do passado, porque atualmente não faço parte de forma ativa do Movimento Revolucionário, mas faço um ativismo noutra perspectiva. Na época, existia uma causa comum que nos norteava que era a justiça social, liberdade civil, as condições precárias que as populações viviam a vontade de ver o povo com alguma esperança da vida, empregabilidade para os jovens, saúde e educação, assim como a queda do nepotismo e amiguismo que se instalou na sociedade e na estrutura do Estado. Foi esse denominador comum que na altura nos norteava na busca de uma vida nova para toda a população em geral, lutar pelo respeito à dignidade humana.

P: Quais são os recursos que utilizam para se mobilizar?

R: Olha, as vias que nós usávamos eram: (i) - Nossas contas do Facebook; (ii) - Rádio Despertar. A Rádio Despertar foi uma das vias que expandiu tanto o nosso protesto, e também foi a partir da Rádio Despertar que dávamos notícias das manifestações (...) também realizamos (vamos) mobilizações nas paradas de táxis e mercados, oferecendo panfletos. Isso acontecia porque tínhamos a noção de que o Governo angolano era muito fechado, principalmente quando se tratava de uma atividade que criticava suas ações, foi assim que utilizamos o facebook como ferramenta de propaganda. E recordado também que um dos jornais que divulgavam informações correlação às ações dos Revús, era dois jornais: (i)- o jornal Manchete; e (ii)- o jornal Folha 8. Mas fora desses jornais, a nossa ferramenta fundamental foi o Facebook, porque era o dispositivo onde as pessoas poderiam acessar as informações facilmente.

P: Quais os resultados foram alcançados durante o processo de participação do MRA?

R: No princípio dos eventos, isto é, no ano de 2011, 2012, as pessoas que praticavam atos de manifestação eram quase as mesmas e decorria comumente na capital do país, Luanda. Mas hoje já é possível falarmos sobre protestos, atualmente já existem províncias que manifestam, por exemplo, na Província de Benguela, os jovens manifestam frequentemente, Cabinda, Moxico, portanto, o MRA teve um papel muito importante na questão de abrir o caminho ou espaço para outras organizações. Hoje conseguimos envolver toda a sociedade angolana, sobretudo a camada jovem. Na altura as pessoas que nos criticaram e nos chamavam nomes, hoje também são essas mesmas pessoas que já criticam o Governo. Era difícil você

ouvir um músico mostrar uma opinião contrária, assim como era difícil dentro de uma faculdade os docentes e alunos mostrarem uma opinião diferente, hoje, por influência das nossas lutas, especialmente com o processo dos 15+2, houve muita abertura.

P: Existe alguma direção entre vocês ou departamento que emite informações quando está para acontecer um evento de protesto?

R: O MRA sendo um grupo informal, lutamos bastante para não criar uma liderança como tal, pois sentíamos que na altura, se tivéssemos uma liderança, o líder facilmente poderia ser corrompido ou a sua vida estaria em risco. Por esse motivo, funcionamos como um colegial, criamos alguns núcleos, como de Viana, Cacucaco, Cazenga, ou seja, existiam vários núcleos dentro do MRA. Realizamos reuniões, na altura existia uma coordenação criando por nós, conhecido como "Central Angola" que às vezes, reunimos para agendarmos as atividades, onde todos os ativistas participavam e prestavam a sua opinião.

P: Como o Governo Angolano encara (va) a prática cívica do MRA?

R: Olha, é bom salientar que o nosso Estado/Governo angolano se sentia ameaçado, porque a nossa luta é inspirada na Primavera Árabe. Nós vimos que todos os regimes do norte e médio oriente da África, foram depostos durante este evento, e a partir disso, nós também vimos que seria possível remover o presidente JES do poder político, na altura estava há 32 anos. E diante do evento do Magrebe, sobretudo que teve anuência da camada jovem desses países, o nosso Governo sentiu-se ameaçado, por esse motivo, tiveram que preparar militares e Polícia Nacional, armas, cães, e outros meios bélicos para intimidar ato de protesto que se avizinhava convocado pelos Revús.

P: Diante da ameaça ou intimidação, no dia da atividade como o Governo agiu?

R: Com muita brutalidade. O país parecia viver um estado de sítio, as pessoas, sobretudo os jovens eram espancados, criaram milícias nas comunidades para controlar e silenciar os manifestantes e as vozes críticas da sociedade.

P: E atualmente, com o novo Governo, tem agido com atos de protestos dos Revús?

R: Bom! O grande problema é que o Governo não tem a capacidade de dialogar,

pensar o caminho para a construção da nação junto dos jovens críticos. Todavia, eles acham que somos contra o desenvolvimento do país, acham que não temos sentimento, e os Revús têm a pretensão de destruir o país. Mas na verdade, os Revús têm como pauta prioritária o bem-estar da sociedade e do país que é Angola, pois para além de Angola, não temos mais outra nacionalidade. No entanto, lutar por Angola, é uma das coisas que nos motivou e continua motivando. Em Angola houve apenas mudança de Presidente ou indivíduo, mas o partido é o mesmo e as práticas autoritárias continuam, violam sistematicamente os direitos humanos. Portanto, tenho dito que ainda não estamos em um Estado Republicano, onde a política do Estado e do Governo é a valorização da vida e o respeito da dignidade da pessoa humana.

P: Além da prática de protesto, existem outras atividades que desenvolvem na esfera pública do país? Quais?

R: Olha, no contexto atual, diferente dos anos anteriores, têm surgido várias organizações cívicas que realizam debates sobre questões que envolvem as autarquias locais. Na verdade, decidimos reinventar nossa forma de atuação ou de protesto, criamos movimentos nos municípios, como por exemplo, no Cazenga encontramos a PLACA, a Terceira Divisão e o Projeto Agir, no Cacuaco; a Associação Mudar Viana, no município de Viana e em outras localidades do país, a partir disso a gente tem se encontrado para discutir os problemas que afetam a sociedade angolana. Além disso, dois Revús criaram uma biblioteca denominada de “despadronizada”, cujo objetivo é oferecer leituras gratuitas e desenvolver também atividades culturais para integrar os indivíduos das comunidades que não têm acesso às bibliotecas e espaços culturais que se encontram na sua maioria nas grandes cidades do país.

P: O que diferencia a prática desenvolvida pelos Revús e das demais organizações da sociedade civil existentes no país?

R: Existe uma diferença abismal, pois existem em Angola aquelas organizações da sociedade civil que o Governo considera como parceiro do Estado, como a ADRA, CNJ e JMPLA, essas organizações criticam menos, ou seja, na verdade, têm por finalidade exaltar as políticas públicas criadas pelo Estado, independentemente de ser desigual. Mas os Revús são diferentes, não têm dívida moral com quaisquer instituições, tão pouco com o Estado, ou seja, enquanto que as organizações acima

citadas têm essa dívida (...) imagina, uma organização que é convocada para fazer parte do Conselho da República ou numa Comissão Económica do Estado, tem um privilégio em detrimento da outra. No entanto, a diferença centra-se aí, na questão de privilégio e convivência, enquanto que os Revús criticam diretamente os governantes e convocam manifestações de ruas, essas organizações não fazem e, quando tentam realizar é mais para prestar apoio ao Presidente da República.

P: Como é fazer o ativismo ou ser um Revú em Angola?

R: Quanto a isso, vou começar falando do passado. Ser eu Revú em Angola no ano de 2011, 2012 até 2015, era uma situação muito difícil, seja no seio da família não era bem-visto, como também na sociedade quem se identificava com o MRA viu seu direito de acesso aos serviços públicos sendo violado, porque o Serviço Secreto do Estado colocam o nome dos Revús numa lista que não lhe permitisse ter acesso a emprego público e outros serviços. Igualmente, éramos vistos como jovens frustrados, pessoas que não têm sucesso na vida.

ANEXO 4 – Resposta de um ativista cívico do MRA

P: Gostaríamos que nos falasse sobre a tua trajetória no MRA (Como se deu?), experiência e vivência (Por quê? Quais as razões?)

R: A minha envolvência no ativismo sucedeu de uma forma, não diria excepcional, porque é uma forma comum em relação à motivação pela qual os demais também decidiram abraçar a mesma causa. Nós, sobretudo jovens, dessa expressão/década de 90, Bebemos muito do Movimento Hip Hop [...] Foi por intermédio da música rap, de intervenção social, é uma música engajada, que traz um conteúdo político muito forte [...] um pensamento crítico também muito forte em relação ao contexto que o país viveu. E ao regime vigente no país, razão pela qual fomos todos persuadidos, ou influenciados de uma ou de outra forma, a se importar de uma forma intensa com a realidade sociopolítica do país. E foi assim que começamos a ganhar consciência política e crítica em relação ao regime vigente, e com a primavera árabe, em 2011, que se alastrou em nível do Magreb, Tunísia, Líbia, Estes países, isso influenciou sobremaneira a juventude em Angola, a se desafiar, ir às ruas como um instrumento de luta. Isso influenciou sobremaneira a juventude em Angola, a se desafiar, a ir às ruas como um instrumento de luta. Foi assim que, em 2011, começou-se a realizar as primeiras intervenções, que eu não tive na primeira manifestação, não tive, digamos, presencialmente, mas espiritualmente estive porque acompanhava tanto pelo noticiário, e na altura foi a Rádio Despertar que fazia uma reportagem mais noticiosa do evento, e aí nós acompanhamos o pessoal a serem agredidos fisicamente ou brutalmente pelos agentes policiais, alguns tiveram que ser detido e muito mais (...) foi assim que as manifestações que sucederam as primeiras do dia 7 de março de 2011 começaram também a participar. Quer dizer, aqui é muito importante fazer menção ao movimento hip hop, Também não deixar de citar determinados artistas, ou rappers, tais como o Ikonoklasta, temos o caso do MCK, temos o caso do Flagelo Urbano, o Brigadeiro 10 pacote, o Kid Mc, Kool Klever e tantos outros... Quer dizer, são muitos os artistas que usaram o microfone como instrumento político. Eis a razão de terem adotado o microfone como instrumento político. É um microfone político, porque dele saía um conjunto de pensamentos ligados a uma consciência crítica face à realidade que o país viveu ou vive nesse caso, porque ainda o regime está intacto e as políticas estão intactas. O Movimento

Hip Hop, é o movimento que alavancou este movimento cívico, que depois está transcende para o ativismo político, mais voltado para a rua. No entanto é daí que nos vimos de certa forma influenciados a fazer parte dessa causa. Então, primeiro, não podemos deixar de fora o Movimento Hip Hop. Porém, gostaria também de fazer menção a um pormenor que não deixa de ser importante. Embora o Movimento Hip Hop trouxe essa influência bastante forte na cultura da consciência cívica, da crítica, não vamos deixar de fazer uma leitura crítica em relação ao próprio Movimento Hip Hop, ou aos rappers que de alguma forma influenciaram as pessoas a tomarem as ruas. Boa parte desses rappers, no sentido, eles nem tinham noção plena da consequência que poderia advir do ato que eles estavam a protagonizar. Ou seja, para além da música, boa partes deles não participaram em manifestações. Não praticavam aquilo que cantavam nas suas músicas. Limitavam-se apenas no microfone, mas do ponto de vista prático, muitos desses rappers não participaram em manifestações.

P: Quanto a ti, além dessa influência do Hip Hop, como os familiares te encaram?

R: Particularmente, a minha experiência também não deixou de ser comum a realidade que muitos passaram. Eu quando abracei a causa, no princípio, tudo se deveu como já frisei a música rap, mas também em casa, o pai sempre gostava de estar ligado aos noticiários, seja televisivo, como radiofônicos, para os debates, a leitura de jornais, e muito mais. E também já, desde tenra idade, eu já ouvia o pai uma leitura crítica da situação social e política do país, ainda que fosse de forma apaixonada. Então, tudo isso, direta ou indiretamente, foram influenciando a abraçar essa causa. Até quando abertura, ou quando do ressurgimento neste caso da Rádio Despertar, uma rádio ligada ao partido UNITA, quando esta rádio abriu, trouxe um conteúdo tendenciosamente político, um conteúdo mais voltado às questões para a defesa dos direitos humanos.

P: Qual é o objetivo comum entre os jovens Revús?

R: Ainda não temos um sentimento coletivo sólido, falta-nos cultivar essa consciência coletiva, um sentimento mediante o qual todos se identificam. É preciso ter um único sentimento, e esse sentimento tem que transcender à causa, esse sentimento tende, inclusive, haver a valorização da pessoa humana, do bom nome e do respeito pela camaradagem, pelo companheiro de luta. Por exemplo, eu não vou

abraçar uma causa, ou seja, não se abraça uma causa coletiva, não se constrói uma consciência coletiva, quando volte meia a pessoa vende-se ou vende a sua própria consciência, ou seja, renuncia a causa em troca de meios materiais, então tudo isso é porque ainda não construímos uma consciência coletiva cultural e resumidamente eu não gostaria de arriscar ou falar de forma vaga, de que temos uma consciência coletiva, não, talvez eu pudesse ter dito os meus objetivos pessoais, eu mesmo, o que me levou, não vou dizer que era uma forma sólida a transformação dessas Angola, de uma ditadura para a democracia. No princípio também eu me envolvi de uma forma abandonada e achava que fosse apenas uma questão só de remoção de um Governo para outro, mas hoje vejo que é mais do que isso, é mais do que uma mudança de governo, a questão é uma, primeiro é a mudança de consciência coletiva (...) hoje temos um sentimento coletivo de divisão, uma consciência coletiva que reflete a desunião, que reflete a intriga, que reflete o narcisismo, você vê que a parte maioritária de nós, deseja o mesmo que essa gente que governo o país, boa parte da maioritária luta porque quer chegar no parlamento, quer também amanhã alcançar os seus status sociais (...) então a minha causa e objetivos, sinceramente, é mais do que isso, é mais do que a remoção do regime, meu objetivo é (...) ver a sociedade angolana agir coletivamente de uma forma mais desejada, de uma forma mais humanista, este sentimento humanista, isso é importante, por isso para mim a revolução, noutra hora (antes), tinha de ser violenta, tinha de ser uma revolução que correspondesse para o governo psicologicamente à forma na qual o nosso opressor vai mantendo oprimido, mas hoje eu mudei a minha narrativa e vejo que, por mais que o nosso opressor seja demasiadamente malvado, demasiadamente grande, mas é necessário que a gente parta por um princípio cívico, por um princípio revolucionário pacífico, e eis a razão de eu abraçar o desafio, “a luta não-violenta”, e achar que com isso nós vamos mudar o país, que uma outra perspectiva, se não seja essa que eu visa retribuir o mal com o bem.

A luta não-violenta que eu proponho é enquanto instrumento de protesto, é quanto instrumento, é quanto mecanismo, os meios, não relativamente à consciência pelos atores que vão protagonizar a luta. Pela experiência que temos até aqui, não convém, só para não dizer outras coisas, mas não convém que depositemos outra vez a nossa confiança a um desses partidos políticos. Nós estamos a ver como é que os partidos políticos atuam, no cenário político interno, São partidos que não

têm um comprometimento profundo com a pátria, tampouco com os cidadãos. Os partidos não estão ali para defender o direito das massas, o interesse e direito dos povos, mas é claro que em política, quando está em uma posição a exploração do povo vende-se. E o que acontece em Angola, a posição que defende, a posição diz que leva a cabo uma luta voltada para a defesa dos interesses das massas, mas na verdade a luta que a oposição tem levado a cabo, segundo os seus atos, estão voltadas para a defesa dos interesses dos indivíduos. A minha versão sobre a luta não-violenta é na perspectiva de utilizar, de sensibilizar a sociedade em optar pelos mecanismos não-violentos para a gente poder derrubar o regime vigente. E quais mecanismos podem ser, por exemplo, a manifestação, mas uma manifestação que não parte de início da ideia de que é necessário que se cause, ou que se protagonize aquela insurreição, aquela queimadas, aquela perseguição, quer dizer, nós temos uma cultura política muito ligada à violência. Então, se a gente quer mudar, precisamos também, sobretudo, de mudar a forma de conquistar a nossa liberdade, a forma de conquistar a nossa perspectiva. Então, a nossa independência já foi conquistada à base da violência. A manutenção do poder tem sido feita à base da violência. O regime vigente, a oposição e tudo o resto, a oposição para sobreviver foi à base da violência. Nós temos uma cultura voltada à violência, muito forte. Então, nesta altura, apelar à violência para poder alcançar o itinerário, eu penso que nós estaríamos a partir de uma premissa mais inadequada, porque a cultura que nós temos de violência, inevitavelmente, ou poderia gerar mais violência. E toda violência que gera violência, é claro que mais do que se tomar a violência, se ela se torna vítima. O regime ataca, o regime mata de um lado, na qualidade de oprimido. Então, quando a gente agir de forma violenta, podemos atacar o outro lado do regime. Tanto, que a perspectiva da luta não-violenta é essa, não é preciso que se recorra as catanas, não é preciso que se recorra a meio bélico...

P: Como o Governo Angolano encara (va) a prática cívica do MRA?

R: A prática do Estado angolano tem sido uma prática que obedece naturalmente àquilo que é o espectro político do regime vigente, um regime autocrático. Tecnicamente, existem pensadores que afirmam que existem as chamadas autocracias eleitorais, não é? É a partir disso onde se enquadra a realidade angolana. Quer dizer, embora impere esse simulado democrático, porque existe democracia, mas não passa de uma simulação, existem eleições, partidos

concorrentes, instituições, mas, na verdade, o que existe, unilateralmente é a vontade, é a vontade do regime vigente. No entanto, a atuação do Estado ou Governo tem sido da forma mais repreensiva possível, da forma mais autocrática. Mata-se manifestante, em plena manifestação, usa-se bala de fogo, ao invés da bala de borracha contra os manifestantes e o disparo que se faz para dispersar os manifestantes é um disparo ofensivo, um disparo mortífero, um disparo queima-roupa, aborda-se as manifestações muito antes de ela ser iniciado, sequestra-se os manifestantes, Persegue-se os manifestantes, quando as pessoas convocam manifestação é controlado com quem vai comer, estará e as ligações que vai receber são criptografados, quer dizer, todos aqueles atos inerentes a uma ditadura, é o que se vive em Angola.

P: Quais os resultados alcançados durante o processo de participação do MRA?

R: Olha, os objetivos que conseguimos alcançar são vários. Vários, porque as manifestações têm sido acompanhadas por várias atividades. Temos por exemplo, o caso de palestras que são realizadas, temos também essa nova vaga emancipação de cultura de leitura que são criadas nas comunidades de acesso gratuito aos livros, para que as pessoas tivessem contato com a escrita e daí poderia cultivar o hábito de leitura, envolvendo a própria comunidade, isso foi e tem ajudando de uma forma significativa para que a conscientização da comunidade. Hoje quase todos, em particular os jovens, já estão preocupados com a situação política e social do país, outros já não acreditam no regime, ou seja, parte da sociedade já se identifica com a luta levada a cabo pelos Revús, ainda que não se envolvam diretamente. Existem também aqueles funcionários públicos que apoiam a luta, mas não se expõem publicamente para não sofrerem retaliação. Porque, sabe, por exemplo, que os funcionários públicos estão expressamente proibidos, não digo legal, mas expressamente proibidos de tecer crítica ao regime, sob pena de sofrer repressão em nível da instituição em que trabalham. Em alguns casos, aqueles que criticam publicamente são expulsos. Portanto, temos tido solidariedade por parte também de alguns oficiais superiores da Polícia Nacional, Comandantes, que no decorrer das manifestações nos chamam de lado, nos dizem que as nossas ações têm surtido efeitos desejados, no entanto, não podem parar de fazer isso, vocês devem continuar. Essa solidariedade vem de vários pontos, de vários segmentos da

sociedade. Até inclusive dos militantes, ou dirigentes do próprio partido.

P: Quais são os recursos que utilizam para se mobilizar?

R: Aqui também vamos agradecer e destacar o papel preponderante que as redes sociais têm desempenhado. Porque aqui o único instrumento de mobilização massiva que nos resta são as redes sociais, principalmente o Facebook. O Facebook é uma plataforma digital usada majoritariamente pela maior parte da população Angolana, a população angolana é uma população particularmente pobre, e eles não têm possibilidade financeira de terem sempre, a todo tempo, dados de internet para poder acessar o Twitter, o Instagram ou WhatsApp. O instrumento mais massivo pelo qual nós temos refugiado para poder divulgar e mobilizar mais quantidade têm sido o Facebook. Tem surtido efeito, porque não há um espaço público (em Angola) que não esteja partidarizado, em primeiro lugar. A questão de Angola, nem com a ditadura mais antiga, da Europa e da América, se compara. Porque todos os espaços públicos estão partidarizados. Então, não conseguimos, por exemplo, ter um programa radiofônico exclusivamente voltado para o ativismo, voltado para esse ativismo engajado pela luta de direitos cívicos, esse ativismo voltado para o derrube do regime vigente. Não temos. E qualquer rádio, qualquer emissora que ouse concedendo esses espaços, vai ser fechado. Então, eles não podem arriscar até esse ponto. Não temos um espaço social pelo qual nós podíamos nos orgulhar. O único espaço que nós temos que cada um de nós vai expor o seu pensamento, é o Facebook. O Facebook tem servido como um espaço de mobilização.

P: O que diferencia a prática desenvolvida pelos Revús e das demais organizações da sociedade civil existentes no país?

R: Bom, boa pergunta. O que diferencia a cultura cívica dos revús com as demais organizações? É que os Revús têm um objetivo claramente e facilmente identificado, que é o combate à ditadura vigente e o derrube do regime. Mas as demais organizações, elas cooperam, até certo ponto, com o regime vigente. De que forma? Por exemplo, não estou aqui a menosprezar ou a reduzir, até certo ponto, o impacto da atividade cívica e solidária de certas organizações da sociedade civil. Mas a organização da sociedade civil, por exemplo, aquelas que estão voltadas à doação de bens, de primeira necessidade, doação de comida, doação de roupas, muito mais. Quer dizer, são associações que não combatem essa causa. São associações

que atacam as pessoas. E são organizações que conformam os oprimidos, conformam os excluídos. Porque, por exemplo, vejamos, por que o pessoal no Cunene está a morrer de fome? Tudo bem, a seca, a seca é um cataclismo natural. Mas, em contrapartida, o que as políticas públicas, do Executivo, estão a fazer, ou estão a impactar para a sobrevivência daquele povo? vamos ver que é nada. Então, você cria uma organização da sociedade civil que vai para lá doar comida. O que você está a fazer? Você está simplesmente a adiar o progresso da província e da população.. Quer dizer, esta organização de uma forma indireta, coopera com o regime. E o regime aplaude, faz um desafio, o regime se conforma com essas organizações. Então, são organizações que não lutam pela causa, enquanto que a atuação dos Revús é diferente, a nossa causa é objetiva, está relacionada à pressão para que o regime saia do poder, uma causa extraordinária, porque outras organizações da sociedade civil são contempladas com algumas doações, em nível do Orçamento do Estado, são apadrinhadas pelas instituições públicas. Ao contrário, os Revús são marginalizados. É mais fácil encontrar um ativista cívico, padecer de fome, passar por necessidade básica, do que encontrar um membro de uma dessas organizações que está por aí a doar, ou que está por aí ligada ao Conselho Nacional da Juventude (CNJ), O líder dessa organização é um jovem que defende e apoia incondicionalmente o MPLA e o Presidente da República. Essas organizações têm um apoio financeiro muito forte por parte do Estado. Então, você não vai encontrar isso conosco. Você não vai encontrar um apoio financeiro ligado aos ativistas, à bolsa de estudos, particularmente sobre os ativistas. Então, o que nos diferencia de várias organizações sociais é isso. Não é só filosoficamente a causa que abraçamos, mas também o tratamento social.

P: Além da prática de protesto, existem outras atividades que desenvolvem na esfera pública do país? Quais?

R: Já dissemos anteriormente, nós temos as palestras, temos as palestras, temos o debate, as palestras, temos atividades culturais, como shows têm atos comunitários de limpezas são variedades que temos levadas a cabo.

P: Como é fazer ativismo ou ser um Revú em Angola?

R: Ser um ativista em Angola é das piores odisseias que alguém pode abraçar ou poderia abraçar, é mais do que difícil ser ativista em Angola. Ser ativista em Angola é viver à margem da sociedade. Quando estou a falar de ativistas não estou a falar

em mercenário. É preciso separar. Para mim, aqueles ativistas que, mesmo sendo ativistas, conseguiram ter sucesso na carreira profissional, apesar das barreiras, mas ainda assim conseguem brilhar (...) aqueles ativistas que de manhã são Revús e as noites sentam em uma mesa de negociação (...) aqueles ativistas que estão a lutar para a conquista dos seus interesses pessoais, não me refiro a estes. Todavia, aqueles que em primeiro lugar, tem família que mais do que te rotular, vai te retaliar ou te abandonar, a esposa te abandona, porque ninguém gostaria de estar acompanhada de um homem pelo qual, ou do qual, ninguém fala bem. Porque aqui, um marginal e um ativista, não há nenhuma diferença. Todos falam mal dessa pessoa. A sociedade vai dizer, mas por que você é ativista? Porque ser ativista para quê? Vais morrer! Quer dizer, a primeira ideia que se tem é essa, quando se abraça o ativismo, está próximo da morte ou está próximo do insucesso profissional. E nenhuma Mulher sonha constituir família vai se aliar a um homem desses. Então, ser ativista em Angola é uma luta, uma luta muito árdua. E, supostamente, temos a questão da exploração dos esforços. Aquelas ativistas que estão na luta de frente, que dão tudo para poder salvaguardar a causa. E, em volta e meia, estamos a ver outra organização que gera que atua dentro das instituições, que domina o meandro do institucional, vai para a União Europeia, e depois começa a ganhar apoio financeiro. Porque também ninguém vai apoiar, por exemplo, ativistas que não estão organizados. Organizados, eu digo, na perspectiva institucional, porque nós não temos uma única instituição, ou não temos uma instituição que representa todos os Revús, nós temos organismos paralelos. E há quem, como eu, não se revê em determinados organismos ou associações, muitos desses organismos que estão por aí, mas que depois se descobre que por detrás desses organismos existem pessoas com interesses próprios. Então, ser um ativista em Angola é, no fundo, uma questão muito complexa. Talvez fosse mais persuasivo ver a realidade do que ser contado. Às vezes contando, não estaria sendo tão exaustivo ao ponto de explicar a coisa tal como é. Talvez só vendo a realidade dos ativistas. Nós temos ativistas, por exemplo, nessa altura, que estão com bala no corpo, não há apoio financeiro para remover essa bala do corpo. Nós estamos a ver que tem ativistas que até está alturas estão na cadeia, estão presos injustamente sem direito a julgamento. E a sociedade não se bate. E os políticos, ninguém se identifica. Eles fazem um charme político, um dia vão lá visitar os ativistas, fazem fotos, vão publicar na internet, certeza que ganham visualizações com essas fotografias, mas depois tudo se esquece, e a família

desses ativistas está aí atirada à sua sorte. Eles vão pegando em dinheiro, nem sequer 10% dos salários que eles têm em investimentos políticos, nem sequer 10% dos salários que eles alteram. Vão pegar 10% ou 5% ou 1%, qualquer coisa dos salários, vão dar a família e vão achar que fizeram grande coisa. Quando na verdade muitos desses estão ali porque o ativista é que tem entrado no campo, o ativista que tem estado debaixo para cima, para poder fazer a lavagem cerebral da sociedade, fazer com que a sociedade, com que as comunidades mudem de pensamento. Por exemplo, nós estamos a ver que a UNITA nas últimas eleições de 2022, venceu na capital, venceu mais do que nas outras vezes. Isso não foi porque a UNITA teve um desempenho político muito forte, ou um desempenho político extraordinário, não. Mas sim porque já existiam ativistas que estavam nas comunidades a passarem a mensagem, a apelarem às comunidades a votarem na UNITA, a votarem na oposição, particularmente na UNITA.

ANEXO 5 – Resposta de um ativista cívico do MRA

P: Gostaríamos que nos falasse sobre a tua trajetória no MRA (Como se deu?), experiência e vivência (Por quê? Quais as razões?)

R: Ok, primeiramente, sobre as influências externas. Elas contam muito na nossa vida, na forma como nós vamos nos posicionar, na forma como vamos passar a ver as coisas, a ver o país. E a forma como o poder e as instituições se relacionam conosco, ela vai ditar nossa posição em diferentes contextos. E para mim isso significou muito. Por exemplo, numa experiência particular, eu acabei aderindo à militância cívica num contexto muito difícil do espaço cívico angolano, quanto às intervenções sociais. E era eu lembro, na altura, estávamos a viver o problema do caso 15+2 e antes disso, já devia ter particularmente posições muito contrárias a injustiças. Isso está na veia, eu espero que esteja na veia de todos os humanos, mas pelo menos na minha experiência muito presente, essa contestação natural das coisas anormais. E depois, como no caso dos 15+2, estudava na altura no Bengo e eu já fazia um conjunto de contestação à forma como se administrava a escola, à forma como as pessoas se relacionavam na escola e à relação dos professores, do próprio corpo do assento e à direção da escola com os estudantes. Eu lembro-me de ter levantado um grande movimento contra a associação de estudantes, que representava mais os interesses da direção da escola do que os interesses dos estudantes. Depois, acabou culminando com o processo 15+2 e eu vi a forma como se construía uma narrativa de maneira a marginalizar as pessoas envolvidas no processo e eu era a pessoa fora das margens daquilo que era o desenho que tentavam fazer dentro da impossibilidade das pessoas no Bengo terem acesso à informação externa à província. Eu comecei a dar outra roupagem na forma de comunicar com as pessoas naquela localidade. Lembro-me como se fosse hoje, enquanto os professores falavam que aquilo era um exemplo péssimo de subversão do poder, uma intentona de uma primavera para Angola. Eu dizia ao contrário, que eram jovens que se identificavam com os problemas sociais e lutavam contra aquilo com a má forma de governação, com sequestro ao erário público. E isso foi, de alguma forma, desencadeando algum tipo de imagem, algum tipo de necessidade de eu me vincular à luta. Porque eu acho que a participação ativa traria um reflexo maior e o contexto obrigava a isso, fora daquilo que eram as obrigações enquanto

cidadão. E eu entendi aderir. Não havia nenhuma instituição, uma organização formal. Eram os jovens que iam para a manifestação, para os protestos, com pautas bem definidas, obviamente. E quem se identificava na causa ia, automaticamente. E fazia isso. Juntei-me a um conjunto de pessoas maravilhosas, da qual eu tenho relações até agora. E segui o caminho lutando pela justiça, pela igualdade, justiça social, pelos direitos fundamentais, civis, políticos, garantias, sociais básicas, educação, saúde e outras questões que estão dentro da precariedade em Angola. E, um pouco mais tarde, entendemos que era importante nos organizarmos enquanto grupo, que trabalhar individualmente, os resultados seriam cada vez menos progressistas e qualitativos do que trabalhar em grupo em forma coletiva. E aí, começamos a entender que o contexto exigia uma redefinição da luta, numa perspectiva de união das pessoas, conjugação de esforço e de pensamento, inclusive estratégia, também, psicologia de grupo, memória coletiva, que era importante esse espírito de coletividade para levar a cabo um conjunto de ações que fossem repercutir de forma positiva para pautas bem específicas. Então, enveredamos para o associativismo, que era uma forma mais estruturada, da qual nós não estávamos acostumados, tivemos que transitar o contexto. Exigem várias transformações, a máxima de Mike Tailson que dizia que “era importante definir estratégia de gozo do primeiro foco na luta”. Aí, tu ias ver a mobilidade do adversário e te daria a possibilidade de redefinir a estratégia de luta. E isso não está longe da forma como se tem de lutar contra as autocracias e as ditaduras. Então, aderimos a organizações, trabalhamos em um conjunto de campanhas para acesso ao registro civil massivo, trabalhamos para influenciar uma alteração da dotação orçamental destinada à educação e conseguimos algumas coisas, não menos importantes, mas ainda não na proporcionalidade que precisávamos. E esses anos todos, eu falo especificamente de 2015 para agora, 2023, várias coisas aconteceram da qual eu estive ligado, estive envolvido e para mim isso literalmente tem surtido efeitos dentro daquilo que eu percebi como objetivo. Não os alcancei, eu acho que nas lutas contra as autocracias e para a melhoria da vida coletiva, nós não conseguimos alcançar, lutar contra o sistema, as conquistas não são plenas, elas são faseadas, são elas todas parcelarizadas. Então, conseguimos algumas coisas e outras coisas carecem de novas estratégias, mais esforço na luta, mais empenho coletivo. E tem sido basicamente isso. E eu tenho sentido que é importante, porque as lutas sociais, elas encarnam o espírito para emanar algum tipo de estabilidade na vida das pessoas. E

isso com base no uso fundamental da república e que está literalmente ligado com boa governação, para nós é prioridade. Mais do que isso, é a forma como essas lutas vão começar a se transformar e criar poder e influência nos próprios espaços cívicos. Vivemos uma realidade cujas influências políticas, tanto dos partidos políticos na oposição e com o partido de governo, desenham algum tipo de ambiente que tende a forçar os angolanos de todas as sensibilidades, organizações na sociedade civil e outras individualidades, a aceitarem forçadamente a um clima de bipartidarismo, onde as pessoas têm necessariamente de fazer parte de um partido político. Para nós, que já trabalhamos com espaços cívicos, entendemos que é uma grande tentativa de boicote. Pelo contrário, também é uma forma de asfixiar e reduzir a influência da própria democracia a todos os níveis. É criar um espaço de toxicidade, em que as pessoas deixem de pensar a república, deixem de pensar o todo e passem a pensar a parte, numa perspectiva de disciplina partidária. E temos sentido isso e todos os nossos trabalhos a essa altura, os trabalhos que nós temos envolvido, têm sido canalizados para potencializar as organizações locais, as pessoas individuais, ativistas cívicos. A trabalhar em todos arduamente, a criar uma estabilidade de ações de volta coletiva, de maneira a se impuser no espaço público, um debate público com narrativa forçada pela sociedade civil, para não criar aquilo que é a impressão contrária de que os partidos políticos é que imprimem a narrativa, que vai desenhar o exercício público. Então, o que não temos em Angola é a esfera pública, temos um espaço público muito restrito, que é a autocracia angolana, no caso o regime, faz todo esforço de deixá-lo cada vez pequeno. Os partidos políticos têm deixado cada vez reduzido esse espaço cívico, quando têm feito todo um trabalho conjugado para retirar individualidades com influência no espaço cívico, para inserção dentro do espaço partidário. E nós temos sentido uma grande carência nesse nível. E, a essa altura, os exercícios de Angola são todos reforçados e mais do que reforçados, canalizados todos os esforços para garantir que a sociedade civil não seja asfixiada cada vez mais. Então, eu tenho orgulho do trabalho que faço, eu sinto que é uma responsabilidade muito grande. Essa é a minha parte da contribuição à República e eu vou fazer com essência de responsabilidade e compromisso.

P: Falaste que as lutas coletivas que são organizadas pelos Revús têm grande importância para a estabilidade das pessoas. Quais são essas estabilidades?

R: Tem uma tendência, isso numa perspectiva de linguagem um pouco mais própria, ou seja, local, aliás. Nós falamos da luandinização do país, quer dizer, reduzir Angola somente a Luanda. Como nós temos um poder central, concentrado, diferente de outras realidades particulares como o Brasil, de outros países com modelo de Estado Federal, Angola é um país em que a administração é centralizada. O poder é centralizado em Luanda, está com poder econômico, com poder político. E isso não permite que a distribuição seja feita de forma justa, mas mais do que a distribuição, para nós, é o poder da democracia nas localidades. É que as pessoas simplesmente elegem um presidente, ou um partido político, e o partido político que vai fazer o governo tem a responsabilidade de eleger todos os intervenientes do executivo, e todos aqueles que vão assumir a administração pública local, o governo central, o governo local, aliás, e todos os departamentos afins ligados a isso. Então, não temos um Parlamento Municipal que pressupõe, literalmente, uma redução da participação do cidadão na vida pública. E essa redução da participação do cidadão na vida pública deixa o cidadão numa condição de pedinte, numa condição de espera, que as políticas públicas desenhadas todas em Luanda, reflitam diretamente na vida dessas comunidades. Muito pelo contrário, o país é pensado através do Luanda, tanto no ponto de vista normativo, as leis que estão criadas em Angola, não refletem literalmente aquilo que são os hábitos, os costumes, e os modos de operar antes das pessoas em outras localidades. Isso porque a centralização do poder não permite que o governo consiga ver outros problemas, consiga diretamente atuar em tempo real na vida do cidadão nas comunidades. Tanto que estamos a fazer uma campanha a essa altura para influenciar a realização das autarquias locais. Porque aqui nós dizemos que com as autarquias locais, as pessoas terão poder de participação direta naquilo que reflete as ações, tanto as despesas econômicas, quanto as mobilidades institucionais, diretamente assumidas e influenciadas pelas comunidades para refletir nas suas vidas. Esse modelo de Estado não tem essa repercussão na vida das pessoas. E o nosso trabalho é garantir, através das pressões sociais, mais do que as pressões, criarem um conjunto de trabalho bem elaborado, com propostas bem elaboradas, para políticas públicas que viabilizam, de fato, soluções para a redução dos problemas que afligem essas comunidades. Então, o nosso trabalho, sim, tem sido nessa perspectiva de prestar apoio e auxílio nas organizações da cidade civil, que trabalham localmente em matérias, por exemplo, de cooperativas agrícolas para a sustentabilidade de famílias, aumentar

isso, influenciar e formar as pessoas para que tenham capacidade de enfrentar o risco de cultivarem mesmo comidas alimentares, cultivarem mesmo alimentos nas suas comunidades e conseguirem ter algum tipo de sustentabilidade através disso. E por outra, é criar um tipo de estrutura de pressão que não permita, não dê facilidade ao Estado, que devia ser pessoal de bem, que em seu momento é pessoal de bem aqui, para retirar, usurpar a terra dessas pessoas. Pelo contrário, além de usurpar a terra dessas pessoas, é para tornar cada vez mais fáceis os serviços públicos à disposição dessas pessoas. Como não há vontade política para o efeito, eu sinto que as nossas pressões, o trabalho que nós temos feito em nível das comunidades, tem influenciado de alguma forma para que a administração pública, até pelo menos, se faça presente na vida dessas pessoas. Então, é nesse intuito que o nosso trabalho tem surtido, de alguma forma, certo tipo de influência nesse sentido de pressionar o governo para tomar medidas que aproximem a governação aos cidadãos. Não é suficiente agora, mas nós queremos criar algum tipo de ambiente, não de ir às comunidades e dizer às pessoas que elas precisam disso. Mas nós temos ido à comunidade com o intuito de partilhar experiências e ouvir delas quais são as suas preocupações, junto dessas preocupações, definir uma estratégia conjunta que permita que a vida pública nessas comunidades seja exercida, de fato, em todo ponto de vista. Em todo ponto de vista, no geral, aliás, nós não queremos que essas comunidades sejam simplesmente instrumentalizadas, elas sejam usadas como cidadãs e cidadãos em períodos que convenham ao poder político, portanto, eu falo especificamente do período eleitoral, que as pessoas são reclusas a mero votantes para dar legitimidade à continuidade de poderes, de regimes ditatoriais e tudo mais. O nosso objetivo é esse, é garantir que, de fato, essas sozinhas partilhem pela vida pública, que elas mesmas passam a exigir desse governo responsabilidade nas ações públicas que afetam diretamente os problemas daquelas comunidades.

P: Quais os objetivos comuns existentes entre os jovens Revús?

R: Bom, a militância feita em Angola está sentada em uma posição ideológica. É uma posição de esquerda. E eu não vejo um ativismo de direita vincar em Angola. Então, sabemos as posições de esquerda, é que o dinheiro do povo tem de repercutir em ações que vão beneficiar o povo. Educação, saúde e alimentação. Mas isso não é um princípio só de esquerda. Isso é o básico que até os governos de posições de direita têm proporcionado nas suas populações. Mas o que caracteriza

de fato o comum nas nossas lutas é todo um esforço concentrado para tirar o regime tirano. Os ativistas são identificados através disso. As nossas narrativas estão construídas numa perspectiva de denúncia, numa perspectiva de reproduzir as vozes das comunidades, as vozes dos oprimidos. Toda ela canalizada para tentar criar um clima de democracia através do sufrágio universal. Nós temos um governo que está desde 1975 no poder. E hoje os ativistas têm tanto imbuídos de esforço para garantir que em Angola os processos eleitorais não sejam viciados e que não sejam um elemento de legitimar governos ditatoriais como outras realidades, aquilo que Norberto Bobbio vai chamar de democracia de eleitoralistas. Os governos que vendem uma imagem de democracia, que no fundo são totalmente autocratas, que usam o processo eleitoral de fato para vender uma imagem internacional, uma impressão internacional de que é um ambiente de democracia de fato em Angola, que é uma coisa que não acontece, que não existe.

P: Além da prática de protesto, existem outras atividades que desenvolvem na esfera pública do país? Quais?

R: Sim, por exemplo, nós criamos debates comunitários, realizamos formações específicas, no contexto eleitoral, formamos observadores do eleitoral, discutimos sobre a lei eleitoral, temos de alguma forma criada, agora tem programas de outras organizações, como a terceira divisão, que está a essa altura, dar formação, priorizando as mulheres, achamos que extremamente importante que as mulheres estejam em posição de poder e hoje o ativismo todo tem estado voltado na questão da influência dos povos e das comunidades, em particular é capaz de potencializar as mulheres em matérias de interesse público, isso é fundamental. Mais do que tentarmos ver a criação de influência de forma estruturada, no sentido de formações, nós temos também realizado um conjunto de ações, juntos, das universidades, dando palestra, despertando mentalidades, influenciando nova mentalidade, nova forma de pensar, imprimir um panorama na política doméstica que responda literalmente aos anseios das pessoas. Nós entendemos que é fundamental que tenhamos cidadãos que entendam de fato sobre a forma como é administrado o país, isso pode influenciar de certa forma e acreditamos que de forma positiva na alteração do status quo, que é o que se exige. Nós queremos chegar a um nível que o próprio cidadão tenha a capacidade de intervir diante daquilo que a ganância das estruturas, das autoridades angolanas é mais defender-se através da lei, através

daquilo que é consagrado constitucionalmente. Então, para nós é muito importante fazer essas ações, palestras, formações, gratuitas, obviamente, exposições com livros de leitura, temos amigos que criaram bibliotecas públicas onde tem um monte de livros que falam sobre revolução a todos os níveis de estruturas, não só do ponto de vista do setor texto, mas as pessoas onde elas estiverem, onde elas deveriam trabalhar como influenciar pessoas, como abordarem as pessoas, porque nós temos que transformar isso num compromisso sucessivo de passar mensagem a todas as comunidades, os quatro de Angola sobre a realidade de fato do nosso país, para que se crie um ambiente de proporções que possa promover que possa permitir que haja uma transição política de fato. Isso só é possível quando as massas se juntarem e elas mesmas perceberem que estamos aí lutar contra um fator que vai influenciar e mudar a forma como nós vivemos.

P: Quais os resultados alcançados durante o processo de participação do MRA?

R: Sim, nós trabalhamos arduamente nisso, mudamos de estratégia para o associativismo, para fazer uma coisa mais organizada, não que as ações que fazíamos antes eram desorganizadas, mas falando em uma medida de mobilização, é importante para nós, é aquilo que o Malcolm X dizia que é importante que nós tenhamos capacidade de juntar pessoas, instruir essas pessoas e continuar a luta através dessas pessoas. E nós fizemos isso e, de fato, fizemos com muito sucesso e agora nós sentimos os frutos que estávamos a colher, que é através das formações que fomos dando em várias organizações, competência nas organizações locais, que trabalhavam de uma só matéria e hoje trabalham também com a Defensoria dos Direitos Humanos, mais do que Defensoria dos Direitos Humanos, com um conjunto de matérias de ponto de vista particular, que estão a ser realizadas em Angola. E vimos hoje tão óbvio quanto, por exemplo, formação específica de política para mulheres, têm hoje mulheres que existem e estando lá presentes, existem, temos inclusive uma colega que fez uma formação através das organizações locais mesmo, sobre eleições e ela hoje é uma comentadora residente num programa para discutir eleições. Porque, obviamente, a formação que demos foi suficiente para alargar mais, mas houve elementos de garantia e hoje há uma grande repercussão no ponto de vista da evolução individual dessa pessoa. E não vemos somente através disso, vemos através das comunidades, a linguagem da comunidade, ela

melhorou no ponto de vista contestatário e isso importa muito, significativamente muito, porque, duas, três dias, podia haver um pessoal no SIC, através dos órgãos de segurança, de Estado, tem criado alguma situação securitária no país, de perseguição e tudo mais, e as nossas ações têm desenvolvido a exposição e o sentido de proteção, não dentro de proteção, no ponto de vista concreto, mas as pessoas hoje se entendem que têm canais através de algumas pessoas para expor, para expor as ações do Estado, para denunciar as ações do Estado, e eu sinto que isso se criou, esse canal se criou, essa linha de proteção para as pessoas, mas mais do que a linha de proteção se criou, pessoas que respondam de fato aquilo que a luta exige nesse momento.

P: O que diferencia a prática desenvolvida pelos Revús e das demais organizações da sociedade civil existentes no país?

R: Para nós todas as lutas são importantes, as ONGs que trabalham com o combate à luta por drogas, contra o álcool, para nós todas as organizações são importantes, e as organizações elas devem se comparar com a influência das instituições públicas, e aonde a instituição pública não chega por insuficiência de serviço, não por incompetência governativa, uma ONG tem de estar pronta para auxiliar aquela comunidade, isso é importante, e aonde ela chega de forma incompetente nos responda a seios das pessoas, a ONG tem de estar lá para capacitar, dar instruções às pessoas para elas próprias resistirem, sobreviverem e se tornarem cada vez mais fortes, isso é de extrema importância. Aqui se criou uma imagem sobre a sociedade civil organizada e a não organizada, essa imagem não foi criada por nós, foi criada por quem governa por conveniência, é obvio os REVÚS e todos os mais são chamados como a sociedade civil desorganizada, aquelas que querem o caos, que querem a desestruturação das coisas e SUVERNÇÃO do poder, o que é uma grande mentira, nós temos aquelas que estão às instituições não governamentais, nesse caso as organizações cívicas e organizações da sociedade civil e organizações não governamentais, elas foram criadas num espaço de grande paralelismo, foram divididas em duas perspectivas, e uma é aquela que recebe chicote, que recebe agressões físicas e outra é aquela que recebe bernenses, a que recebe agressões físicas são aquelas que literalmente têm se contrariado, se prostrado contra as péssimas ações desse governo e aquelas que recebem benéficos obviamente são aquelas que tomam posições para vender, usar, para

fazer culto da personalidade, que não criticam que não supõem as más condutas governativas, então isso que nós, que nos distingue às vezes nesse espaço cívico totalmente tóxico que não sabemos quem é e quem não sabe quem é, o partido que governa tem uma estratégia muito grande, percebeu isso, criou inúmeras associações, grupos jovens, vai tratar de assuntos diferentes, a fim de esvaziar de forma concreta a influência dos REVÚS e todos os mais, para mim isso não é um problema, eu acho que é sempre importante que surjam organizações da sociedade civil, mas o trabalho que ela vai fazer para mim tem de trazer uma grande reputação à comunidade, não uma sociedade civil que foi criada para controlar outras organizações da sociedade civil, pelo contrário.

P: Como o Governo Angolano encara (va) a prática cívica do MRA?

R: Bom, o governo angolano é alérgico a protestos. Nós marcamos protestos e a seguinte... E tá lá a polícia simplesmente, não quero saber, porque existe aqui em Angola uma entidade subjetiva, inclusive invisível, que nós não conhecemos que se chama Ordem Superior. Essa entidade tem criado uma situação de caos governativo muito grande. E muito, mais do que isso, o caos em torno da participação pública é a tendência dessa narrativa de que os REVÚS, enfim, querem criar algum tipo de clima e ambiente desagradável que visa atentar o poder legitimamente instituído. E nós não temos intenções para isso, obviamente. Nunca, em circunstância alguma, expusemos algum tipo de posição que fosse colocar em perigo a segurança pública das pessoas, a segurança das fronteiras de Angola. E tivemos algum tipo de influência externa no ponto de vista dos recursos financeiros para subverter o Estado. Pelo contrário, mas essa é a narrativa que cria. O Estado angolano não olha de bons olhos as nossas ações. Finge, na maior parte das vezes, que está a favor. Finge, na maior parte das vezes, que está a favor porque é uma forma de apoiar a verdadeira intenção que está por detrás daquilo que é esse fingimento. Não há uma aposta na sociedade civil. Criam perseguições das pessoas que o fazem e das organizações que participam. E isso deixa cada vez mais carente o nosso ambiente, o nosso espaço de luta, até porque o espaço de luta nesse momento que nos resta é esse que está sendo sequestrado coercitivamente, que é a rua. Fora da rua nós não temos mais influência direta nas instituições, se não transformá-las a partir daqui através de um conjunto de estratégias que visam pressionar as autoridades a respeitarem a lei e fazerem com que a lei seja respeitada a todos.

P: Como é fazer ativismo ou ser um Revú em Angola?

R: Tem que ter uma dose de loucura para ser ativista em Angola. Primeiro tem que ter uma dose de loucura na cabeça. Quando você sentir que passou por esse estágio, cujo diagnóstico é essa dose de loucura, aí sim você pode ser ativista. Ser ativista em Angola é ter a certeza de que você está... Depois de estar nessa fase do ativismo, no ponto de vista qualitativo da militância, que é de facto assumir os problemas da comunidade, bater-se pelos problemas da comunidade, lutar para que as tuas ações através dos problemas da comunidade tragam soluções do ponto de vista prático. Mais do que isso é que despertemos as massas e influenciemos as massas a partir do momento que assumimos essa posição, que a nossa vida está em risco. Quando você faz a protestar, você é espancado, você é conotado, você tem dificuldade de ter acesso a emprego, tem dificuldade de ter acesso a um conjunto de privilégios que não deviam ser olhados do ponto de vista individual, mas tinham que ser olhados do ponto de vista coletivo. Há um conjunto de ações que são desencadeadas contra ti para te deixar num estado de debilitação, de mendicidade, de pressão familiar. Nesse estado, quando atinge esse estado de mendicidade, de pobreza extrema, o regime consegue estudar os pedidos das pessoas e aliciar esses indivíduos com alguns bernenses que são coisas que não tiveram que é um grande risco para os ativistas. Então são essas estratégias e artimanhas que têm criado como também outras de forma mais contundente, no ponto de vista mais agressivo, prenderem os ativistas, perseguirem os ativistas, sequestrar os ativistas e matarem os ativistas. Então, em suma, ser ativista é isso, ter uma dose de loucura.